



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Diário da Sessão

VIII Legislatura

Número: 96

III Sessão Legislativa

Horta, Quinta-feira, 21 de Fevereiro de 2008

Presidente: Deputado Fernando Menezes (*substituído no decorrer da Sessão pelo Deputado Costa Pereira*)

Secretários: Deputados António Loura e Cláudio Lopes (*substituído no decorrer da Sessão pelo Deputado António Pedro Costa*)

Sumário

Os trabalhos tiveram início às 15 horas e 15 minutos.

Apresentada a correspondência, ao abrigo do artigo 76º do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, proferiu uma intervenção o Sr. Deputado Alberto Pereira (*PSD*).

No seguimento da mesma, proferiram intervenções os Srs. Deputados Francisco Coelho (*PS*), Artur Lima (*CDS/PP*) e Clélio Meneses (*PSD*).

No Tratamento de Assuntos de Interesse Político Relevante proferiram intervenções os Srs. Deputados Guilherme Nunes (*PS*), José Manuel Nunes (*PSD*), Carla Bretão (*PSD*), José Lima (*PS*), Artur Lima (*CDS/PP*), Osório Silva (*PS*), José Manuel Bolieiro (*PSD*), Fernanda Trindade (*PS*), Jorge Macedo

(*PSD*), José Rego (*PS*), Ana Isabel Moniz (*PS*), Lizuarte Machado (*PS*), bem como o Sr. Secretário Regional da Educação e Ciência (*Álamo Meneses*).

Na **Agenda da Reunião**, foram debatidas e aprovadas as seguintes iniciativas legislativas:

- Continuação do debate da Proposta de Decreto Legislativo Regional – “Plano Estratégico de Gestão de Resíduos dos Açores – PEGRA”;

Usaram da palavra o Sr. Deputado Hernâni Jorge (*PS*) e a Sra. Secretária Regional do Ambiente e do Mar (*Ana Paula Marques*).

Após a aprovação por unanimidade, proferiram declarações de votos os Srs. Deputados Pedro Gomes (*PSD*) e Hernâni Jorge (*PS*).

- Proposta de Decreto Legislativo Regional – “Alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 34/2006/A, de 30 de Agosto, que sujeita a medidas preventivas os terrenos envolventes ao aeroporto de Sta. Maria”;

Após a apresentação pela Sra. Secretária Regional do Ambiente e do Mar (*Ana Paula Marques*) a proposta foi aprovado por unanimidade.

- Relatório no âmbito da audição parlamentar do Director do Centro Regional da Rádio e Televisão de Portugal, SA, a que se refere o n.º 5 do artigo 5.º dos Estatutos da Rádio e Televisão de Portugal, SA, aprovados pela Lei n.º 8/2007, de 14 de Fevereiro;

- Projecto de Resolução – “Medidas a adoptar pela RTP-SA, nos Açores”, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS

Apresentado o relatório pelo Sr. Deputado Hernâni Jorge (*PS*), usaram da palavra os Srs. Deputados Francisco Coelho (*PS*), Pedro Gomes (*PSD*) e Artur Lima (*CDS/PP*).

Submetido à votação, o projecto foi aprovado por maioria

Proferiram declarações de voto os Srs. Deputados Pedro Gomes (*PSD*) e Francisco Coelho (*PS*).

- Anteproposta de Lei – “Primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 383/2007, de 16 de Novembro”, apresentada pelo Grupo Parlamentar do PS, pelo Grupo Parlamentar do PSD e Representação Parlamentar do CDS/PP

A proposta em apreço foi aprovada por unanimidade

- Pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão do Projecto de Resolução – “Eficiência no pagamento das ajudas comunitárias”, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD;

Usaram da palavra os Srs. Deputados António Ventura (*PSD*) e Henrique Ventura (*PS*).

O pedido de urgência foi rejeitado por maioria

- Pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão do Projecto de Resolução – “ Mapa judiciário para os Açores”, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD;

Sobre o mesmo usaram da palavra os Srs. Deputados Pedro Gomes (*PSD*), Francisco Coelho (*PS*), sendo novamente rejeitado por maioria.

- Pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão do Projecto de Resolução – “Recomenda ao Governo Regional que promova e implemente, medidas concretas para melhorar os cuidados de saúde, promovendo e incentivando novas saídas profissionais para os jovens licenciados em enfermagem”, apresentado pela Representação Parlamentar do CDS/PP;

Usaram da palavra os Srs. Deputados Artur Lima (*CDS/PP*), Cláudia Cardoso (*PS*) e José Manuel Bolieiro (*PSD*).

O pedido de urgência foi aprovado por unanimidade

- Projecto de Resolução – “Recomenda ao Governo Regional que promova e implemente, medidas concretas para melhorar os cuidados de saúde, promovendo e incentivando novas saídas profissionais para os jovens licenciados em enfermagem”, apresentado pela Representação Parlamentar do CDS/PP.

Usaram da palavra os Srs. Deputados Artur Lima (*CDS/PP*), Cláudia Cardoso (*PS*), Francisco Coelho (*PS*) e o Sr. Secretário Regional dos Assuntos Sociais (*Domingos Cunha*).

O Projecto de Resolução foi aprovado por unanimidade

- Proposta de Deliberação que declara findo o período legislativo de Fevereiro.

A proposta foi aprovada por unanimidade.

Eram 23 horas e 45 minutos.

Presidente: Srs. Deputados e Srs. Membros do Governo, vamos começar os nossos trabalhos, que vão ser longos, presumo eu, com a chamada.

Eram 15 horas e 15 minutos.

Procedeu-se à chamada à qual responderam os seguintes Deputados

Partido Socialista (PS)

Alberto da Silva Costa

Ana Isabel Damião de Serpa Arruda Moniz

António Gonçalves Toste Parreira

António José Tavares de Loura

Cláudia Alexandra Coelho Cardoso Meneses da Costa

Fernanda Correia Garcia Trindade

Fernando Manuel Machado Menezes

Guilherme de Fraga Vicente Nunes

Helder Guerreiro Marques Silva

Henrique Correia Ventura

José de Sousa Rego

José Gabriel Freitas Eduardo

José Gaspar Rosa de Lima

José Manuel Gregório de Ávila

Lizuarte Manuel Machado

Luís Paulo de Serpa Alves

Manuel Avelar Cunha Santos

Manuel Soares da Silveira

Maria Fernanda da Silva **Mendes**
Maria Piedade Lima **Lalanda** Gonçalves Mano
Mariana Rego Costa de **Matos**
Nélia Maria Pacheco **Amaral**
Nuno Alexandre da Costa Cabral **Amaral**
Rogério Paulo Lopes Soares **Veios**

Partido Social Democrata (PSD)

Aires António Fagundes dos **Reis**
António Augusto Batista Soares **Marinho**
António Lima Cardoso **Ventura**
António Pedro Rebelo **Costa**
Carla Patrícia Carvalho **Bretão** Martins
Cláudio José Gomes **Lopes**
Clélio Ribeiro Parreira Toste **Meneses**
Jaime António da Silveira **Jorge**
Jorge Manuel de Almada **Macedo**
José Manuel Avelar **Nunes**
José Manuel Cabral Dias **Bolieiro**
Lisa Marie **Garcia** Furtado
Maria José Botelho de Viveiros da Silva Lemos **Duarte**
Mark Silveira **Marques**
Pedro António de Bettencourt **Gomes**
Sérgio Emanuel Bettencourt **Ferreira**

Partido Popular (CDS/PP)

Artur Manuel Leal de **Lima**

Deputado Independente (Ind.)

Paulo Domingos Alves de **Gusmão**

Presidente: Estão presentes 42 Srs. Deputados.

Pode entrar o público.

Passamos à leitura da correspondência, entretanto chegada à mesa.

Secretário (*António Loura*): Do CDS/Partido Popular, Projecto de Resolução – “Resolve recomendar ao Governo Regional dos Açores que promova e implemente medidas concretas para melhorar os cuidados de saúde promovendo e incentivando novas saídas profissionais para jovens licenciados em informática”.

Secretário (*Cláudio Lopes*): Do Grupo Parlamentar do Partido Socialista um pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão do Projecto de Resolução – “Medidas a adoptar pela RTP/SA, nos Açores”.

Presidente: Apresentada a correspondência, tem a palavra o Sr. Deputado Alberto Pereira para usar da prerrogativa do artigo 76º, nº 4.

É uma intervenção própria que não é contabilizável no tempo do PSD.

Tem a palavra, Sr. Deputado.

Presidente: Apresentada a correspondência, tem a palavra o Sr. Deputado Alberto Pereira para usar da prerrogativa do artigo 76º, nº 4.

É uma intervenção própria que não é contabilizável no tempo do PSD.

Tem a palavra, Sr. Deputado.

Deputado Alberto Pereira (*PSD*): Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Por razões pessoais, de saúde e imperativos profissionais, solicitei a suspensão do meu mandato de deputado. Encontrando-nos praticamente em fim de legislatura, e sendo certo que não sou candidato às próximas eleições legislativas, esta é, possivelmente, a última vez que usarei da palavra, na qualidade de deputado, nesta Assembleia.

Porque quero dirigir-me ao Parlamento a título pessoal, intervenho no uso do direito que me é conferido pelo nº 4 do artigo 76º, do Regimento. Faço-o gostosamente e em primeiro lugar para dar conta da honra e privilégio que constituíram para mim ser deputado regional.

Tive o privilégio de desenvolver uma actividade parlamentar intensa e a honra de participar nos processos parlamentares que, julgo, irão marcar esta legislatura. Na Direcção do GPPSD, nas muitas Comissões que integrei, com responsabilidades variadas, e nos plenários desta Assembleia, procurei sempre estar ao nível do debate político elevado, civilizado e produtivo. Nem sempre terei sido bem sucedido quanto à produtividade, mas sei que me pautei sempre pelos princípios da cordialidade, lealdade e cortesia políticas, sem prejuízo dos registos mais arrebatados, próprios do debate de ideias de que é feita a actividade parlamentar. Não me faltaram também interlocutores de qualidade dentro e fora do meu Grupo Parlamentar e estou-lhes grato por esse privilégio. Só espero ter estado à altura das minhas responsabilidades e ter correspondido às expectativas.

Não é discurso de circunstância. Falo de uma experiência vivida e não por ouvir dizer. Não me revejo na pintura a preto e branco (com predominância do preto) que a sociedade, induzida por muita comunicação social e fazedores de opinião fazem dos parlamentares e dos políticos em geral. Quando tantos se afanam em dizer mal, porque sim ou em enfatizar a gafe, o momento picante, a frase assassina ou o episódio mais teatral, vendendo a parte pelo todo, eu quero testemunhar e prestar a justa homenagem à competência, à dedicação à causa pública, à visão e mesmo ao brilhantismo que também encontrei nesta Assembleia. Pode não ter transparecido para o exterior, mas não é por isso que deixa de existir. Mesmo que muitos não queiram reconhecê-lo ou não possam compreendê-lo.

E, no entanto, não cultivo, uma imagem romântica ou cor-de-rosa da política. Assim como faço a exaltação da nobreza da actividade política e o justo elogio à excelência de muitos dos nossos políticos, não deixo de reconhecer, com preocupação e angústia – e também por experiência vivida – que a pequena política, o carreirismo e a intriga marcam forte presença nos ambientes político-partidários, propiciando a afirmação crescente de políticos de plástico, da demagogia, da arrogância e do populismo. Com a prevalência destes, corre-se, na política, o risco real de um efeito equivalente ao da Lei de Gresham, na

economia. A predominância da “má moeda” tende, de facto, a afastar a “boa moeda”, representada pelos políticos mais competentes e preparados. É um fenómeno já observável e só isso explica, aliás, a fraca estima e consideração que o cidadão comum dispensa actualmente à política e aos políticos.

Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Observa-se um dramático défice de participação cívica na política autonómica. Para evitar a falência ou a ruptura do sistema há que combater as causas da actual crise de confiança na política e nos políticos.

É necessário e urgente que os partidos políticos ousem mudar o paradigma da sua organização e funcionamento, afirmando-se pelo pensamento político e propostas estratégicas que oferecem à sociedade e não, numa lógica clubista, como simples emblemas de ideologias perdidas no tempo ou mesmo como portos de abrigo de interesses organizados.

É urgente conter a predominância da política do *sound byte*, porque se esgota em meras técnicas de comunicação demagógica e despreza a substância das coisas e a profundidade do debate político.

É necessário penalizar eficazmente a demagogia e o populismo na política, porque matam a democracia.

Uma democracia adulta e avançada deve valorizar e prestigiar quem se entrega à causa pública, oferecer admiração e respeito à inteligência, ao saber e à competência. Uma democracia adulta e avançada respeita e presta homenagem às instituições democráticas pela nobre e superior tarefa de cumprir a democracia.

Tudo isto é óbvio e supostamente consensual.

Todavia, não é o que se vê, nem o que se ouve, nem o que se lê.

Ao invés, assiste-se a uma preocupante tendência social para desvalorizar, ridicularizar e mesmo caluniar quem nos representa no quadro do poder democrático.

O quadro é, verdadeiramente, lamentável. Um respeitável cidadão, anos a fio apreciado na sua comunidade, uma vez que assuma funções públicas de relevo,

vê imediatamente levantada a dúvida sobre a generosidade das suas intenções e a suspeita das piores motivações. Se o mesmo cidadão for eleito deputado, membro do governo ou autarca, as coisas pioram. Passa a ser fatal como o destino que, mais cedo ou mais tarde, venha a ser acusado das mais vis intenções. Passa em dois tempos de herói a vilão e, não raro, torna-se vilão no próprio acto da sua investidura como herói.

Vive-se um ambiente de socialização da inveja. O saber, a inteligência e a cultura são vistos como excentricidades. Os políticos são enxovalhados na praça pública quais bodes expiatórios de todas as contradições e perversões sociais. Entretanto, jogadores de futebol emergentes, dirigentes desportivos polémicos ou vedetas de televisão são elevados a estrelas, e qualquer personagem extravagante atrai a atenção dos *media* e adorna revistas cor-de-rosa. É, verdadeiramente, patético e uma tragédia social.

Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Com efeito, virou moda e modo de vida, dizer mal dos políticos por serem políticos, tendo-se fabricado, pela via da mais grosseira simplificação, generalizações injustas que degeneram em perigosos estigmas sociais.

Não está, obviamente, em causa, o direito ou a liberdade de fazer essas apreciações, sendo elas próprias, como são, do exercício da democracia. Mas importa compreender e assumir a responsabilidade pelas consequências. Na verdade, encerrando um paradoxo insuperável, esta corrente contra a política é suicidária da liberdade e democracia que autoriza essas mesmas apreciações. Com efeito, o militantismo contra a política não gera afinal políticos mais capazes, lúcidos ou empenhados. Ao contrário, promove e advoga o desinteresse e mesmo o desprezo. Ou seja, em nome da democracia e de uma não provada superioridade ética e moral, os detractores da política, ao promoverem a estigmatização das instituições democráticas e dos agentes políticos, estão afinal a minar os alicerces da própria democracia e a obstar à qualificação da política e dos políticos. Afinal, o contrário de tudo o que afirmam defender.

Deputado Pedro Gomes (PSD): Muito bem!

O Orador: É uma contradição insanável e tem efeito “boomerang”, pois vira-se contra a própria sociedade. No limite, conduziria ao absurdo de abolir a política e revogar o regime democrático.

A política não é um laboratório de sobredotados nem os políticos são modelos de virtude. Mas, para que os melhores possam emergir, é preciso condenar as generalizações, separar o trigo do joio.

De uma coisa podemos estar certos: não se qualifica a democracia sem dignificar a política. Não se dignifica a política sem responsabilizar os políticos. E não se responsabiliza efectivamente os políticos, sem os valorizar e respeitar. Tenho a esperança – e esta é a última a morrer – que possa vingar a mensagem de João Paulo II “a democracia precisa de virtude se não quiser ir contra tudo o que pretende defender e estimular”.

Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Uma palavra final para o nosso parlamento.

A valorização do parlamento, coração da Autonomia e nobre palco onde se cumpre a democracia, deve ser a prioridade institucional e política. Reformar o funcionamento do parlamento, potenciando o debate político e promovendo a sua qualificação e visibilidade pública é pois um imperativo da nossa democracia e da nossa autonomia.

A actual Comissão Eventual para a Reforma do Parlamento iniciou um importante processo de reflexão nesse sentido. Espero que não vinguem os argumentos economicistas, por bem intencionados que sejam. Alto é o preço que paga a democracia pela quase irrelevância do parlamento aos olhos dos açorianos. Inverter esta tendência não é uma despesa. É um investimento irrecusável na qualidade da nossa democracia.

Deputados José Manuel Bolieiro e Pedro Gomes (PSD): Muito bem! Muito bem!

O Orador: É matéria a reclamar consensos e concertação estratégica. Faço votos para que tenha o sucesso que merece.

Mas no funcionamento normal do parlamento há hábitos e práticas a evitar e corrigir. Eventuais tentações de governamentalização da Assembleia, por muito sedutoras que sejam para o partido que em cada momento detenha maiorias absolutas, constituem um perigo real de deslocalização do confronto político democrático, com a consequência da tendencial irrelevância do debate parlamentar.

Creio que é também preciso evitar uma certa tendência para a “municipalização” do debate parlamentar. É preciso, sim promover o debate político estratégico sobre o desenvolvimento dos Açores e incrementar, com qualidade e audácia, a produção legislativa regional por iniciativa do parlamento, tal como pré-anunciado na ousada e visionária proposta de revisão estatutária recentemente concluída.

Quero simbolicamente terminar esta intervenção, dirigindo-me ao Senhor Presidente da Assembleia, para dizer, inspirando-me nas palavras de um ilustre ex deputado à Assembleia da República, que apesar do que se tem dito e escrito sobre os Deputados, tive muita honra em ser Deputado à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores.

Espero ter cumprido a minha missão parlamentar, representando não só o círculo por onde fui eleito, mas sim toda a Região. Ofereci a minha capacidade política, por modesta que seja, pela democracia, pela autonomia e pelo desenvolvimento e progresso dos Açores e dos açorianos.

Sinto que realizei o possível. Ambicionava mais, sim.

Porque quero sempre mais para o nosso futuro colectivo.

Não obstante a inquietude e o descontentamento com o panorama social e político, mantenho a esperança em que a indiferença e a abstenção cedam o lugar à participação e ao empenhamento cívico. Pela democracia e pelos Açores.

Cumprimento respeitosa e cordialmente, em jeito de despedida, o Senhor Presidente da Assembleia, as colegas e os colegas Deputados e cada um dos Senhores Membros do Governo.

Disse!

(Aplausos da Câmara)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Coelho.

(*) **Deputado Francisco Coelho (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Alberto Pereira:

Com a sua opção, devidamente explicada, por nos deixar mais cedo do que o “contrato” à partida indicaria, gostaria de lhe dizer, com sinceridade, que acho que ficamos todos mais pobres.

Compreendendo e respeitando em absoluto a sua opção, a verdade é que este Parlamento e a sua democracia vive da pluralidade, da crítica frontal, da convicção com que defendemos os nossos ideais, mas nunca deixamos, é certo, de reconhecer valia no adversário, de respeitar outras opções e, sobretudo, de perceber que é exactamente essas diferenças que fazem superioridade moral, ética e prática da nossa democracia.

Por isso, e porque V. Exa. foi, com certeza, ao nível político, ao nível pessoal e também ao nível técnico um bom colega e deu um excelente contributo a esta casa, gostava de lhe fazer esta homenagem e de lhe dizer também que tem apenas a pequeníssima virtude, essa sua saída antecipada, de nos lembrar a todos, se preciso fosse lembrar, que transitória é sempre esta nossa prestação e que devemos ter todos sempre consciência disso. Devemos efectivamente agir com o empenho de quem tem a eternidade à sua frente, tendo a consciência de que o nosso contrato, o nosso desempenho, pode sempre terminar a qualquer momento.

Também não posso deixar de dar um enorme elogio à cotagem e à lucidez do seu discurso, não sobre os políticos, embora não possa deixar de ser, mas sobre a democracia no fundo, porque sendo a actividade política transitória, quando falamos naqueles que transitoriamente aqui estão, estamos no fundo a falar dos cidadãos.

É bom que se perceba essa grandeza desse serviço e é bom que todos dêem um contributo para isso. É preciso ter a coragem de afrontar de caras a demagogia,

algum mediatismo de título de jornal que em nada tem vindo a beneficiar, nem beneficia, a verdadeira democracia e os valores.

É verdade, Sr. Deputado, nessa intervenção muito brilhante e muito lúcida, que não somos todos brilhantes, nem somos de certeza, também e felizmente, tão maus como presumidamente parecerá a quem ler os nossos jornais, ouve as nossas rádios, vê a nossa televisão. E, sobretudo, também é preciso, conforme V. Exa. deixou claro, que se afronte e se tente combater aquilo porque, apesar de tudo, ainda não somos tão bons.

Eu estava a ouvir o seu discurso e lembrei-me, quando, em Setembro passado, com o Sr. Presidente da Assembleia e com o Sr. Deputado Artur Lima, fui representar este Parlamento ao Conselho da Europa a Estrasburgo, de uma senhora política espanhola (canarina, se não estou em erro), que acerca do parlamentarismo, disse qualquer coisa como isto: os parlamentos não podem ser o pátio de recreio dos partidos.

Todos nós temos também essa responsabilidade de dignificar o Parlamento, de dignificar os partidos, de escolher os melhores em cada momento, os mais disponíveis.

V. Exa. foi um destes, continuará a ser um destes, porque uma democracia valorizada não dispensa os cidadãos e V. Exa. continuará a ser com certeza um bom cidadão.

Portanto, como co-responsável político, como cidadão, como socialista e como açoriano naturalmente, eu queria, Sr. Deputado, agradecer-lhe o seu contributo, desejar-lhe as maiores felicidades pessoais e profissionais e até sempre.

Muito obrigado.

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): Muito bem!

(Aplausos da Câmara)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS/PP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Alberto Pereira:

Queria, em primeiro lugar, felicitá-lo pela qualidade, clareza e objectividade da sua intervenção. Pelo menos, Sr. Deputado, vai fazer-nos pensar o que é, como devemos estar e como servir na política.

Frontalidade, lealdade, sinceridade foram características que sempre vi no Alberto Pereira.

Foi sempre um homem de fino trato, um colega excepcional, que nos tratava a todos com respeito, pese embora às vezes com divergência de opinião.

O Deputado Alberto Pereira trouxe coerência, rigor e ética para a política.

Devo dizer-lhe, Sr. Deputado, que homens da sua envergadura engrandecem este Parlamento e a política.

Tenho pena que V. Exa. nos abandone já, naturalmente compreendendo todas as razões que aduziu e a opção que faz pela sua vida. É mais um exemplo do desprendimento e às vezes da acusação de que somos vítimas de que estamos agarrados a lugares, que vivemos disto, que precisamos disto. Não senhor! Há gente que vem aqui com a nobreza de dar o seu contributo à política como foi visivelmente, muito visivelmente Sr. Deputado no seu caso, e mostra o desprendimento de sair porque entende que deve sair.

Pela minha parte queria agradecer toda a amizade que dispensou, os bons momentos que naturalmente tivemos, as conversas e as confidências e desejar-lhe a si e à sua família as maiores felicidades e também, com as características que tem, terá muito para dar à nossa sociedade, enquanto cidadão e naturalmente vamos ainda ouvir falar de si.

Muito obrigado.

(Aplausos da Câmara)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Clélio Meneses.

(*) **Deputado Clélio Meneses (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Obviamente para dar um testemunho público, como se fosse necessário, de alguém que partilhou os últimos anos da vida, quer pública, quer pessoal, com o

Dr. Alberto Pereira. O testemunho público das qualidades, das capacidades, do empenho e de valores que muitas vezes são ditos como de circunstâncias, mas não são vividos quando necessários e que o Dr. Alberto Pereira sempre manifestou, da solidariedade e da lealdade. É muito bonito falar nisso, mas é muito mais rico, muito mais nobre quando isso é manifestado em cada dia, em cada acto, em cada momento.

Por isso, é também o momento para manifestar o gosto que foi de trabalhar com o Dr. Alberto Pereira, quer na direcção do grupo parlamentar que acompanhou durante todo este tempo, nas várias comissões, no trabalho diário, nas ideias, nos contributos, nas dúvidas, em todos os momentos, ou quando o telefone tocava ou quando a presença física expressava também os sentimentos do Dr. Alberto Pereira no contributo que sempre deu para dignificar o trabalho do Grupo Parlamentar do PSD.

Por tudo isto e por tudo aquilo que ele também sabe, é a altura de agradecer publicamente este contributo e é a altura também para dizer que a porta está sempre aberta, mais que não fosse pela figura regimental e estatutária utilizada de suspensão do mandato. Obviamente que a porta está e estará sempre aberta.

O retracto que o Dr. Alberto Pereira aqui trouxe, apesar da figura regimental utilizada não comprometer o tempo do Grupo Parlamentar do PSD, é obviamente o retracto que espelha o carácter, a personalidade no sentido cívico da participação política do Dr. Alberto Pereira, mas no qual o PSD se revê de forma absoluta e integral. Demonstra que nestes momentos às vezes há aquela ideia de que as pessoas só são valorizadas na altura da despedida, que as suas palavras só são entendidas na altura da despedida.

Devo dizer ao Dr. Alberto Pereira que, como bem sabe, sempre soubemos que era assim e sempre admirámos a sua postura, sempre soubemos que aquilo que, convictamente, afirmava era, de facto, a forma de manifestar os seus sentimentos.

Por isso, reconhecendo tudo isto espelhado neste momento, o PSD agradece o trabalho e manifesta, pois como uma postura como aquela que foi aqui evidenciada, dizendo claramente o que é importante para também dignificar a

actividade política, com estes discursos, é que se dá passos decisivos para que cada vez mais a actividade parlamentar, a actividade política seja vivida de forma intensa, mas com alegria por aqueles que a exercem, de facto, e assim reconhecida por aqueles que nos elegeram.

Muito obrigado.

(Aplausos da Câmara)

Presidente: Já agora seja me permitido também, enquanto Presidente da Assembleia, dizer-vos que faço minhas as palavras que foram aqui dirigidas ao Deputado Alberto Pereira.

Agradeço também as suas palavras e a lucidez da sua intervenção pública e política.

Agradeço também em nome da Assembleia o seu contributo para a valorização desta casa, no aspecto político e também no aspecto técnico, que me pareceu bastante relevante.

Finalmente, desejo-lhe as maiores felicidades pessoais e como dizia o outro, havemos de nos ver por aí.

Um abraço e obrigado.

(Aplausos da Câmara)

Presidente: Passamos ao tratamento de assuntos político relevantes.

Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Guilherme Nunes.

(Neste momento o Deputado Cláudio Lopes foi substituído na mesa pelo Deputado António Pedro Costa)

Deputado Guilherme Nunes (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado:

Na fase de exploração portuguesa do Atlântico, sabe-se que foi [Diogo de Teive](#) quem achou as ilhas do Grupo Ocidental dos Açores, no regresso de sua segunda viagem de exploração, em [1452](#). A ilha do Corvo terá sido descoberta em simultâneo com a ilha das Flores, já que as duas se avistam mutuamente. A sua designação henriquina é ilha de [Santa Iria](#), mas foi também chamada de ilhéu das Flores, ilha da Estátua, ilha do Farol, ilha de São Tomás e ainda de ilha do Marco, nome que persistiu durante alguns séculos em razão de servir como referência geográfica para os marinheiros.

As duas ilhas do grupo Ocidental, embora se encontrem bastante próximas uma da outra, nunca estiveram ligadas regularmente por um transporte marítimo. A única ligação regular existente entre as duas ilhas é feita, duas vezes por semana, pelo Dornier da SATA. Durante os meses de Verão, principalmente Julho e Agosto, existem vários barcos de pequena dimensão que ligam as duas ilhas. Essas ligações, feitas sem grandes condições e sem conforto para os passageiros, não são regulares e baseiam-se nos seguintes princípios: - transportam as pessoas que se encontram na ilha das Flores e que desejam visitar o Corvo em dois períodos de tempo; manhã e tarde.

De manhã fazem sempre a viagem depois do pequeno-almoço e regressam antes do almoço. No período da tarde, quase sempre, aproveitam para fazer duas viagens, uma logo após o almoço e outra a meio da tarde. Regressam, sempre, às Flores antes do jantar.

Os turistas que nos visitam, depois de todas estas manobras para que o pequeno-almoço, almoço e jantar, sejam, sempre, tomados nas Flores, acabam por ficar no Corvo apenas durante uma hora e meia e duas horas e meia sensivelmente.

É, manifestamente, muito pouco tempo para se visitar uma ilha, por muito pequena que ela seja.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sabendo da importância crescente que tem o turismo na economia do nosso país e da nossa Região; sabendo que essa é uma actividade que, na ilha do Corvo, não faz gerar a riqueza que dela se esperaria, sabendo que os residentes das

duas ilhas não tem possibilidade de se deslocarem entre elas regularmente por via marítima, sabendo que na ilha temos já as condições mínimas para receber aqueles que nos visitam; - além da tradicional oferta de camas em casas particulares, temos uma residencial de óptima qualidade, fruto de investimento particular com o apoio do fundo de coesão, que oferece doze camas. Existem também na ilha dois restaurantes, um dois quais com capacidade para 65 clientes, além de vários pequenos bares que oferecem refeições ligeiras; o Governo Regional, para tentar reverter a situação descrita anteriormente, através da Secretaria Regional da Economia, lançou um concurso internacional, que está já em fase de adjudicação à empresa Estaleiros Navais de Peniche pelo preço base de 753 100,00 euros, para a construção de uma embarcação de passageiros, que ligará as duas ilhas do Grupo Ocidental. A nova embarcação terá como serviço, como já foi referido, o transporte de passageiros no Grupo Ocidental do Arquipélago dos Açores, efectuando viagens entre o porto da Casa na ilha do Corvo e os portos da ilha das Flores numa distância máxima de vinte milhas náuticas. A embarcação é do tipo de convés corrido, possuindo cabine central onde se localiza o comando e o salão de passageiros, existindo à ré, no convés, uma área que possibilita o transporte de passageiros ao ar livre. O casco, convés e super-estrutura serão projectados e construídos em Plástico Reforçado a Fibra de Vidro Os pavimentos exteriores e dos sanitários terão um acabamento antiderrapante. O pavimento da cabine e do paiol de bagagem será insonorizado e revestido com um tapete antiderrapante. O pavimento da casa da máquina será em secções amovíveis de alumínio. O barco terá um comprimento fora a fora entre os onze e os doze metros, boca entre os 3,50 e os 4 metros, calado máximo de 1,50 metros e deslocamento carregado inferior a doze toneladas. A embarcação será equipada com dois motores marítimos diesel a 4 tempos, dispostos lateralmente, próprios para embarcações comerciais, debitando no mínimo uma potência de 250 kW. Deverão ser de 6 cilindros em linha e sistema de refrigeração por água doce em circuito fechado e água salgada em circuito aberto. Será capaz de manter uma velocidade de vinte e três nós na condição de carga máxima, a uma rotação não superior a 2600 rpm. O

arranque deverá ser eléctrico a 24 V. O barco terá todos os meios de salvação, detecção e extinção de incêndios e será fornecido com garantia contra defeitos de fabrico de 2 anos para o casco e aprestamentos; enquanto que para os restantes equipamentos e sistemas de bordo o período de garantia dos fornecedores não deverá ser inferior a 1 ano. Todas as peças reparadas ou substituídas terão novo período de garantia de 1 ano.

Se a este investimento, que acabei de descrever, juntarmos a chegada dos novos aviões da SATA e dos novos barcos de passageiros que terão em conta as especificidades do Corvo, ou iniciativa como a que teve o Governo Regional e que culminou com a classificação do Ilha como reserva da biosfera, pensamos que, a breve trecho, teremos todas as condições para que as pessoas que nos visitam possam programar a sua ida à ilha sabendo que podem lá ficar e que terão maneira de sair. Assim se aumentarmos o número de visitantes e o tempo de permanência deles na Ilha, o turismo passará a ser uma mais valia para a nossa terra. Passará a ser uma actividade que criará riqueza e trará bem-estar para todos.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Terminaria, esta minha intervenção fazendo, daqui desta Tribuna, um protesto. E protesto aqui nesta Casa porque, se o fizer, daqui, talvez alguém me ouça.

Em vinte e um de Junho de mil oitocentos e trinta e dois, o Príncipe Regente D. Pedro IV elevou a povoação do Corvo a vila e sede de concelho. Antes disso, esteve sob jurisdição de Santa Cruz das Flores, sendo uma das freguesias daquele concelho. Depois da elevação a vila alguns serviços do estado, nomeadamente Serviços Anexados do Registo Civil e Notariado, (o Registo Predial só muito recentemente foi transferido para a ilha) e os Serviços de Finanças, entraram em funcionamento até aos dias de hoje. As pessoas mais idosas da ilha lembram-se de trabalharem nas finanças cinco funcionários.

O número desses mesmos funcionários foi diminuindo ao longo dos anos de cinco para quatro, três, dois, e sensivelmente há dois anos atrás, o Serviço de Finanças do Corvo encerrou as suas portas e passou a funcionar apenas alguns

dias por mês, numa total falta de respeito por cidadãos deste país que moram numa ilha, chamada Corvo.

Embora não se trate de um serviço regional ou regionalizado é um serviço essencial para a vida dos cidadãos e os Corvinos não concordam com o funcionamento, ou melhor, não funcionamento dos Serviços de Finanças na nossa Ilha.

Senhor Director Geral dos Impostos o Corvo também é Portugal.

Disse.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Está aberto o debate.

Tem a palavra o Sr. Deputado José Manuel Nunes.

(*) **Deputado José Manuel Nunes (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Guilherme Nunes:

Felicito-o, desde já, pela sua intervenção.

O senhor falou de turismo, na residencial que tem 12 quartos, mas o que o Corvo precisa neste momento é, sim, de um hotel. O Corvo precisa de um hotel com mais capacidade para albergar todos aqueles que nos visitam.

Abordou também o assunto do barco que vai fazer as ligações ao Corvo. Para alguns que estão nesta casa que não sabem bem como se constrói um barco, o que é um barco (o senhor fez um resumo exaustivo daquele barco que vai fazer as ligações ao Corvo), faltou dizer aqui uma coisa:

É que a quilha do barco, o casco para quem não sabe o que é a quilha, deve ser “lavada em ouro”, porque pelo valor orçamentado isto só pode ser um barco de ouro.

Se calhar com 200 mil euros eu consigo um barco melhor do que este. Mas tudo bem!

Eu gostaria de ter ouvido o Sr. Deputado Guilherme Nunes dizer-nos o porquê dos idosos do Corvo ficarem fora do Programa 60 +.

Deputado Mark Marques (PSD): Não foram só os do Corvo!

O Orador: Gostava que o Sr. Deputado nos dissesse o porquê do atraso dos subsídios à lavoura.

Gostava de saber o porquê do lar dos idosos, construído e pronto há tantos anos, estar encerrado.

Gostaria de saber o porquê da dragagem do porto da casa ainda não ter sido concluída.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Guilherme Nunes.

(*) **Deputado Guilherme Nunes (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado José Manuel:

Eu não sei se o barco é forrado de ouro ou de prata. Está no caderno de encargos.

O barco, como eu referi ali, tem todas as condições. O senhor sabe como elas são feitas.

Deputado José Manuel Nunes (PSD): Eu não sei. Eu não conheço!

O Orador: Não conhece, mas eu estive a descrevê-lo naquela tribuna. Se o senhor quiser pode conhecê-lo.

Deputado José Manuel Nunes (PSD): É uma canoa!

O Orador: Uma canoa. O senhor sabe como é que o transporte de passageiros é feito lá. É feito em barquinhos pequenos. Depois de estar direito, as pessoas vão a bater, não tem condições absolutamente nenhuma.

Ninguém quer impedir os particulares de fazerem os seus transportes. Se eles quiserem podem continuar a fazer.

Gostaria também de lhe dizer que este barco fica estacionado no Corvo, para não haver confusões.

O Sr. Deputado falou num hotel. Eu disse-lhe que temos as condições mínimas. Não falei nas máximas.

Se calhar, se houver algum privado interessado em construir um hotel, acho que ninguém o impede.

Eu falei nas condições mínimas, porque as temos. Falei em dois restaurantes, um que tem muito boas condições e do outro eu não vou falar.

Quanto ao lar de idosos, posso dizer-lhe que já foi aprovado o quadro de pessoal e por isso o senhor deve perguntar é à Santa Casa. O que o Governo tinha que fazer já fez, que foi aprovar o quadro de pessoal do lar. Agora terão que contactar o pessoal para fazer formação, mas isso parte da Santa Casa, se não estou em erro e se não me falha a memória.

Obrigado.

Deputado Herberto Rosa (PS): Muito bem!

Presidente: Para uma intervenção tem a palavra a Sra. Deputada Carla Bretão.

Deputada Carla Bretão (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Primeira pedra lançada...

Fotografia tirada....

Notícia do GACS enviada para as diversas redacções, apenas e só, com a informação criteriosamente seleccionada, roçando por vezes a ilusão tão hábil deste Governo Regional.

É o dia a dia dos afazeres do Governo Regional dos Açores.

Os problemas que surgirem terão resposta, com certeza, na culpa de alguém que não o Governo, porque este, para além de não ter mãos a medir no cumprir de tantas e tantas promessas, embora com anos e anos em atraso, está sempre, segundos os próprios, a pensar nos Açorianos...

E nada escapa a todo este frenesim de propaganda.

Senão vejamos.

O Governo Regional afirma que “continua a apostar na área da habitação, como área vital para a dignificação da vida dos açorianos”.

E estas foram as palavras do Secretário da Habitação e Equipamentos na cerimónia de lançamento da primeira pedra, de um empreendimento a custos controlados na Ilha Terceira.

Esta modalidade de promoção habitacional, segundo o Governante, em “que o Governo cede os terrenos e o projecto de infra-estruturas e as empresas privadas assumem a construção e venda, a preços mais baixos e **previamente determinados**, possibilita a muitas famílias terem acesso à habitação, o que não seria viável no mercado normal”.

Assim deveria ser. Toda a filosofia de base deste programa deveria ajudar muitas e muitas famílias a comprar uma habitação própria.

Se não fosse a propaganda a atrapalhar tudo, poderia ser diferente.

Se não fosse a ânsia do Governo Regional nos anúncios e no marketing político, tudo poderia ser diferente.

E assim, mais uma vez, aconteceu.

No decurso do ano 2005, foi anunciado, o apoio do Governo Regional à construção de habitações em regime de custos controlados na freguesia de São Bento, concelho de Angra do Heroísmo, a denominada Urbanização de Vale de Linhares.

Nos anúncios em causa, eram publicitados os milhões do apoio, o número de fogos, as tipologias e transmitida a ideia subjacente ao projecto, ou seja, a tal possibilidade de muitas famílias terem acesso à habitação a preços mais baixos, aos tais preços “previamente determinados”, tal como já tinha sido referido pelo Senhor Secretário Regional da Habitação e Equipamentos.

Os valores máximos de venda foram, também, amplamente anunciados. Valores, diziam, compreendidos entre os 59.220,00€ e os 97.861,00€, de acordo com a tipologia respectiva de T1, T2, T3 ou T4.

Os particulares interessaram-se em tal empreendimento no pressuposto das condições que lhe eram apresentadas, solicitando ao banco simulações dos valores em causa.

Pois é. É preciso fazer contas à vida... e saber se o esforço a que serão sujeitos ao nível do rendimento familiar irá compensar ou não tal aquisição.

Publicados os concursos, entregues as candidaturas a quem de direito, ou seja, à delegação da Secretaria Regional da Habitação e Equipamentos na Ilha Terceira

e seleccionados os concorrentes, foram assinados os contratos de promessa compra e venda com a empresa de construção.

Passados que são um ou dois anos, consoante o caso de assinatura dos contratos, eis que, independentemente da salvaguarda contratual e legal da actualização dos preços, os compradores são confrontados com actualizações do valor de compra das habitações **na ordem dos 10%**.

É, no mínimo, estranho e lesivo das expectativas dos particulares um aumento daquela dimensão neste curto espaço de tempo.

Não pomos em causa a legalidade da actualização de preços.

Mas, denunciemos a propaganda enganosa e penalizadora do Governo Regional que afecta directamente a vida dos Açorianos.

Denunciemos a atitude do Governo Regional quando anuncia os valores das habitações esquecendo-se de referir que existirão actualizações.

Denunciemos a falta de vontade do Governo Regional de melhorar efectivamente a vida dos Açorianos preocupando-se apenas e só com o lançamento das primeiras pedras e a fotografia de entrega das chaves.

Deputados Clélio Meneses e Jorge Macedo (PSD): Muito bem!

O Orador: Refutamos todo o procedimento seguido. Defendemos que, acima de tudo e para bem de todos os concorrentes, em vez de se depararem com uma alínea, no concurso, que refere que aqueles preços de venda respeitam ao ano de 2005 e estão sujeitos a revisão, queremos que as pessoas sejam devidamente informadas do que as espera.

Informadas no sentido de decidirem conscientemente perante uma simulação bancária que espelhe o valor mais próximo possível do valor de aquisição da habitação.

Mesmo porque o próprio concurso indica como um dos documentos a entregar a própria simulação bancária. Para quê? Se os preços não serão estes... como tais simulações podem atestar se o comprador poderá comprar ou não a casa?

Perante tais circunstâncias, alguns dos particulares em causa poderiam ter dificuldades para assegurar o crédito e, mesmo assegurando tal crédito, o

esforço financeiro e o impacto nos seus rendimentos será certamente muito penalizador face às decisões que tomaram aquando do início do processo.

E o Governo sabia que a Portaria em vigor na altura da feitura destes concursos era uma portaria que fixou preços para o ano 2003 e que necessariamente teria actualizações penosas.

E o Governo sabia que quando foram assinados os contratos promessa de compra e venda, respeitantes aos últimos 25 fogos colocados a concurso na referida Urbanização, em Julho de 2007, já tinha sido publicada a Portaria nº 696/2006 que fixava os preços de 2006 e que os preços indicados nos respectivos contratos induziam as pessoas em erro.

Mas, como sempre, quando não dá jeito, não quer saber.

A par de toda a propaganda eleitoralista segundo a qual o Governo Regional “continua a apostar na área da habitação, como área vital para a dignificação da vida dos açorianos, com persistência, com empenhamento”.

Apenas digo que, a par de toda e qualquer política de habitação que possa realmente dignificar a vida dos Açorianos, há que ter a consciência da necessidade de apoio às pessoas na aquisição dessas mesmas habitações, no esclarecimento de todas as situações que possam afectar efectivamente a sua qualidade de vida futura.

Neste caso o Governo demitiu-se do apoio, demitiu-se da ajuda que tinha a obrigação de dar a todas estas pessoas que ludibriou ao anunciar valores que sabia muito inferiores aos que realmente seriam no final das contas.

A tudo isto acresce a inqualificável assunção dessa mesma demissão por parte do Governo Regional, quando confrontado com tudo isto, como ocorreu com as declarações do Director Regional da tutela ao Telejornal da RTP-Açores do passado dia 15 de Janeiro, empurrando para a empresa privada as responsabilidades.

Agora, que os cidadãos efectivamente precisam de quem lhes acuda perante a inesperada situação, o Governo diz que nada tem a ver com o assunto!

Mas, se algo correr mal por parte dos adquirentes, aí sim quem volta a palco é o Governo Regional o qual receberá os reembolsos devidos pelas infracções.

É também de lamentar que apesar de os prédios em causa estarem concluídos há cerca de seis meses, desde 9 de Julho de 2007, só neste último mês começaram a ser entregues aos promitentes-compradores, estando fechados, com as inerentes consequências, tais como humidades, portas inchadas ou bolores. Tendo, mesmo, algumas sido inundadas e já apresentarem fendas nas paredes. A cada dia que passou os promitentes-compradores continuaram a pagar renda de casa e os juros do sinal entregue aquando da celebração do contrato-promessa.

Acresce, também, que o guião construtivo parece não ter sido cumprido, fazendo com que aquilo que foi apresentado e negociado não tenha sido respeitado.

É realmente de lamentar que o Governo Regional fique inebriado com a sua própria propaganda esquecendo que nem tudo se reduz a betão.

Esquecendo que o que interessa realmente é cuidar da qualidade de vida dos Açorianos.

Esquecendo que aumentos inesperados de 10% nos valores de aquisição de uma habitação, para alguns orçamentos familiares poderão significar verdadeiros constrangimentos no dia-a-dia das famílias. Caindo, assim, por terra o objectivo subjacente a todo e qualquer processo de apoio a empreendimentos ditos de custos controlados.

Disse.

Deputados Clélio Meneses e José Manuel Bolieiro (PSD): Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Estão inscritos o Sr. Deputado Gaspar Lima, o Sr. Secretário Regional da Educação e Ciência e os Srs. Deputados Artur Lima, Osório Silva e José Bolieiro.

Tem a palavra o Sr. Deputado Gaspar Lima.

(*) **Deputado Gaspar Lima (PS):** Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo, Sra. Deputada Carla Bretão:

A senhora sabe que o que trouxe nesta intervenção não é verdade. A senhora gosta muito de fazer demagogia e gosta de brincar com problemas sérios e com o trabalho que o Governo faz, e tem feito ao longo destes anos, na melhoria das condições de habitabilidade dos açorianos, principalmente dos terceirenses, porque tem-se investido naquela ilha, a nível de habitação, muito e bem.

Deputado Nuno Amaral (PS): Muito bem!

O Orador: A Sra. Deputada sabe que estes contratos são assinados entre as empresas de construção e os particulares que compram as habitações.

A senhora sabe que a função do Governo Regional, ou da Secretaria Regional da Habitação, é adquirir o terreno, pôr a concurso, criar as condições para que as habitações sejam bem feitas e com boas condições de habitabilidade e isso depois depende tudo de uma tabela que é feita pelo INH.

A senhora sabe perfeitamente, por isso veio para aqui com demagogia, que esses preços só chegam ao fim depois das casas estarem concluídas e também sabe que a tabela do INH todos os anos sofre alterações e arranjos.

Por isso o que a senhora trouxe aqui foi só demagogia. Não tenho mais nada a dizer.

Muito obrigado.

Deputado Nuno Amaral (PS): Muito bem!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Educação e Ciência.

(*) **Secretário Regional da Educação e Ciência (Álamo Meneses):** Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

A Sra. Deputada tem a obrigação de saber (todos nós sabemos!) que se trata de um contrato entre privados. Também tem a obrigação de saber que, ao contrário daquilo que a senhora aqui disse, ninguém se demitiu de intervir nesta matéria.

Como é que a Sra. Deputada julga que o assunto se resolveu?

Como é que a Sra. Deputada julga que os registos foram feitos tão depressa como foram feitos?

Como é que a Sra. Deputada julga que a situação avançou como avançou?

Porque o Governo Regional, ao contrário daquilo que a senhora aqui quis fazer parecer, empenhou-se, e empenhou-se com muita energia, na resolução desse problema.

Deputada Carla Bretão (PSD): O senhor não sabe!

O Orador: Eu sei porque participei nesse processo e não lhe admito que venha dizer que eu não sei. Sei porque estive envolvido nisso pessoalmente e o meu colega responsável pela habitação sabe ainda muito mais do que eu.

A senhora sabe perfeitamente que se tratou de uma situação bem complexa que tem a ver, infelizmente, com o mau funcionamento de um serviço na nossa ilha, no caso a Terceira, e que foi preciso um grande empenho para que as casas pudessem ser entregues no tempo em que foram.

A Sra. Deputada também tentou passar aqui um atestado de menoridade aos compradores. As pessoas negociaram o contrato, assinaram e sabem as regras desse contrato. Todos eles ao conheceram e assumiram as suas responsabilidades perante a empresa, perante o banco.

De facto, neste caso, é uma situação que o Governo Regional tem responsabilidades como uma das partes no contrato inicial que levou à construção daqueles imóveis, é uma entidade que se esforçou para que eles fossem construídos.

O Governo Regional nunca se demitiu, nunca se afastou do processo. Acompanhou, ao longo de todo o seu desenvolvimento, os diversos passos que foi preciso dar para chegarmos aonde chegámos, interveio sempre que foi preciso intervir, fez o que tinha a fazer e continuará a fazer o que tem a fazer sempre que o problema não esteja resolvido.

Mas a verdade é que se trata de um contrato que tem regras e essas regras têm que ser cumpridas por todos os envolvidos, seja a empresa, sejam os proprietários.

Da parte do Governo Regional tudo será feito para que esse contrato seja cumprido, para que as casas tenham a qualidade que devem ter, para que o contrato se mostre cumprido inteiramente.

Essa é uma responsabilidade do Governo Regional, da qual o Governo não se demitiu, nem se demitirá.

Portanto, Sra. Deputada, o que aqui trouxe foi demagogia, foi uma leitura feita a partir dos jornais, creio eu, e feita a partir não sei do quê, mas é algo que a senhora tinha a obrigação de saber.

Deputado Clélio Meneses (PSD): No contacto com as pessoas!

Deputada Carla Bretão (PSD): Está muito enganado!

O Orador: Não estou.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS/PP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Começaria pela última parte.

Sr. Secretário Regional da Educação e Ciência, eu soube do assunto pelos jornais, obviamente porque foi notícia, mas soube também de viva voz por alguns dos moradores...

Secretário Regional da Educação e Ciência (Álamo Meneses): Também eu!

O Orador: ... como o senhor também tenho a certeza que soube. Portanto, ouvi o que eles me contaram e naturalmente não terá sido diferente do que contaram a si ou ao PSD.

Este caso é curioso e de algum modo é lamentável.

A Sra. Deputada Carla Bretão trouxe aqui, e bem, esse assunto, mas curiosamente não tocam no ponto que eu acho que é fulcral de todo este processo, que é justamente a empresa privada, como se essa empresa não tivesse história, como se não a conhecêssemos e é aqui que eu vejo, quer de um lado, quer do outro, uma protecção que não chego a perceber.

Secretário Regional da Educação e Ciência (*Álamo Meneses*): Explique melhor!

O Orador: Eu vou explicar, Sr. Secretário. Eu vou lá chegar.

É aqui que o Governo Regional se demite das suas responsabilidades e deixa “David contra Golias”, ou seja, os compradores contra a gigantesca empresa dirimindo argumentos, um comprador com o gabinete jurídico de uma empresa. Quem é que sai a perder nisso?

Sai sempre o comprador.

Afirmam, de viva voz, e posso levá-los perante V. Exa., se assim o entender (V. Exa. conhecerá tão bem ou melhor do que eu quem são), a confirmarem aquilo que eu estou a dizer: a demissão total e completa da Delegação de Obras Públicas da Terceira que não quer saber; o Sr. Director Regional não quer saber; o Sr. Secretário não quer saber.

Portanto, abandonam os compradores à sua má sorte.

É isso que eu quero saber do Governo Regional, porque é isso que me interessa. O que interessa é resolver rapidamente o problema daquela gente.

Eu quero saber da parte do Governo Regional muito claramente o seguinte:

Vão deixar que esta empresa privada não cumpra o que está assinado e o seu compromisso?

Vão deixar os moradores a dirimirem o conflito com a empresa privada?

Eu vejo aqui muito medo em tocar na empresa privada. Algum motivo haverá para não se “beliscar” essa empresa privada que não está cumprindo o que está no caderno de encargos. Há alterações de materiais, há alterações de concepção na construção, há casas que já estão degradadas porque não tem água, tem janelas partidas, portas que já não servem. E é habitação nova?

Como é que o Governo Regional fiscaliza esta obra?

Quem é que fiscaliza?

Quem é que exige – há-de ter nomeado um fiscal para a obra – que as casas sejam entregues aos compradores como casas novas? Algumas delas já não são novas, já entram noutra patamar para os senhores subsidiarem, que é a

habitação degradada acabada de construir. Portanto, vamos lá ver se nos entendemos nesta matéria.

Deputado Osório Silva (PS): O senhor conhece as habitações?!

O Orador: Sr. Secretário, faço-lhe um desafio:

Vamos Segunda-feira ou Sábado visitar esse complexo habitacional e vamos ver com os nossos olhos, como eu já vi, o que lá está.

Secretário Regional da Educação e Ciência (Álamo Meneses): Eu também já vi!

O Orador: Quem é o responsável por isso?

São os moradores que vão dirimir o conflito com essa empresa?

Essa empresa não tem responsabilidades?

Vamos lá ver uma coisa:

Sejamos aqui muito rigorosos e muito claros. É muito fácil apresentar um orçamento, sabendo que dali a 3 anos há um aumento de 10%. É fácil!

Há aqui uma complexidade, Sr. Secretário.

Eu estou a colocar-lhe dúvidas, Sr. Secretário, que as pessoas põem. São dúvidas, são questões.

Há aqui uma complexidade nesta matéria que é preciso resolver. Agora, há aqui alguém que não pode ficar prejudicado e o dever moral e a obrigação do Governo Regional, é defender os moradores.

Eu quero ouvir da sua boca, aqui, de viva voz, que é isso que o Governo vai fazer, Sr. Secretário.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Osório Silva.

(*) **Deputado Osório Silva (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Muito já foi dito em relação a esta questão aqui trazida a plenário. Gostaria somente de dizer que da parte do Partido Socialista, e ao contrário do que tentaram de alguma forma antever aqui na discussão, orgulhamo-nos daquilo que tem sido feito pelo Governo e, no caso em particular, no que concerne quer em relação à política de habitação social, quer em relação àquilo que tem sido a política de apoio à habitação degradada...

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Neste caso concreto!

O Orador: Deixe-me terminar, Sr. Deputado Artur Lima.

... como em relação ao apoio e à criação de políticas de apoio aos jovens no acesso à habitação.

O Bairro de São Bento, de Vale Linhares, é o exemplo e uma demonstração da vontade e do interesse que o Governo Regional tem tido como intervenção nessa matéria em relação à questão da habitação.

Portanto, como dizia e como já aqui foi dito, por vezes cai-se num discurso de retórica e de alguma demagogia em relação a essa matéria.

Em relação ao caso concreto, como o Sr. Secretário já teve oportunidade de explicar, essa matéria já está a ser resolvida. Tanto já está a ser resolvida que as pessoas já estão a ter acesso às suas habitações, as pessoas estão a ser chamadas para proceder às suas escrituras.

A outra questão que foi aqui levantada em relação à questão da degradação das habitações, convido os Srs. Deputados a deslocarem-se a essas habitações e demonstrarem isso, porque na verdade é muita a demagogia que estão a utilizar em relação a essa matéria.

De facto, uma habitação nova com 6 meses dificilmente estará tão degradada como tentaram antever neste debate.

Disse.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Manuel Bolieiro.

(Neste momento o Sr. Presidente foi substituído na mesa pelo Vice-Presidente, Deputado Costa Pereira)

(*) **Deputado José Manuel Bolieiro (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Começo por cumprimentar a minha colega, Deputada Carla Bretão, pelo tema que introduziu neste debate. Partindo de um caso concreto, a abordagem pode “partir da árvore pela floresta”.

Na verdade, pensar hoje a política social para a habitação é diferente de há meia dúzia de anos atrás.

Deputada Cláudia Cardoso (PS): Não tenha dúvida!

O Orador: Se há anos atrás se justificou terminar o programa de política social de habitação como o SAFIN, porque entretanto as taxas de juros baixaram, hoje importa reflectir se não está na hora certa de haver uma política social de apoio à habitação e os que necessitando de apoio para terem casa própria também não devem ter, mesmo que na situação de habitação de custos controlados (foi o caso concreto que a Deputada Carla Bretão trouxe a esta casa) uma visão de maior sensibilidade por parte do Governo Regional quanto ao crédito.

A Sra. Deputada fez referência, mesmo neste caso concreto que se passa na Ilha Terceira, que há custos a mais que rondam em média os 10%. Põe em causa o equilíbrio económico e social de muitos agregados familiares que entretanto...

Deputada Cláudia Cardoso (PS): O senhor sabe que isso não é verdade!

O Orador: ... hoje têm contrato para aquisição de habitação.

Quero deixar aqui nota, louvando até uma denúncia do Deputado Artur Lima: o Governo tem-se mostrado insensível e escusa assumir uma responsabilidade de acção e de regulador dessa matéria.

É de fundamental importância, para que se mantenha um rumo de justiça social em matéria de acesso à habitação social, que o Governo não deixe de procurar regular situações destas que se passam na Ilha Terceira ou que se passam em toda a região, seja decorrente de negociações directas com empresas privadas, seja da acção directa e da intervenção directa do Governo Regional.

Pela nossa parte quero deixar registado que o Partido Social Democrata se revê neste tempo numa política social que possa rever exactamente a opção de apoiar o crédito das famílias que recorram à banca para, mesmo na aquisição a habitação a custos controlados, que possam contribuir para o equilíbrio sócio-económico do agregado familiar.

É isso que está em causa para uma verdadeira política social de habitação que acompanhe os tempos actuais em matéria da taxa de juro.

Por isso a Sra. Deputada Carla Bretão, em boa hora, trouxe a questão e ela tem que ser analisada não apenas na área concreta que ela abordou relativamente a uma situação na Ilha Terceira, mas sim para uma verdadeira política social de habitação em matéria de custos controlados.

Tenho dito.

Deputados Clélio Meneses e José Manuel Bolieiro (PSD): Muito bem!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Educação e Ciência.

(*) **Secretário Regional da Educação e Ciência (Álamo Meneses):** Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Gostaria de responder directamente às questões que foram colocadas pelo Deputado Artur Lima, dizendo, em primeiro lugar e à partida, que da parte do Governo Regional haverá sempre um apoio, sem qualquer dúvida e sem qualquer questionamento, aos moradores, aos adquirentes dessas casas. Não há dúvida em relação a isso.

Também quero dizer que esse apoio já aconteceu para que o assunto chegasse ao ponto que chegou. Com certeza continuará a acontecer, quer, se for preciso, entrar nalguma situação de litígio com a empresa, quer em termos técnicos no acompanhamento daquilo que aconteça em termos da análise da qualidade da construção e do estado da construção.

Esse apoio aos moradores, da parte do Governo Regional, existirá sempre. O Governo Regional não tem qualquer interesse em termos de protecção daquela ou de outra empresa qualquer.

Também lhe quero dizer que aquelas casas foram construídas no regime de custos controlados, o que quer dizer que a empresa construiu para vender. Portanto, não houve da parte do Governo Regional uma fiscalização da construção, porque não se tratou de uma obra pública. Tratou-se, sim, de uma obra privada feita dentro destas regras públicas, mas isso não isenta aquela empresa daquilo que está na lei, que é a garantia durante 5 anos da qualidade da construção, garantia essa que aquela empresa terá que manter, porque isso faz parte da lei geral e também se aplica àquele tipo de habitação.

Portanto, da parte do Governo Regional haverá todo o apoio e todo o acompanhamento que seja necessário dar aos moradores no sentido de garantir que os seus direitos enquanto adquirentes das habitações serão respeitados e, obviamente, eu espero (não tenho a certeza!) que a empresa honrará o seu compromisso e a garantia que está legalmente obrigada nos próximos 5 anos.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Carla Bretão.

(*) **Deputada Carla Bretão (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo, Sr. Secretário Regional:

Eu não vi a empresa privada a lançar a primeira pedra!

Eu não vi a empresa privada a anunciar os milhões de apoio!

O que eu vi foi o Governo Regional a anunciar o apoio ao empreendimento de habitação...

Secretário Regional da Educação e Ciência (Álamo Meneses): Com muita honra!

A Oradora: ... a custos controlados, anunciando preços de venda previamente estabelecidos.

O que o Governo Regional esqueceu-se aqui de referir foi que esses preços teriam actualizações e essas actualizações poderiam eventualmente ser penosas.

Este alerta que aqui trouxe, como muito bem o meu colega José Manuel Bolieiro referiu, é um problema particular que se pode tornar num problema geral ao nível de todos os empreendimentos que são feitos na Região a custos controlados.

As regras existem. Legalmente a actualização é prevista.

Secretário Regional da Educação e Ciência (Álamo Meneses): Prevista e quantificada!

A Oradora: No anúncio que é feito ele é esquecido...

Secretário Regional da Educação e Ciência (Álamo Meneses): Não, não!

A Oradora: ... e o aumento foi de 10%. É um aumento muito significativo para alguns orçamentos familiares, acrescentando a situação de que no próprio concurso é pedida a simulação bancária dos valores apresentados, não de

valores hipoteticamente, incluindo futuras actualizações. Logo aí, não sei como poderão fazer uma avaliação do acesso às habitações.

Mas não é isso que está aqui em questão. O que está aqui em questão é a penalização que as pessoas sofreram ao longo deste tempo, e mais, tal como referi na minha intervenção, o atraso na entrega nas casas, o atraso nos registos, o atraso ou o não cumprimento, digamos assim, do guião construtivo que parece que o Governo Regional se demite de toda esta situação. Demite-se escudando-se na empresa privada.

A meu ver, tudo o que é anunciado com apoios do Governo Regional terá necessariamente de o manter até ao fim. Então, se anunciou com pompa e circunstância, se lançou a primeira pedra, eventualmente até poderia fazer uma inauguração (com certeza neste momento já não irá acontecer por todos os problemas que já foram denunciados).

Penso que o Governo tem responsabilidade na fiscalização de tudo o que tiver a ver com a execução destes empreendimentos.

Deputados Clélio Meneses e Jorge Macedo (PSD): Muito bem!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS/PP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Registo, Sr. Secretário, o compromisso por parte de V. Exa., e em nome do Governo, de que não abandonará os compradores à sua sorte. Registo e bem registado!

É preciso dizer que efectivamente têm 5 anos de prazo de garantia. O problema é que ao fim de 6 meses essa empresa já se recusa a fazer as reparações de defeitos estruturais do edifício. Não sou eu que o digo. São os moradores. Há provas e quem tiver dúvidas, mesmo que seja de uma ilha mais do ocidente, quando for a uma ilha do Grupo Central vai lá e vê, nem que para isso seja preciso pôr uns óculos, mas julgo que mesmo sem óculos é capaz de ver o que lá se está a passar.

Efectivamente é preciso que essa empresa honre os compromissos assumidos. Isso é fundamental e o “dedinho na ferida” é no não cumprimento por parte da

empresa do caderno de encargos e no rigor na construção como se tinha comprometido, como estava devidamente acordado e como estava no contrato. É aí que o Governo Regional deve intervir, não sei se como mediador. Sei perfeitamente que aquilo é habitação a custos controlados e que a empresa fez para ganhar dinheiro, etc. Até fez (e é uma coisa que me escandaliza um bocado) garagens para vender a 7.500 euros ou a 8.000 mil euros. Enfim, é ganhar dinheiro. Está no seu direito. Mas num bairro a custos controlados é um bocadinho escandaloso. Foi o contrato que se fez.

Volto a dizer que os moradores estão penalizados pelo atraso, estão há mais de um ano a pagar uma prestação ao banco, não há nenhuma indemnização prevista para essa gente. Podem rescindir o contrato, foi a solução que a empresa lhes deu.

Agora eu pergunto:

Para quem já fez um esforço, viu ali a oportunidade de ter uma habitação condigna e pelo não cumprimento por parte da empresa (diferencio aqui, por parte da empresa) de como devia construir a casa, essa gente tem como remédio rescindir o contrato. Não posso aceitar isso, Sr. Secretário.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Educação e Ciência.

(*) **Secretário Regional da Educação e Ciência** (*Álamo Meneses*): Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Eu começaria da parte final para o princípio. Reafirmo: da parte do Governo Regional tudo será feito para que os contratos sejam cumpridos. Embora se trate de contrato entre privados, os adquirentes terão todo o apoio que for necessário, quer técnico, quer jurídico, no sentido de fazerem valer os seus direitos. Essa é uma obrigação que o Governo Regional tem e da qual o Governo Regional não se demite.

Também lhe quero dizer que em relação às questões técnicas de construção e às questões que têm a ver com a tipologia, quer com os materiais, tudo isso está devidamente tipificado na legislação que enquadra a construção a custos controlados e obviamente que agora terá que ser feita a verificação para

sabermos se houve ou não a violação dessas normas. Isso está a ser feito e obviamente que o cumprimento do contrato inicial com o Governo Regional será assegurado.

Sra. Deputada Carla Bretão, deixe-me dizer-lhe que o Governo Regional apareceu no lançamento daquela obra como aparece no lançamento de todas as obras que dizem respeito ao Governo Regional e em outras que eventualmente seja convidado, porque o Governo Regional, de facto, foi um dos interventores no processo ao ceder os terrenos e ao criar o enquadramento que levou ao aparecimento daquele empreendimento a custos controlados.

Mas os controlados têm um conjunto de regras que estão fixadas em lei e essas leis são para cumprir, quer por uns, que por outros, quer pela empresa como acabámos de falar, mas também quem compra uma casa dessas sabe o que compra, porque ninguém lhe escondeu coisa nenhuma. Não há nenhuma publicidade enganosa. Há lá um cartaz afixado, com letras bem grandes, que diz “empreendimento a custos controlados”. Custos controlados quer dizer aquilo mesmo. Quer dizer que as regras são aquelas e não outras. É isso que tem ficar aqui muito claro.

Ninguém enganou ninguém e o que a Sra. Deputada tentou aqui dizer foi “coitadinhos porque não sabiam...”

Deputada Carla Bretão (PSD): É publicidade enganosa!

O Orador: Sabiam. São pessoas adultas, são pessoas inteligentes, são pessoas que fizeram as suas contas, foi-lhes feita uma simulação e tomaram as suas decisões. São pessoas que, agora, se virem que as suas decisões foram defraudadas têm que ser ressarcidas por isso. É isso que tem que ser garantido e não outra coisa qualquer, porque os contratos são para cumprir por ambas as partes.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): É publicidade enganosa!

O Orador: Quanto à questão da simulação bancária, Sra. Deputada, uma simulação bancária é uma simulação bancária. Parte do princípio que um juro é um juro, que infelizmente para todos nós já não é o que era, e parte do princípio que o preço é um preço, que também é infelizmente para os compradores

daquelas casas já não é o que era, mas estava previsto que já não seria o que era, porque estava prevista uma taxa de evolução e regras para essa evolução.

Portanto, Sra. Deputada, todas as pessoas envolvidas no processo, incluindo os compradores que são pessoas inteligentes, vão poder dizer que sabem o que estavam a fazer, porque sabem que quando levaram aquela simulação bancária ela se baseava num pressuposto de preço e taxa de juro. Infelizmente neste momento, nem um, nem outro, se verifica, mas mais grave que a questão do preço é a questão da taxa de juro. Esse é que é o problema mais grave. É esse que está a afectar mais as famílias e é esse problema – e eu aqui tenho que concordar com aquilo que disse o Deputado da sua bancada, José Manuel Bolieiro – o problema das taxas de juros, que afecta neste momento os açorianos. É que a subida de 10% em três anos num crédito à habitação...

Deputada Carla Bretão (PSD): Um ano!

Deputado Osório Silva (PS): Um ano e meio!

Deputado Clélio Meneses (PSD): Há contratos que foram um ano!

O Orador: Os preços eram de 2003. Em três anos, em relação ao preço de referência, é de facto uma subida grande, mas muito mais grave do que isso foi a subida que nalguns casos chegou aos 50% dos juros. Isso é que está a causar graves problemas às famílias.

É um problema que terá que ser acompanhado e analisado em função daquilo que venha a ser a evolução das taxas de juros.

Neste momento há indicadores que apontam para uma eventual descida, mas se elas não descerem, terá que haver uma intervenção nessa área.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Carla Bretão.

(*) **Deputada Carla Bretão (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo, Sr. Secretário Regional:

É óbvio que a taxa de juro é penalizadora para todos nós e deriva das conjunturas de mercado.

Esta questão dos 10% do aumento num ano nos contratos que foram assinados em Julho de 2006, ainda é mais penalizadora. As pessoas não estavam a contar

com isso, acrescentando a que quando foram assinados esses contratos já tinha saído uma actualização de preços para 2006.

As pessoas poderão eventualmente ler o contrato e perceber o que lá está escrito, porque sabem que vai haver actualização. Nunca contaram eventualmente foi com o esconder de uma portaria que fixava novos preços.

Secretário Regional da Educação e Ciência (*Álamo Meneses*): Ninguém escondeu coisa nenhuma!

A Oradora: Nunca vi nenhum anúncio do Gabinete de Imprensa do Governo Regional que aludisse a qualquer actualização. Por isso é que eu me refiro à propaganda enganosa que é feita pelo Governo Regional e não poderá dizer o contrário, porque não há nenhum anúncio do Governo Regional que refira essa actualização.

A primeira vez que se ouve falar nisso é no lançamento do concurso público, porque as regras têm que estar lá bem espelhadas.

Sr. Secretário, ninguém está a contar num ano aumentar cerca de 10 mil euros no preço de aquisição na sua habitação. Diga-me se é razoável?

Diga-me, se não há aqui um esforço financeiro que terá que ser feito, muito penalizador para o orçamento?

Já para não falar na questão da taxa de juro, que é óbvio que é penalizadora, mas aí há uma dupla penalização, há a questão da actualização desmedida e há a questão da taxa de juro.

Quanto a isso, Sr. Secretário, eu sempre disse que sabia e percebia a actualização e percebo “as regras do jogo”. O que eu não compreendo é que na altura do lançamento do concurso, do lançamento da primeira pedra, não haja qualquer alusão, nem qualquer conversa com quem concorre a estes concursos...

Secretário Regional da Educação e Ciência (*Álamo Meneses*): Essa portaria nem sequer é do Governo Regional!

A Oradora: ... sobre estas possíveis actualizações e sobre os impactos que estas actualizações poderão ter no preço de aquisição da sua habitação.

Quanto a isto penso que estamos esclarecidos.

É a esta propaganda demagógica que me refiro.

Quanto ao resto espero realmente que o Governo Regional acompanhe, porque a informação que eu tenho é que o Governo Regional se demitiu automaticamente do acompanhamento de toda esta questão e por isso mesmo espero que, tal como disse aqui, o Governo Regional irá acompanhar o cumprimento do guião construtivo que se está tão por dentro do processo, deve saber quais são os problemas, mas senão, também é uma questão de reunir com os moradores e ver as casas.

Espero realmente que o Governo acompanhe esta situação até ao fim.

Presidente: Para uma intervenção tem a palavra a Sra. Deputada Fernanda Trindade.

Deputada Fernanda Trindade (PS): Sr. Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, em exercício, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Hoje em dia está muito em voga falar-se de urbanismo como uma das principais, senão a principal, preocupação dos políticos e dos gestores da causa pública. E porquê?

Porque o urbanismo é, no fim de contas, aquilo que faz com que as relações de convivência humana se tornem mais fáceis, mais saudáveis, mais apetecíveis e mais eficazes. Não nos esqueçamos que a palavra urbanismo deriva de termos latinos cujo significado fundamental é não só o viver-se na cidade, como o manter as melhores relações de convivência humana. Daí que ainda hoje se fale de urbanidade como de boa educação, e de modos de proceder urbanos como próprios de gente de bem e de boas maneiras.

Então, o que é o urbanismo de que se fala e trata hoje em dia?

Podemos considerá-lo quer como fenómeno demográfico, quer como disciplina social. Como fenómeno demográfico é o êxodo rural a que se assiste todos os dias: a fuga das pessoas do campo para a cidade em busca de melhores condições de vida. Como disciplina social é o conjunto de técnicas em que, a par de parâmetros estéticos, o que mais se pretende é permitir e facilitar às

peças as melhores condições de habitabilidade, de serviços, de comunicação, de trabalho, de convivência humana e de prazer.

Enfim, tornar agradavelmente habitável o espaço, e saudavelmente aproveitável a convivência humana. Assim, o urbanismo, no seu sentido mais lato, tanto se pode e deve aplicar às cidades como aos meios rurais.

Vejamos um pouco da história da aplicação desta nova disciplina social que é o urbanismo:

A mais célebre aplicação do Urbanismo foi a transformação de Paris pelo prefeito Haussman (1809-1891). Encarando ele a cidade sob o seu aspecto técnico e demonstrando uma notável lucidez, procurou, antes de mais nada, resolver os problemas dos transportes e da circulação. Descurrou, então, o problema do alojamento, e a sua contribuição maior residiu na criação de novos serviços municipais e de inúmeros espaços verdes.

Mas há quem afirme que a palavra urbe teve a sua origem aquando da elaboração do projecto de ampliação, em 1850, da cidade de Barcelona pelo engenheiro catalão Ildefonso Cerdá, com a intenção de designar de modo geral os diferentes tipos de assentamento humano.

Muito mais tarde, só no Séc. xx, aparece então a palavra Urbanismo como disciplina científica, e é a partir desta data que se propõe como objectivo final a realização de conjuntos homogéneos capazes de satisfazerem as diversas necessidades da vida na cidade e nos aglomerados populacionais.

Na opinião de Jane Jacob, no seu livro «*A morte e vida das grandes cidades*», estas seriam Cidades-jardins que, com o planeamento regional, poderiam ser distribuídas racionalmente por amplos territórios, imbricando-se com recursos naturais, em equilíbrio com a agricultura e os bosques, formando um todo lógico. A cidade seria um pólo alternativo de desenvolvimento e fixação populacional. Um exemplo visível deste conceito é, sem dúvida, a cidade de Londres.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Foi, com efeito, no início do Séc. XX, que os modelos orgânicos e a cidade jardim começam a ser questionados; as opiniões nos congressos internacionais

de arquitectura moderna e a Carta de Atenas, redigida em 1933, desenvolveram outro modelo de cidade completamente diferente do anterior.

Por sua vez os avanços tecnológicos na área da construção civil levaram a que as cidades fossem constituídas por conjuntos de edifícios altos, rodeados de espaço público e zonas verdes. A mobilidade era assegurada por um conjunto de enormes avenidas. Uma cidade funcional, basear-se-ia em quatro funções principais: habitar, trabalhar, circular e recrear-se.

No entanto, hoje a nova carta de Atenas, da responsabilidade do Conselho Europeu de Urbanistas, é um documento completamente diferente do referido anteriormente. A sua mais recente versão, aprovada em Lisboa em 2003, apresenta a visão da “cidade interligada”.

Actualmente, cerca de 80% dos cidadãos europeus vivem em zonas urbanas, zonas que se tornam cada vez mais vastas, e a que vulgarmente se chama «expansão urbana». E embora exista, por vezes, um plano director, a verdade é que as operações isoladas de renovação dos bairros não participam da visão global dessas cidades. Infelizmente, na maior parte dos países, o urbanismo contenta-se ainda com medidas parciais e quase que só aplicadas às cidades.

Portugal não fugiu à regra. Anos seguidos de ausência de formação específica, de défice de planeamento criativo, aliada a outras pressões conduziram, em particular nos últimos 30 anos, ao crescimento descontrolado do território.

As cidades portuguesas, nomeadamente as maiores, cresceram com falta de planos suficientemente amplos e significativos, e com tendência de se concentrar a maioria das grandes construções, empresas e actividades de todo o género, à volta daqueles centros urbanos.

Nítida falta de urbanismo.

No entanto, nos últimos tempos, é evidente a preocupação que todos os Municípios têm com o desenvolvimento e a melhoria da qualidade de vida que deve existir nas áreas urbanas.

Esta é também uma das prioridades da Comissão Europeia, mais concretamente do Sexto Programa de Acção em matéria de Ambiente “Ambiente 2010: o nosso futuro, a nossa escolha”, que lhe dedica uma estratégica temática. Esta

tem como objectivo global melhorar o desempenho ambiental e a qualidade das zonas urbanas, assegurando um ambiente de vida saudável para os cidadãos urbanos.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sabe-se que a sustentabilidade do território é hoje um factor de grande importância para assegurar a competitividade das regiões. Por isso, os espaços urbanos, ou seja onde habitem e actuem as pessoas, devem ser espaços agradáveis.

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): Muito bem!

A Oradora: Deve ser então, preocupação de todos tornar esses espaços mais belos, dando-lhes todas as condições para que sejam funcionais e modernos, tendo o cuidado de adaptá-los às necessidades humanas. A regeneração das cidades e dos grandes espaços rurais não compete apenas aos Municípios. Outras entidades devem, também, concorrer para tal: empresas municipais, empresas privadas, cooperativas, associações cívicas, e todos os munícipes.

É importante que domine o verde urbano. Este é sinal da presença e da força da Natureza. É essencial a existência de lugares para convívio; pode não acontecer o convívio, mesmo havendo lugar, mas, se não houver lugar, então é que de certeza não haverá convívio entre vizinhos.

Deputado Nuno Amaral (PS): Muito bem!

A Oradora: Outro factor imprescindível para o bem-estar é um sistema de segurança pública, bem ligado à gestão local e com forte valência de proximidade e de constância na presença e na acção, respondendo eficazmente a qualquer problema. O crime não é hoje exclusivo das cidades. Veja-se o que vai acontecendo aos nossos espaços rurais. Urbanismo também é proporcionar tranquilidade e segurança a todos os cidadãos.

Urbanismo ainda é, ao reabilitar os edifícios, ter o cuidado e a preocupação de recriar e restaurar a lógica dos núcleos urbanos antigos, dando atenção, sobretudo à questão do impacto dos antigos conventos, à reabilitação de percursos pedonais, à avaliação do potencial comercial rua a rua. Um bom

exemplo disto é a nossa cidade de Angra do Heroísmo, Património Mundial da Unesco, e que decorrerá a curto prazo os 25 anos desta efeméride.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A dado momento desta explanação, afirmei que uma boa aplicação do urbanismo permite e facilita às pessoas as melhores condições de habitabilidade, de serviços, de comunicação, de trabalho, de convivência humana e de prazer.

Assim, não poderei terminar a minha intervenção, sobre a temática do Urbanismo, sem lembrar o que sobre esta questão o Governo Regional tem feito, e bem, no sentido de proporcionar aos açorianos melhores condições de vida de acordo com os objectivos de um bom urbanismo.

Em matéria de habitação não faltaram programas de apoio à recuperação da habitação degradada, ao desenvolvimento de programas destinados à construção de habitação a custos controlados, ao apoio à autoconstrução e à habitação para jovens casais, bem como à erradicação de muitas barracas, favorecendo, assim, inúmeras famílias desfavorecidas.

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): Programas com mais de 20 anos!

A Oradora: Não me querendo alongar, apenas, apresentarei um pequeno número de dados, (os mais evidentes) referentes à ilha Terceira, em matéria de habitação e outras áreas, apenas para o ano de 2008 e fins de 2007:

-Urbanização da Carreirinha adquiridos - 68 lotes/56 habitações no valor de 1.974.757,20€;

-Urbanização de Vale Linhares (tão discutida há minutos) - 22 lotes para construção de 48 fogos, no valor de 137 472,50€;

-Urbanização dos Biscoitos - 22 fogos unifamiliares no valor de cerca de 132.000€;

-Urbanização de S. Brás - 21 fogos cujo custo ultrapassa os 406.006€;

-Reconversão urbanística e habitacional do Bairro de Nossa Senhora de Fátima cuja obra custará cerca de 5 milhões €;

-Outras acções em situação de grave carência económica, e com necessidade de habitação cerca de 950.000€.

Para um tempo recorde o valor destas obras, aproxima-se dos 8 milhões €.

Prevê-se ainda 255 novos realojamentos no Bairro da Terra Chã.

Na área dos Assuntos Sociais irá surgir finalmente a tão desejada obra, de grande envergadura, do novo Hospital. Inúmeros foram os investimentos feitos a favor das creches, centros de actividade de tempos livres, para crianças e de convívio para idosos. Estando, já, em construção as novas instalações da ACM, bem como em fase de acabamento, as do Recolhimento de S. Gonçalo.

Não deixarei de referir aqui as recentes e modernas escolas; a Tomás de Borba, em São Carlos, e a ampliação e requalificação da Escola Francisco Ornelas da Câmara, no concelho da Praia da Vitória.

Outra obra digna de registo e em fase terminal são as obras da nova aerogare das Lajes e a requalificação e ampliação do porto comercial da Praia.

Ao nível das acessibilidades muito foi feito e novas obras, estão já curso. (caso da Via Vitorino Nemésio e das futuras Scuts).

Ao serviço dos cidadãos, existem ainda cinco postos de (RIAC). Posso afirmar que na Terceira já existe 5 postos de RIAC.

Sem dúvida, isto é, apenas, uma pequena amostra do que tem sido a preocupação dos sucessivos Governos Regionais, do Partido Socialista e igualmente dos Municípios. Fazer surgir em todas as zonas urbanas da nossa região equipamentos, e serviços, meios de comunicação, de trabalho e de convivência humana para facilitar e melhorar a vida das populações.

Espírito empreendedor é lema do actual Governo por isso não se contentará com o que está feito. O seu esforço continuará nesta linha.

É verdade que as preocupações ainda não entraram na mente de todos os Açorianos. Mas tudo será melhor no dia em que, por força de um urbanismo bem orientado, os Açorianos residentes nos meios rurais não sentirem necessidade de habitar nas cidades; as ilhas mais pequenas se assemelharem, urbanisticamente, a grandes espaços habitacionais; o mesmo se dizendo dos concelhos das ilhas maiores; e o ordenamento do território, a veneração da Natureza, e o respeito pelas características do antigo e próprio de cada pequeno espaço, forem preocupação e património cultural de todos e de cada Açoriano.

Disse.

Deputado Nuno Amaral (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Macedo.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Esta é a oitava vez que o PSD traz o tema do modelo de transporte aéreo de e para os Açores a esta Assembleia.

Quanto ao modelo é pacificamente aceite – apenas o Governo e o PS é que dizem o contrário – que o actual modelo não serve a ninguém, não serve os açorianos, não serve os que nos visitam, não serve a nossa economia, não serve aqueles que nos procuram em viagens de negócios, nem serve os operadores, nem serve as companhias aéreas.

O actual modelo não permite a auto-regulação do mercado, inviabiliza de modo explícito a concorrência e, como todos nós bem sabemos, a concorrência faz milagres.

Pior do que tudo, o actual modelo não corrige sequer a inexistência de concorrência; este modelo (todos nós sabemos, conhecemos e constatamos) não contém instrumentos de correcção da posição descaradamente dominadora ou dominante das companhias aéreas.

O Governo Regional demite-se de incluir mecanismos de regulação no modelo de transporte aéreo de e para os Açores.

As regras de serviço público de transporte aéreo, como todos nós sabemos, são objecto de negociação. Num prato da balança está o Governo Regional e o Governo da República; no outro prato da balança surgem as operadoras SATA e TAP.

“Curioso é registarmos que vence sempre o *lobbie* das companhias com o argumento falacioso de que as actuais regras contêm soluções que não resultam

do funcionamento do mercado” – acabei de citar palavras do Secretário de Estado das Obras Públicas e Comunicações.

É um argumento falacioso e o Governo Regional demite-se de contra-argumentar.

Deputado Nuno Amaral (PS): Não é verdade!

O Orador: Se o modelo de transporte aéreo inviabiliza a concorrência por via da previsão do *code-share*, se não há auto-regulação do mercado, se o Governo Regional se demite do papel ao não incluir no modelo instrumentos de mitigação dessa distorção, ficam os açorianos à mercê dos apetites mais ou menos vorazes, no caso muito vorazes, das companhias aéreas. O resultado é que pagamos uma pequena fortuna para sair dos Açores.

As operadoras resguardam-se no argumento de que quando se definem regras rígidas isso origina sobrecustos para os quais as empresas fazem reflectir no consumidor. Ou seja, dizem que ao serem obrigadas a cumprir regras rígidas, essas regras rígidas originam sobrecustos que são eles obrigados (as companhias) a reflectir no consumidor. É mais um argumento falacioso, mas nem este argumento o Governo Regional consegue desmontar.

Deputada Ana Isabel Moniz (PS): É como o “rato que roeu a rolha!

O Orador: As regras de serviço público são rígidas; as regras de serviço público são tão rígidas que roçam o absurdo. Por exemplo, e a título de exemplo, se uma companhia aérea quiser praticar tarifas promocionais, para aumentar a taxa de ocupação de um determinado voo é penalizada pelo facto de querer disponibilizar tarifas mais baratas e a penalização é que não recebe o subsídio ao bilhete, ou seja, neste momento a tarifa é de 194 euros, mais taxas, mais subsídio ao bilhete.

Mas vamos falar apenas nos 194 euros da tarifa. Se por alguma razão a companhia aérea, por motivos comerciais que beneficiavam os açorianos, quiser vender bilhetes para aumentar a taxa de ocupação de um determinado voo, a 100 euros, a 120 euros ou a 90 euros, é penalizada porque não recebe o subsídio ao bilhete.

Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

É o próprio Governo Regional a incluir no modelo de serviço público de transporte aéreo uma regra que impossibilita que os açorianos possam, na prática viajar de e para o Continente Português a preços mais baratos.

Deputado Clélio Meneses (PSD): Muito bem!

O Orador: O actual modelo é tão absurdo que nem admite tarifas a preços reduzidos, como é o caso das tarifas promocionais, o caso das tarifas PAX e outras tarifas a preços reduzidos, como por exemplo, já são praticados há vários anos na Região Autónoma da Madeira.

Deputada Ana Isabel Moniz (PS): Tenha calma!

O Orador: Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Convém agora falar nos factores de formação do preço das passagens aéreas das tarifas.

O processo é obscuro e nunca foi explicado aos açorianos. Nunca ninguém explicou por que é que uma tarifa custa 194 euros às quais se soma, como receita da companhia, 87 euros. Nunca ninguém explicou por que é que custa directa e indirectamente aos açorianos 281 euros, mais taxas, para viajar para o Continente português.

Somando todas as parcelas, a tarifa, mais as taxas, mais o subsídio ao bilhete, atingimos a módica quantia de 354 euros. Isso é o preço para pagar por uma viagem de mais de 4 horas, para cada lado.

Nos Açores nós todos sabemos que uma viagem demora 2 horas, 2 horas e 15 minutos. É um preço tanto mais absurdo quando as rotas para as *gateways* dos Açores têm taxas médias de ocupação muito aliciantes.

Deputada Ana Isabel Moniz (PS): Mas não diz quais são. Só refere que são muito aliciantes!

O Orador: Se a Sra. Deputada quiser perguntar, depois no debate eu terei o maior prazer em responder.

Deputada Ana Isabel Moniz (PS): Com certeza!

O Orador: O PSD defende para o transporte aéreo de e para os Açores a refundação do modelo de serviço público, o modelo moderno, com

instrumentos de incentivo à auto-regulação, com ferramentas mitigadoras das disfunções resultantes das diferenças dos fluxos de passageiros nas diversas *gateways*.

A solução para o transporte aéreo de e para os Açores passa por cinco princípios.

Em primeiro lugar, afirmar o princípio das vantagens da auto-regulação do mercado.

Em segundo lugar, afirmar o princípio da ineficácia do regime de *code-share* potenciador de situações de monopólio encapotado e, julgo, combinado.

Em terceiro lugar, afirmar o princípio de que as tarifas praticadas actualmente têm um potencial mínimo de redução de 25%. Em quarto lugar, afirmar o princípio da flexibilidade e da flexibilização do sistema tarifário.

Por último, afirmar o princípio da igualdade relativamente à origem e destino do passageiro residente.

Tudo isso ganha actualidade e pertinência e mesmo sustentabilidade quando o actual modelo, o melhor que tem conseguido é transferir custos das operadoras para o passageiro. Foi o caso da taxa de emissão do bilhete, é o caso da taxa de combustível, é o caso das actualizações indexadas à inflação.

Todos nós sabemos e conhecemos que nos últimos 10 a 12 anos o transporte aéreo em todo o mundo foi democratizado. Quando há 10, 12 anos, viajar de avião era um luxo, para os açorianos não era um luxo porque não tinham outra alternativa de transporte, mas em todo o mundo era considerado um meio de transporte de luxo. Actualmente, tudo isso foi completamente ultrapassado e o transporte aéreo está perfeitamente democratizado em todo o mundo. Essa democratização aconteceu porque houve uma redução substancial das tarifas e do custo das passagens aéreas.

O actual modelo é um modelo proteccionista das operadoras SATA e TAP. O actual modelo é um modelo anacrónico e não prepara o sistema de transportes aéreos de e para os Açores para a pré-liberalização, para a liberalização parcial ou para a liberalização controlada, como queiramos chamar ou tenhamos coragem para evoluir.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

A concorrência faz milagres quando devidamente regulada. Ganhamos todos quando existe regulação, o que manifestamente não acontece com o actual modelo do transporte aéreo.

Actualmente pagamos muito caro por uma viagem de 2 horas.

Actualmente viajamos em horário de “morcego”.

Actualmente viajamos em horários para os quais os aviões já não são necessários nas rotas onde têm concorrência.

Actualmente fomos empurrados pela SATA e pela TAP – soubemos recentemente – para um terminal de terceira categoria. Refiro-me ao terminal 2.

Deputado Pedro Gomes (PSD): Muito bem!

O Orador: Pior do que tudo isso, os açorianos sentem que o Governo Regional é inexistente na defesa dos nossos interesses, nomeadamente no modelo de serviço público e nas regras que esse modelo contém.

Até na questão do terminal 2 ficamos a saber pela boca de um Administrador da ANA Aeroportos de Portugal, que foram as companhias aéreas a querer utilizar aquele terminal.

Em conclusão, o PSD afirma que pagamos *high cost* por um serviço *low cost*.

Deputados Clélio Meneses e Pedro Gomes (PSD): Muito bem!

O Orador: A responsabilidade é integralmente do Governo Regional que insiste no modelo obsoleto e que só o Governo Regional e o Partido Socialista teimam em dizer que assim está bem.

Todos afirmam, parceiros sociais, os açorianos, a sociedade civil organizada ou não, que a actual situação é insustentável.

Só o Governo Regional e o PS é que acham que não é necessário mudar e que tudo assim está bem.

O PSD, se os açorianos assim o quiserem, e com a humildade que tem que caracterizar todos os partidos políticos, mas caracteriza certamente o PSD, a partir de Outubro próximo vai refundar o transporte aéreo dos Açores para bem dos açorianos, para bem dos Açores.

Disse.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Estão inscritos para participar no debate os Srs. Deputados José Rego, Ana Isabel Moniz, Carla Bretão e Lizuarte Machado.

Estão encerradas as inscrições.

Tem a palavra o Sr. Deputado José Rego.

(*) **Deputado José Rego (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Em primeiro lugar, é a oitava vez que o Sr. Deputado Jorge Macedo fala no modelo de transporte aéreo nesta casa. É de uma esperteza saloia trazer este assunto, quando sabe muito bem que o assunto está na Comissão de Economia. Portanto, se a Comissão está a analisar esse assunto, ele deve ser tratado na respectiva comissão.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Não está. Devia estar, mas não está!

O Orador: Algumas das questões que trouxe aqui a debate teve a ver com alguma informação que obteve a partir dos assuntos que estão na Comissão de Economia.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Terminal 2. Tínhamos que denunciar isso aos açorianos. Tinham-nos dito que tinha sido a SATA que nos tinha empurrado para lá!

O Orador: Julgo que é uma determinada esperteza tanto a questão do terminal 2, como outras questões que levantou da tribuna, informações que estão na posse do Sr. Deputado, como estão na posse de outros deputados da câmara, porque estão em discussão na comissão e que esperamos a sua colaboração nas conclusões do trabalho que estamos a realizar.

Trazer o assunto hoje a esta casa, julgo que não traz nada de novo, só quer marcar alguma presença pela oitava vez, no modelo que diz que vai fundar o transporte nos Açores...

Deputado Jorge Macedo (PSD): Refundar!

O Orador: ... e que em Outubro próximo o PSD trará um modelo com grandes vantagens para os açorianos.

Mal de nós, mal dos açorianos, se o PSD vier a ser governo nesta Região ao nível do transporte aéreo, porque quer as propostas que hoje trouxe, quer a sua experiência governamental, demonstram um caos no transporte aéreo.

Deputado Antóno Marinho (PSD): É a 27ª vez que o senhor diz isso, 27º ou 28º, não tenho bem a certeza!

O Orador: Aí, o Governo do Partido Socialista com o seu modelo e o aperfeiçoamento do seu modelo, trará para os açorianos melhores condições para no transporte aéreo. Esse modelo que temos hoje nos Açores para o transporte aéreo tem servido não só os açorianos como a sua economia e isso é visto pelo número de passageiros que tem havido nos Açores em todos os aeroportos e nas várias *gateways*.

O que o PSD quer fazer é uma mistura daquilo que não é misturável. Portanto, quando diz na sua refundação que impõe, em 5ª prioridade, que todos os açorianos devem voar pelo mesmo preço dos Açores para fora da Região, esta deve ser a primeira prioridade que o PS honra e que continua a honrar no modelo de transporte aéreo. O PSD coloca isso na última questão do seu modelo.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Haviam 20 e só seleccionei 5. Está no pódio!

O Orador: Relativamente à auto-regulação do mercado, já disse aqui mais do que uma vez (não é pela 8ª nem pela 20ª vez!) que o modelo que existe hoje é um modelo aberto para todas as companhias europeias ou do mundo...

Deputado Jorge Macedo (PSD): Isso é treta!

O Orador: ... e se não aparece o Sr. Deputado Jorge Macedo pode muito bem ir angariar esses grandes empresários, essas grandes empresas, que estão interessadas em voar para os Açores.

Hoje, nós temos um modelo aberto desde que respeitem determinadas condições. È com essas condições que o PSD não diz a verdade aos açorianos. Diz que quer as 5 *gateways* para os Açores e que quer que todos os açorianos voam ao mesmo preço. Diz que quer uma liberalização parcial, uma

liberalização controlada. Liberalização do mercado só se faz quando se faz liberalização para todos. Não é dizer agora que há liberação para determinados mercados, para determinadas partes e não para outros.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Está mal informado, Sr. Deputado!

O Orador: Relativamente à vantagem do *code-share*, já por mais que uma vez que essa vantagem do *code-share* traz para o turismo dos Açores muitas das vantagens.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Porque ...

O Orador: Porque estando associado uma companhia que tem balcões em outros pontos do mundo, é uma maneira de captar mais turismo para os Açores. Não fosse isso, nós também não estaríamos interessados no *code-share*.

Julgo que o que o Sr. Deputado Jorge Macedo veio dizer foi o que já disse muitas vezes. Contributos para o que se está a discutir neste momento em termos da discussão do novo serviço público nada disso. Portanto, os açorianos não poderão contar no próximo futuro com o PSD.

Deputado Nuno Amaral (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Ana Isabel Moniz.

(*) **Deputada Ana Isabel Moniz (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O Sr. Deputado Jorge Macedo veio aqui fazer um teatro com uma questão que não é nova. Não traz nada de novo nesta intervenção, ainda para mais, transformando este momento num *show* de certa forma indecoroso,...

Deputados Clélio Meneses Jorge Macedo (PSD): Indecoroso?!

A Oradora: ... porque não está a revelar que alguns dos dados que menciona na sua intervenção estão apenas na posse dos Deputados da Comissão de Economia, num trabalho que ainda não está completo e que ainda não veio a público para debate.

Portanto, é uma hipocrisia vir falar aqui de coisas sem explicar bem o que é que se pretende, porque ao insistir na questão de liberação para as rotas do transporte aéreo, não diz o que está a esconder.

Esconde que esse modelo que teoricamente vem para aqui defender vai deixar cair por terra a possibilidade de todos os residentes nos Açores saírem da Região pelo mesmo preço, por uma tarifa que seria idêntica para todos. Também vem esconder o que foi o passado de uma gestão ruínosa, de uma empresa que foi liderada durante largos anos por actuais responsáveis do Partido Social Democrata que deixaram a empresa numa situação muito difícil. Este modelo está a servir os Açores e os açorianos.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Uma novidadezinha no seu discurso, Sra. Deputada. É sempre a mesma coisa!

A Oradora: Sem novidade, foi a sua intervenção. O senhor não trouxe nada de novo. Vem repetir a mesma coisa porque não sabe dizer nada de novo.

Deputado Nuno Amaral (PS): É para o senhor saber o que nós sofremos ao ouvir o seu discurso pela 8ª vez.

A Oradora: Não sei quem é que está a tentar proteger. Todos sabemos os resultados daquela gestão. Se os modelos naquela altura eram bons ou maus, não sei. O que sei é que em termos de implicação na sua gestão das empresas, os resultados eram danosos.

Isso agora não acontece. Agora estamos a ter lucros. Os lucros são teste, mas o grupo SATA está a alterar a sua postura e ao longo destes últimos 20 anos de administração, desde que se iniciaram as rotas para o Continente segundo este modelo, temos vindo a ver uma evolução muito positiva nos resultados.

Agora gostava de saber, já que traz alguns truques na manga,...

Deputado Jorge Macedo (PSD): Ah! Afinal trago novidades!

A Oradora: ... que taxas de ocupação aliciantes é que há nestas rotas os Açores? O Sr. Deputado referiu ali na tribuna e disse que tinha todo o gosto e prazer em responder na bancada.

Muito obrigada.

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Carla Bretão.

Deputada Carla Bretão (PSD): Prescindo, Sr. Presidente.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Lizuarte Machado.

(*) **Deputado Lizuarte Machado (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Apenas para tecer alguns comentários breves e começaria pelos 5 fundamentos que o Sr. Deputado Jorge Macedo apresentou para alterar o actual modelo de serviço público.

Começando pelo último, a igualdade do tarifário independentemente da origem ou destino, este é um objectivo já atingido, já se pratica.

A flexibilidade e flexibilização do sistema tarifário é um percurso que tem que ser feito. Isso é indiscutível.

É obvio que o Governo Regional, através da Secretaria da Economia, que tutela, orienta e define as políticas para esta área, também assim tem feito. É por isso que estamos a chegar à fase das tarifas promocionais, brevemente teremos as tarifas PAX e tarifas promocionais que não são só nas ligações ao exterior, são também inter-ilhas e são também nas ligações para as zonas onde temos os nossos emigrantes.

Quanto à redução dos 25%, estas são contas que não comento, porque não conheço. Sempre que se fala nesta situação e os senhores trazem esta proposta de redução, eu coloco a mesma questão: eu não conheço os números, gostaria de os conhecer para poder comentar.

Quanto a algumas destas questões que têm a ver com a flexibilização do sistema tarifário, é óbvio que isto tem a ver com outras questões. São questões que têm a ver com a concorrência. Esta flexibilização está ligada a algum nível de concorrência no sistema e esse nível de concorrência é fundamental. Essa concorrência tem que existir, deve existir a algum nível, mas esta falta de concorrência não tem nada a ver com a forma negativa como classificou o modelo.

O actual modelo tem imensas virtudes, desde logo, porque ao acabar com a subsidiação ao défice de exploração e ao passá-la para o apoio ao bilhete do passageiro residente transportado, isso implica que se houve algum nível de

concorrência, as operadoras tenham elas próprias que trabalhar, conquistar mercado, prestar bom serviço, fazê-lo com boa qualidade e em horários decentes.

De facto, há aqui um aspecto que falha de alguma forma e que tem que ser naturalmente visto e tem a ver com a falta de algum nível de concorrência. Não tem a ver com as virtualidades do sistema, que tem muitas, mas tem a ver com a ineficácia do *code-share*. É evidente que isso é assim e a posição é muito clara, penso até que é de todos os agentes económicos.

Se é evidente que é vantajoso para os operadores a alguns níveis de acordo e de entendimento em termos comerciais em algumas áreas, é evidente que um sistema de *code-share* alargado e sem controlo cria alguma ineficiência, porque reduz substancialmente a possibilidade auto-reguladora do mercado quando existe concorrência.

Por outro lado, Sr. Deputado, algumas destas questões, creio eu, assentam claramente num equívoco, que ficou muito claro da sua parte, quando disse que estão a ser transferidos custos dos operadores para o passageiro. Isso é um dos fundamentos do funcionamento do sistema económico, porque são sempre, mas sempre, os clientes, de qualquer ramo de actividade económica, seja ele qual for, que pagam a factura.

No caso, as obrigações de serviço público criaram uma excepção: aos passageiros residentes não é afecto todo esse custo; não é transferido para o passageiro residente todo esse custo uma vez que o Estado suporta uma parte, não só na subsidiação directa ao bilhete, mas também no pagamento integral dos encaminhamentos.

Portanto, não estamos a falar só dos 87 euros de subsídio directo ao bilhete, nas entradas e saídas das *gateways* da Região. Estamos a falar de muito mais do que isso nos encaminhamentos e temos que ser sérios. Não podemos colocar uma questão sem colocar a outra.

Mas é assim, foi sempre assim. Já era no passado quando a SATA estava numa situação de falência e pelos vistos desse lado continuam a não perceber que este é um dos princípios fundamentais e basilares do funcionamento da economia

das empresas. Quem não perceber este princípio não poderá perceber tudo o resto.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Macedo.

(*) **Deputado Jorge Macedo (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

De certo modo vou relevar os comentários menos simpáticos que o Sr. Deputado José Rego e a Sra. Deputada Ana Isabel fizeram relativamente à minha intervenção, mas vou justificar apenas e só o facto de ter trazido a esta casa este tema, pelo facto de em sede de Comissão de Economia este assunto não ser objecto no âmbito de trabalho. Aliás, o PSD na altura quis introduzir a discussão do modelo no âmbito do trabalho da Comissão de Economia e foi o PS que o rejeitou.

Deputado Clélio Meneses (PSD): Muito bem!

O Orador: Da nossa parte queríamos não só discutir o assunto da TAP, mas queríamos discutir fundamentalmente o modelo de serviço público de transporte aéreo de e para os Açores.

Portanto, julgo que relevando esses comentários menos abonatórios e menos simpáticos, vamos passar à fase seguinte.

Gostaria de registar que os senhores acabaram de confirmar aquilo que acabei de dizer ali, que é, quando todos dizem que o actual modelo não serve, é preciso prepará-lo para uma liberalização, para uma liberalização controlada (chame-se o que se quiser), mas é esse o caminho já afirmado pelo Eng^o António Cansado, Presidente da SATA, e já afirmado pelo Eng^o Fernando Pinto, Presidente do Conselho de Administração da TAP. Esse é o caminho, senhores! Abramos os olhos! Esse será o caminho a médio, a curto e a longo prazo!

Agora, é preciso preparar o sistema nos Açores para que possamos enfrentar essas novas realidades que perpassam toda a Europa.

Justificado aquilo que eu ali disse com a vossa confirmação, o PS (o Governo, hoje, não, porque não está cá o Secretário da Economia), com nuances no discurso do Deputado Lizuarte Machado, que saúdo, continua a dizer que assim está bem, que assim não é preciso mexer, que assim vamos continuar.

Não é possível no Séc. XXI, em 2008, continuarmos a amarrarmo-nos a conceitos perfeitamente obsoletos e que no mundo moderno nos ultrapassam (eu ia dizer há década) pelo menos há uma década. No caso concreto do transporte aéreo, certamente mais do que uma década.

Relativamente à pergunta da Sra. Deputada Ana Isabel Moniz, a única coisa que posso dizer é o seguinte:

No que se refere à TAP, porque o segredo da Administração da SATA, do Sr. Secretário Regional da Economia e eventualmente da Sra. Deputada Ana Isabel Moniz, relativamente aos números da taxa de ocupação, é a alma do vosso negócio, os açorianos têm outras maneiras de encontrar a verdade, e a verdade encontrei-a na Internet, num documento publicado, que diz que o load factor, taxa de ocupação, foi no ano de 2006 (são os dados mais recentes que temos) para todas as rotas da TAP, de 71%.

Se nós analisarmos também as rotas da TAP para os Açores, chegamos à seguinte conclusão (estes elementos estão disponíveis para todos os membros da Comissão de Economia que estiveram em Lisboa):

Lisboa/Horta – 66%;

Lisboa/Terceira – 75% (muito acima das taxas de ocupação média da TAP para todo o mundo ou pelo menos nas rotas que viaja para fora dos Açores);

Lisboa/Ponta Delgada – 62%

Lisboa/Pico – 45%.

Ou seja, a *gateway* que a TAP serve com maior número de passageiros tem uma taxa de ocupação superior àquela que actualmente a empresa tem para o resto do mundo.

Se isso não são *gateways* apetecíveis eu vou ali e já volto!

Obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

Deputado Osório Silva (PS): Não precisa voltar!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS/PP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Apenas para referir o seguinte:

A iniciativa que o CDS/PP teve ao propor que a Comissão de Economia estudasse a qualidade de serviço prestada pela TAP aos Açores já tem pelo menos um mérito: proporcionou ao Sr. Deputado Jorge Macedo fazer uma *upgrade* das suas intervenções e trouxe aqui, como se fosse novidade, apresentando como novidade aos açorianos, matéria que está em discussão na Comissão de Economia, o que na minha opinião é lamentável.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Não está em discussão, Sr. Deputado. Os senhores não quiseram!

O Orador: O Sr. Deputado Jorge Macedo vem revelar aqui os dados que a TAP nos deu.

Deputado Jorge Macedo (PSD): A pedido da Sra. Deputada Ana Isabel Moniz que não pode ficar na ignorância. Tenho que esclarecê-la!

O Orador: Posso falar, Sr. Deputado?

Deputado Jorge Macedo (PSD): Pode. Mas tenho que esclarecer!

O Orador: Eu vou relevar alguma boca lateral daqui, da minha esquerda, porque o que eu estou a dizer corresponde à verdade. Está ali o Sr. Deputado Francisco Coelho, o Sr. Deputado José Rego e o Sr. Deputado José Lima. O que eu disse aqui é rigorosamente verdade.

A impressão com que eu fiquei foi que o PSD foi à Comissão não para defender os açorianos, mas para proteger as companhias. Dou um exemplo:

Na Comissão Nacional de Protecção de Dados, a preocupação do PSD foi encontrar uma meia...

Deputado Jorge Macedo (PSD): Essa é que é a sua discussão na Comissão de Economia. A boca está a fugir-lhe para a verdade!

O Orador: ... um ponto, para não prejudicar as companhias. Coitadinhas! Tiravam muitas fotocópias.

Sr. Deputado Jorge Macedo, revelo apenas este pormenor...

Deputado Jorge Macedo (PSD): Não revela! Está a ser analisado na Comissão de Economia!

O Orador: ... para demonstrar que o senhor se aproveita realmente da posição do CDS/PP, que é pró-activa e a favor dos açorianos e vou dar exemplo:

Foi por nossa proposta neste Parlamento que está a agora em discussão, e oxalá que seja aceite, as tarifas promocionais que existem na Madeira, como o senhor ali referiu. Fomos nós que o propusemos aqui, neste Parlamento.

Nós somos pró-ativos.

Deputado Jorge Macedo (PSD): 2005!

O Orador: Já criticámos vários vezes o serviço público prestado pela TAP e pela SATA aos Açores. Criticamos a TAP por não creditar o *code-share* à ligação Terceira/Porto, por não haver a ligação Terceira/Porto.

Agora, criticamos sempre e somos pró-ativos, somos construtivos a favor dos açorianos...

Deputado Jorge Macedo (PSD): Nós também. Nós somos a alternativa. Os senhores não são!

O Orador: Nós somos alternativa na oposição e uma oposição alternativa, Sr. Deputado. É isso que vos incomoda. Cada vez mais somos uma oposição alternativa. Os senhores não têm solução para os açorianos, como já está visto. A alternativa na oposição somos nós...

Deputado Jorge Macedo (PSD): Não queira substituir-se aos açorianos, Sr. Deputado!

O Orador: ... e está provado.

Vou lembrar aqui uma frase:

“Criticamos, vamos criticar, mas vamos dizer como se faz!”. Quem será o autor desta frase?

Deputado José San-Bento (PS): Eu sei quem é, já ouvi!

O Orador: Alguém sabe?

Portanto, no modelo de transporte aéreo estes senhores querem ser Governo.

Fazem 5 medidas. Não vejo nada de novo, rigorosamente nada.

É isto que vai mudar o transporte aéreo nos Açores?

Se é por aqui não mudamos nada.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Mudamos tudo!

O Orador: Agora há que dar pequenos passos no transporte aéreo para os Açores.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Pequenos passos, não. Grandes passos!

O Orador: Há que reduzir tarifas.

O CDS/PP já deu o seu contributo e continua a dar, positivamente.

Ainda está em discussão na Comissão de Economia, que está a fazer o seu trabalho.

Vamos ouvir outras pessoas, vamos ouvir outras entidades e depois tiremos as conclusões. Aí sim, é que traremos a esta casa as conclusões e o que lá foi dito relativamente ao terminal 2, à placa de estacionamento, etc., etc., que, aliás, despudoradamente já se tinha revelado aos jornais quando nós ainda estávamos em Lisboa.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Rego.

(*) **Deputado José Rego (PS):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Admiro o Sr. Deputado Jorge Macedo. Quando fala em liberalização, já vem falar que a liberalização pode não ser para a semana, pode ser daqui a um ano, daqui a 5 ou daqui a 10 anos, mas o caminho é para a liberalização.

Julgo que é mais que claro que a dimensão do nosso mercado não tem condições para a liberalização. Isso já foi explicado mais do que uma vez ao Sr. Deputado.

Quem é que liberaliza uma rota que tem um voo por semana? Quem é que liberaliza uma rota que tem 2 voos diários? Quem é que vai voar? Uma companhia de manhã outra à noite? São duas companhias que já estão no mercado? Quem são essas companhias que vão voar nos intermédios que não há?

Nós já dissemos que liberalizar rotas sim, mas quando há rotações na ordem dos 10, dos 15 voos diários e aí aparecem várias companhias a voar, que é o que vai acontecer no Funchal.

Ponta Delgada, no Inverno, só consegue ter um voo de manhã e outro à noite e muitas das vezes com uma ocupação bastante baixa. O senhor quer liberalizar rotas imaginárias que não as rotas dos Açores, que não com os nossos mercados.

O senhor hoje tem dúvidas. Diz que o caminho é esse.

Eu também aceito que o caminho seja o da liberalização. O ideal na economia do mercado é este, é a liberalização.

É hoje? Não!

O senhor foi o próprio a dizer.

É caminho, mas não se sabe quando.

Uns dias o senhor vem dizer que quer. Outros dias diz que poderá ser daqui a 5 ou daqui a 10 anos.

Nós, que estamos a governar os Açores e que pensamos continuar a governar a partir do próximo ano, entendemos que o nosso mercado não tem condições para a liberalização.

Interessa, sim, continuar a ter um modelo de transporte aéreo nos Açores, melhorando ano a ano com as condições que nós temos.

Deputado Francisco Coelho (PS): Muito bem!

O Orador: Aqui, o Sr. Deputado está muito enganado quanto ao *lobby* das companhias sobre o mercado.

O Sr. Deputado afirma mais do que uma vez que quem ganha são as companhias e que os açorianos estão sempre a perder.

Quem ganha são os açorianos, porque o Governo dos Açores nos seus contratos de serviço público têm posto, com muita luta, para que lá fique condições que as companhias não querem.

O senhor ouviu da TAP que eles não querem o voo Terceira/Porto. Eles explicaram muito bem que não queriam fazer esse voo, mas este Governo continua a exigir e espera que no serviço público fique lá o voo Terceira/Porto. Se não ficar a SATA há-de garantir, mas o Governo anda a lutar contra o *lobby* das companhias, como o senhor ouviu, que não estão interessadas nessa rota.

Portanto, dessa lista Terceira/Porto, o senhor recebeu uma folha, que é a última, que prova que o *lobby* da TAP está contra a maioria das condições que o Governo está a impor nas obrigações do serviço público próximas, como as tarifas promocionais. Tentou lá dizer que não era possível vender viagens a 1 euro ou a 10 euros, quando o Governo está a tentar impor nos contratos de

serviço público que as companhias poderão fazer tarifas promocionais e que o preço máximo que poderão levar é de 120 euros, o que quer dizer que poderão fazer viagens a 50 ou a 60 euros. O sistema vai permitir fazer isso.

Agora, o Governo através do seu *lobby*, está junto da República a tentar criar melhores condições para os açorianos.

Não é o PSD com os seus devaneios que trará futuro para esta Região ao nível do transporte aéreo.

Deputados Nuno Amaral e José Lima (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Coelho.

(*) **Deputado Francisco Coelho (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Para participar nesta questão, naturalmente mais ao nível político, e para desde logo lembrar que o Sr. Deputado Jorge Macedo está fazendo algum uso de alguns apontamentos que tirou recentemente na sua viagem a Lisboa.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Sr. Deputado, faça-me justiça! Um uso! O terminal 2!

O Orador: Algum uso. Eu já explico.

O seu a seu dono. Tem a ver com uma iniciativa do CDS/PP, que foi aprovada nesta casa, e que mereceu a concordância do Partido Socialista.

O Partido Socialista quando concorda não é só para votar a favor, é porque acha que as coisas têm mérito.

Se acha que a iniciativa faz sentido vai, em todas as instâncias, fazer para que esses trabalhos sejam produtivos, com respeito pela respectiva Comissão e sempre com o objectivo de defender os Açores.

Eu dizia algum uso, porque como muito bem lembrou o Sr. Deputado José Rego, há algumas coisas que o Sr. Deputado Jorge Macedo esqueceu ou não usou.

Desde logo, a contradição de que quem ganha é sempre o lobby das companhias. Não! Até porque isso é contraditório com o seu discurso.

Então as companhias não querem, no fundo, (não foi isso que o Sr. Deputado disse?) a liberalização? Pelos vistos ainda não ganharam.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Eu não disse isso!

O Orador: Disse. Então não fez referência ao Sr. Administrador da TAP, ao senhor ex-presidente da SATA?

Felizmente, tudo o que trabalhou com o Governo do PS, assim que deixa de trabalhar, passa a óptimo. Quando trabalhava e quando exercia, aí já não.

Mas fez referência de que as companhias, no fundo, apontam para a liberalização. Ora bem, se apontam, felizmente, não tem ganho o lobby das companhias, porque ainda não é isto que temos. Não é isto que temos por razões que é preciso que fiquem absolutamente claras: por razões que entendemos, e creio que não é difícil entender, que essa liberalização em grau absolutamente variável, consoante as circunstâncias e que nunca se percebeu (e o Sr. Deputado e o seu partido hoje defendem), não serve os interesses dos Açores.

O PSD, em matéria de liberalização (havemos de reconhecer) é “cristão novo”. Portanto, ainda atrapalha-se um bocadinho com os conceitos. Mas senão vejamos:

O Sr. Deputado apresentou aqui um pretenso modelo com 5 pontos. Mostrou uma mão (fica muito bonito na televisão) e fez bem. Depende da interpretação. O que o Sr. Deputado estava a mostrar era uma mão cheia de nada. Aí tem razão, porque estes pontos não dizem nada. Isto não é um modelo alternativo. Isto é, quanto muito, uma modelo “alternadeiro”, promete muito e não consegue nada. Eu vou explicar-lhe:

Isto das vantagens de auto-regulação é muito bonito, Sr. Deputado. É um óptimo *slogan* publicitário.

A ineficiência do regime *code-share* já foi explicada aqui qual a vantagem que a Região e a SATA entendem para manter esse regime. As tarifas praticadas

podem ser reduzidas em 25% com uma liberalização. O senhor vai ter, com certeza, a bondade de explicar-nos isso para percebermos.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Já expliquei isso várias vezes, Sr. Deputado!

O Orador: Quer flexibilidade do sistema tarifário e, no fim, como bem lembrou o Sr. Deputado José Rego, quer igualdade na origem e destino dos passageiros, isto com liberalização.

Sr. Deputado, vamos ver uma coisa:

O senhor não explica, nem este conjunto de *slogans* consegue explicar, este modelo da liberação que defende. Mantém as 5 *gateways* que nós temos?

Não! Acaba com elas.

O Sr. Deputado vai explicar-nos...

Deputado Jorge Macedo (PSD): Os senhores estudem mais um bocadinho!

O Orador: ... por que é que não há para aí mais companhias a fazer Lisboa/Pico, Lisboa/Terceira, Lisboa/Ponta Delgada? Nós estamos num mercado.

O senhor vai explicar-nos e assumo.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Por que é que a TAP não quer ir para o Pico?

O Orador: O PSD deve ter a frontalidade de dizer “nós pensamos que isto é melhor!”. É melhor, mas tem estas nuances, obviamente reduz as *gateways*.

Vai explicar como é que fica essa igualdade na origem e destino numa liberalização total. Ou é uma liberalização assim e assim? Ou é a 20 ou a 40%?

O Sr. Deputado vai ter também que me explicar isso, para nós percebermos.

Portanto, este pretendo modelo, não é modelo coisa nenhuma e sobretudo não explica o essencial, não explica como é que ficaríamos. Não explica como é que garantiríamos a existência de *gateways* que queremos que se mantenha pelo menos, para já em 5. Queremos mais voos, mais rotas participadas. Não explica nada disso, Sr. Deputado.

Não explica, não garante. É inclusive contraditório com algumas coisas que o PSD diz também defender.

Presidente: Sr. Deputado, agradeça que concluisse.

O Orador: Já termino, Sr. Presidente.

O modelo que nós temos terá com certeza alguns defeitos. Se calhar não é o modelo ideal, mas nós sabemos o que é que ele tem conseguido e sabemos sobretudo que ele pode sofrer alterações e melhorias.

Sabemos até, como também disse o Sr. Deputado José Rego, que há um conjunto de reivindicações postas na mesa pelo Governo dos Açores que estão sendo discutidas, por isso é que foram revelados nessa reunião com a TAP, os lobbies da TAP, os lobbies das companhias aéreas.

Com essas melhorias com certeza, vamos ficar melhor. Temos que aperfeiçoar para já o modelo que temos.

O Sr. Deputado tem um conjunto de *slogans*. Não tem obviamente um modelo alternativo.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Encerrado este debate, vamos fazer um intervalo.

Regressamos daqui a 30 minutos para o período da Agenda da Reunião.

Eram 17 horas e 50 minutos.

Após o intervalo o Sr. Presidente e o Senhor Deputado Cláudio Lopes ocuparam os seus lugares na mesa.

Presidente: Srs. Deputados vamos retomar os nossos trabalhos.

Eram 18 horas e 30 minutos.

Ontem, quando terminámos, estávamos no debate na generalidade da **Proposta de Decreto Legislativo Regional – “Plano Estratégico de Gestão de Resíduos os Açores (PEGRA)”**.

Estavam os inscritos os Srs. Deputados Carla Bretão, Hernâni Jorge e Artur Lima.

Tem a palavra a Sra. Deputada Carla Bretão.

Deputada Carla Bretão (PSD): Prescindo, Sr. Presidente.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Hernâni Jorge.

(*) **Deputado Hernâni Jorge (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Ao iniciar este período de esclarecimentos, um primeiro registo de agrado por neste debate termos assistido a várias intervenções da bancada do PSD, tristemente acostumados que estávamos ao silêncio dessa bancada nos debates sobre as questões do ambiente.

Deputado Pedro Gomes (PSD): Não é verdade!

O Orador: Relativamente ao diploma que estamos a debater, está este Parlamento neste momento confrontado com a apreciação de um importante instrumento para a gestão dos resíduos na nossa Região e que aponta de forma objectiva, e nunca é demais sublinhá-lo, e realista, os cenários tecnológicos que temos pela frente.

Agora, temos sobretudo que assumir compromissos, manifestando o grau de empenho e as intenções com vista à concretização deste quadro. Todos, Governo Regional, autarquias e inclusivamente o sector empresarial privado.

Os compromissos do Governo Regional são claros neste domínio. A Sra. Secretária Regional e o Sr. Presidente do Governo, em diversas ocasiões, inclusivamente neste Parlamento, já tiveram oportunidade de os manifestar.

Algumas autarquias também. Outras, infelizmente, nem por isso. Algumas afirmam peremptoriamente que não têm intenção, vontade ou disponibilidade para efectuar os investimentos necessários. Outras manifestam algumas reservas, designadamente naquilo que respeita à implementação de taxas que possam levar à efectiva implementação deste plano sectorial.

Temos ainda que compatibilizar os compromissos públicos com aquele que seja o grau da potência do sector privado para entrar neste processo e neste negócio, dispensando do investimento público, seja ele regional ou municipal, aquelas

áreas e aqueles domínios em que o sector privado possa ter interesse em participar.

Uma nota relativamente à interpelação que me tinha sido dirigida pelo Deputado Artur Lima. Eu, na minha intervenção, registei, e volto a sublinhar com agrado, o histórico do Partido Socialista em matéria de gestão de resíduos, um histórico do qual temos orgulho. Mas como disse na minha intervenção, e já o tinha feito em Maio passado nesta casa numa intervenção (e vou citar):

“Não podemos estar satisfeitos com o tratamento e destino final dado a grande parte dos resíduos produzidos nos Açores, maioritariamente depositados em aterro, com os métodos de valorização de resíduos a representarem uma franja pouco significativa na actual matriz de gestão.”

Disse-o, repito-o e mantenho-o.

É com este plano agora aprovado, que aponta os cenários tecnológicos para uma gestão que aposta essencialmente na valorização desses resíduos, que nós podemos dar o passo que nos falta dar, seguirmos em frente num caminho mais adequado à gestão efectiva dos resíduos desta Região.

Deputado Nuno Amaral (PS): Muito bem!

Presidente: Tem a palavra a Sra. Secretária Regional do Ambiente e do Mar.

(*) **Secretária Regional do Ambiente e do Mar (Ana Paula Marques):** Muito obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Queria dizer, para encerrar a minha intervenção no plenário, e tentando esclarecer pela última vez, porque penso que é pertinente atendendo a que estamos no lugar certo, no momento certo, para que isto fique aqui bem esclarecido, que o PEGRA é um plano sectorial. É um plano para os resíduos, com incidência espacial.

Portanto, não é um instrumento de natureza fiscal, nem um instrumento de natureza financeira.

Ele, identifica algumas fontes.

Ainda a propósito de algumas questões que foram levantadas ontem, eu queria apenas esclarecer esta câmara que na medida do Programa A5 P2 existe um

capítulo que identifica exactamente a garantia da sustentabilidade social, económica e ambiental da gestão de resíduos.

Sabemos que esta situação irá ser colmatada quando cumprimos integralmente o conjunto de diplomas que havemos de apresentar a esta casa para serem apreciados e aprovados, e no qual esse regime económico-financeiro será então discutido nesse tempo.

Portanto, não se tente dizer neste momento e nesta casa, um assunto que é extremamente sério, um trabalho que envolveu equipas da Universidade dos Açores, do Minho, todos os municípios dos Açores, as secretarias do Governo Regional e até algumas entidades reconhecidas com competência nesta matéria, que isto é um qualquer instrumento sem interesse nenhum que andamos para aqui a brincar.

Portanto, queria neste momento, porque isto é uma situação que me parece bastante séria, deixar aqui esclarecido que isto é um instrumento de gestão territorial, um plano estratégico que nós vamos cumprir.

Os municípios levaram esta situação a sério e é preciso que se diga aqui que há municípios que têm feito um trabalho excepcional, sem o qual nós hoje não tínhamos os valores que temos, porque duplicámos, por exemplo, os resíduos de embalagens exportados, os portos dos Açores (esta é uma fotografia de Rabo de Peixe) já fazem recolha dos óleos industriais.

Como vêem, Srs. Deputados, nós demos largos passos, caminhámos muito nestes últimos anos.

Para não vos ocupar mais tempo, vou fazer chegar à bancada do PSD e ao Sr. Deputado Artur Lima as quantidades de resíduos exportadas nestes últimos anos, nomeadamente um trabalho que até começou antes desta legislatura com o PAGIR.

Limpámos, até 2003, 409 lugares onde haviam lixeiras ilegais com a ajuda dos municípios, mas foi o Governo que tomou esse trabalho e depois disso o trabalho nunca mais parou, por isso é que tem resultados praticamente neste último ano que duplicaram em termos de percentagem.

Para não vos tomar mais tempo, queria dar este esclarecimento a esta câmara, porque parece-me que nesta matéria, apesar de muito ainda estar por fazer, e o Governo reconhece isso, sabemos que temos agora um instrumento de planeamento estratégico que nos vai levar a um sítio de excepção e de qualidade ambiental que é aquela que desejamos ter.

Isto é uma questão de honra. É uma área da governação do Partido Socialista que nós temos um interesse e um empenhamento enorme para pormos em andamento.

Por isso, estamos a fazer um enorme esforço neste Quadro Comunitário de Apoio para que possamos disponibilizar, quer para o sector privado investimentos no Quadro Comunitário que aí vem, quer também do ponto de vista daquilo que está determinado para as Ilhas da Coesão e para outras ilhas que eventualmente tenham um ou outro problema, nós estamos cá exactamente para resolver e para ajudar esses municípios, como dizia ontem o Sr. Deputado Artur Lima, numa questão de discriminação positiva para esses habitantes dessas ilhas, ajudá-los naquilo que for necessário.

Nós sabemos isso e estamos aqui para fazer esse trabalho.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Meus senhores, vamos passar à votação na generalidade.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: Na generalidade, a Proposta de Decreto Legislativo Regional foi aprovada com 27 votos a favor do PS, 1 voto a favor do CDS/PP e 16 abstenções do PSD.

Presidente: Passamos à votação na especialidade.

Para o artigo 8º temos uma proposta de alteração.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Secretário: A proposta de alteração foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Votemos de seguida todos os artigos do diploma, considerando esta alteração ao artigo 8º.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Secretário: Os artigos postos à votação foram aprovados por unanimidade.

Presidente: Votação final global.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: Em votação final global, a Proposta de Decreto Legislativo Regional foi aprovada com 27 votos a favor do PS, 1 voto a favor do CDS/PP e 16 abstenções do PSD.

Presidente: Para uma declaração de voto tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Gomes.

Deputado Pedro Gomes (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Partido Social Democrata absteve-se na votação deste diploma considerando que ele é, como foi dito no debate que ontem efectuámos, um diploma importante para a gestão dos resíduos na Região Autónoma dos Açores. As questões que foram suscitadas não obtiveram, por parte do Governo ou da maioria, as respostas que nós considerávamos adequadas para podermos votar favoravelmente este diploma.

Desde logo, ficou por responder uma questão relativa à assumpção clara de um compromisso financeiro do Governo Regional para com as entidades envolvidas na Região Autónoma dos Açores na gestão dos resíduos.

As questões que são suscitadas pelo PSD são tão legítimas quanto as certezas que o Governo e a maioria que o suporta aqui expressaram.

As nossas dúvidas são tão legítimas quanto as convicções do Governo e da maioria, porque um debate parlamentar é isso mesmo: é o confronto de opiniões, é a pergunta e o pedido de esclarecimento da oposição e é a resposta, ou a falta dela, do Governo ou da maioria que suporta o Governo.

Secretária Regional do Ambiente e do Mar (*Ana Paula Marques*): Como jurista isso até lhe fica mal!

O Orador: Não houve um nível de compromisso claro ou de resposta suficiente que permitissem ao Partido Social Democrata votar esta iniciativa legislativa favoravelmente como gostaria, porque esse compromisso é essencial para todos os actores do processo de gestão dos resíduos nos Açores, sobretudo porque este plano prevê um período de execução que vai de 2007 a 2013 e os seus efeitos vão para além deste período de tempo, já que serão construídas instalações para tratamento e valorização de resíduos que ficarão no território da Região, cuja vida útil se prolongará para além deste prazo.

Como não houve clareza, como não houve suficiência na resposta, como não houve um compromisso claro na matéria financeira, sobretudo quando este plano envolverá um investimento de 200 milhões de euros ou mesmo um valor superior, o Partido Social Democrata não pôde votar favoravelmente esta iniciativa legislativa.

Deputado Clélio Meneses (*PSD*): Muito bem!

Presidente: Para uma declaração de voto tem a palavra o Sr. Deputado Hernâni Jorge.

(*) **Deputado Hernâni Jorge** (*PS*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Acabámos de assistir a algo inédito e absolutamente caricato por parte do PSD. O PSD votou favoravelmente todos os 27 artigos do diploma preambular, na especialidade, e as 135 páginas do Plano Estratégico de Gestão de Resíduos dos Açores, anexo a esse diploma. Todas sem excepção. Não pôs em causa uma única vírgula e acaba abstendo-se em votação final por dúvidas que estão para além do articulado, que estão para além do plano, que ninguém sabe, que pertencem certamente a outro mundo que não a este.

Com isto o PSD faz uma coisa, essa sim, grave: não se compromete; foge aos compromissos que são fundamentais todos assumirem no que respeita à gestão de resíduos nesta Região.

Este é um bom plano, um plano que merece um voto favorável na especialidade, do princípio ao fim, por parte do PSD, mas depois, numa jogada política, numa chicana política, não vai além da abstenção, descomprometendo-se, não tendo coragem para assumir um compromisso que tem que ser firme se quisermos construir efectivamente um futuro de sustentabilidade nesta Região. Fica mal ao PSD! Fica mal a quem votou no PSD que tenha representantes que votam a favor na especialidade, mas depois na generalidade não são capazes de assumir a consequência desse voto.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Srs. Deputados, vamos passar ao ponto seguinte: **Proposta de Decreto Legislativo Regional – “Medidas preventivas dos terrenos envolventes ao aeroporto de Santa Maria”.**

Para apresentar o diploma tem a palavra a Sra. Secretária Regional do Ambiente e do Mar.

(*) Secretária Regional do Ambiente e do Mar (Ana Paula Marques): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Trata-se apenas de uma pequena alteração que diz respeito a um erro no mapa do anterior diploma.

Esse erro foi corrigido e agora o que propomos é que seja aprovado essa nova situação que tem a ver exactamente com o facto de haver um problema nocivo na altura em que tivemos a fazer os mapas. Portanto, levou a uma correcção e essa correcção está neste momento corrigida. Nada mais tenho a apresentar sobre este aspecto.

Obrigada.

Presidente: Não havendo inscrições para debate, passamos à votação na generalidade.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Secretário: Na generalidade, a Proposta de Decreto Legislativo Regional foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Passamos à votação na especialidade.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Secretário: Na especialidade, a Proposta de Decreto Legislativo Regional foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Votação final global.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Secretário: Em votação final global, a Proposta de Decreto Legislativo Regional foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Passamos ao ponto seguinte: **Relatório no âmbito da audição parlamentar ao Director do Centro Regional de Rádio e Televisão de Portugal.**

Foi acordado na Conferência que seria debatido em conjunto a Proposta de Resolução apresentada pelo PS relativa a esta mesma temática.

Recordo que também convencionámos usar 30 minutos para intervenções.

Para apresentar o relatório tem a palavra o Sr. Deputado Hernâni Jorge.

Deputado Hernâni Jorge (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

RELATÓRIO NO ÂMBITO DA AUDIÇÃO PARLAMENTAR DO DIRECTOR DO CENTRO REGIONAL DOS AÇORES DA RÁDIO E TELEVISÃO DE PORTUGAL, SA, A QUE SE REFERE O N.º 5 DO ARTIGO 5.º DOS ESTATUTOS DA RÁDIO E TELEVISÃO DE PORTUGAL, SA, APROVADOS PELA LEI N.º 8/2007, DE 14 DE FEVEREIRO

**Capítulo I
INTRODUÇÃO**

A Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho reuniu no dia 14 de Fevereiro de 2008, na delegação de São Miguel da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, em Ponta Delgada.

Da agenda da reunião constava no âmbito da audição parlamentar do Director do Centro Regional dos Açores da Rádio e Televisão de Portugal, SA, a que se refere o n.º 5 do artigo 5.º dos Estatutos da Rádio e Televisão de Portugal, SA, aprovados pela Lei n.º 8/2007, de 14 de Fevereiro.

A mencionada audição foi proposta pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista, conforme ofício dirigido à Comissão, datado de 23 de Janeiro de 2008, o qual se anexa ao presente relatório.

Por ofício da Comissão, de 30 de Janeiro de 2008, foi dirigido o correspondente convite ao Director do Centro Regional dos Açores da Rádio e Televisão de Portugal, SA, o qual aceitou por comunicação datada de 4 de Fevereiro de 2008 (ambos os documentos anexos ao presente relatório).

Capítulo II

ENQUADRAMENTO JURÍDICO

A audição parlamentar do Director do Centro Regional dos Açores da Rádio e Televisão de Portugal, SA, está prevista no n.º 5 do artigo 5.º dos Estatutos da Rádio e Televisão de Portugal, SA, aprovados pela Lei n.º 8/2007, de 14 de Fevereiro.

Nos termos da Resolução da Assembleia Legislativa n.º 1-A/99/A, de 28 de Janeiro, as matérias relativas à “comunicação social” são competência da Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho.

Capítulo III

SÍNTESE DA AUDIÇÃO

A audição parlamentar operou-se ao abrigo do disposto no n.º 5 do artigo 5.º dos Estatutos da Rádio e Televisão de Portugal, SA, aprovados pela Lei n.º 8/2007, de 14 de Fevereiro.

Atendendo à natureza da audição, foi dado conhecimento da respectiva marcação aos presidentes dos Grupos Parlamentares do PS e do PSD e à Representação Parlamentar do CDS-PP.

A Representação Parlamentar do CDS-PP, cujo Deputado não integra a Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho, participou na audição ao Director do Centro Regional dos Açores da Rádio e Televisão de Portugal, SA.

A audição parlamentar decorreu de acordo com a seguinte metodologia, aprovada, previamente e por unanimidade, pela Comissão:

- 1) Exposição dos motivos da iniciativa pelo proponente (PS);
- 2) Intervenção inicial do Director do Centro Regional dos Açores da Rádio e Televisão de Portugal, SA;
- 3) Intervenções iniciais de cada um dos partidos (PS, PSD e CDS-PP) e debate;
- 4) Intervenções finais de cada um dos partidos (PS, PSD e CDS-PP) e do Director do Centro Regional dos Açores da Rádio e Televisão de Portugal, SA.

1) EXPOSIÇÃO DOS MOTIVOS DA INICIATIVA PELO PROPONENTE (PS)

O Deputado Francisco Coelho, do PS, apresentou os motivos do requerimento que despoletou a presente audição parlamentar, realçando a importância de exercitar o direito que foi reconhecido às Assembleias Legislativas das Regiões Autónomas pelos novos estatutos da Rádio e Televisão de Portugal, SA, aprovados pela Lei n.º 8/2007, de 14 de Fevereiro.

De acordo com o proponente, a existência de canais televisivos e de antenas de rádio regionais de serviço público, a par da autonomia política e legislativa, justifica a consagração legislativa deste direito de audição, o qual

também confere especial dignidade ao Director do Centro Regional dos Açores da Rádio e Televisão de Portugal, SA.

Para o Presidente do Grupo Parlamentar do PS, importa reflectir, em conjunto, sobre a concretização do modelo de serviço público de rádio e televisão na Região, definido pelo actual quadro legal, onde se prevê, designadamente, a possibilidade da Assembleia Legislativa fixar obrigações complementares de serviço público.

2) INTERVENÇÃO INICIAL DO DIRECTOR DO CENTRO REGIONAL DOS AÇORES DA RÁDIO E TELEVISÃO DE PORTUGAL, SA

Na sua intervenção inicial, o Director do Centro Regional dos Açores da Rádio e Televisão de Portugal, SA, considerou a audição como um “momento histórico”, já que é a primeira vez que o Parlamento açoriano tem a oportunidade legal de exercer um diálogo institucional com a direcção do serviço público de rádio e televisão nos Açores.

O Director do Centro Regional dos Açores da Rádio e Televisão de Portugal, SA, lamenta a falta de autonomia financeira do Centro Regional, defendendo, neste domínio, um tratamento diferenciado para as Regiões Autónomas, relativamente aos demais centros regionais.

Segundo o Director, o Centro Regional dos Açores dispõe de um orçamento “muito limitado”, já que é ponderado pela administração da Rádio e Televisão de Portugal, SA, olhando essencialmente aos aspectos demográficos e esquecendo uma realidade arquipelágica, composta por nove ilhas.

A actual direcção do Centro Regional dos Açores tem investido na reformatação do Projecto Fénix II, apostando no rigor orçamental e na eficaz gestão dos meios humanos disponíveis, sem pôr em causa a independência editorial que deve existir entre a rádio e a televisão, assente em redacções distintas, com diferentes chefias, e apenas as limitações orçamentais não permitem uma maior autonomia da rádio e da televisão.

O Dr. Pedro Bicudo informou a Comissão de que fez depender a aceitação do cargo da inexistência de despedimentos, quer na rádio, quer na televisão,

mas que esse facto implica também que não existam novas contratações de pessoal, pelo que se tem recorrido, pontualmente, à contratação de colaboradores, cuja autorização depende da administração da Rádio e Televisão de Portugal, SA.

Há questões essenciais que foram abandonadas ao longo dos tempos, como seja a aquisição de equipamentos, particularmente na televisão – por exemplo, a RTP-Açores continua a usar o sistema Betacam SP, do final da década de oitenta do século XX. A televisão atingiu, hoje, a rotura no que respeita aos equipamentos, com impacto directo no lançamento da nova grelha de programação, pronta desde Novembro de 2007. Para obviar a esta situação, a nova administração da Rádio e Televisão de Portugal, SA, já autorizou algumas aquisições.

Aludindo à nova grelha de programação da RTP-Açores, o Director do Centro Regional dos Açores considera-a mais abrangente do que as anteriores, já que confere maior relevância à generalidade das ilhas, em particular às delegações da Terceira e da Horta, que passarão a produzir conteúdos informativos com total autonomia editorial, concretamente o “Jornal da Manhã” (08:00), da responsabilidade da Delegação da Horta, e o “Jornal da Tarde” (13:00), da responsabilidade da Delegação da Terceira. Considerando essencial a multipolaridade do serviço público de rádio e televisão nos Açores, foi manifestada a intenção de criar uma Delegação no Pico e de dinamizar, cada vez mais, a interacção entre as ilhas do “Triângulo” – Faial, Pico e São Jorge.

Neste espírito de descentralização, a actual direcção do Centro Regional dos Açores pretende incrementar a aposta nos “repórteres de ilha”, mormente na sua formação e na criação de melhores condições trabalho, por via da disponibilização de instalações, em cooperação com os municípios. Este projecto, que vem da anterior direcção e que foi financiado pelo Governo Regional, tem-se mostrado de enorme importância.

Ainda relativamente à grelha da televisão, pretende-se retomar o programa “Bom Dia”, embora num formato mais reduzido, mas de maior qualidade.

Aliás a qualidade é o elemento transversal, prevendo-se a emissão, a seguir ao “Telejornal”, de programas de “grande reportagem”, “grande entrevista” e “debate”, com o diário desportivo “Troféu” a ser transmitido às 23:45, imediatamente antes da síntese informativa “Notícias”. O cinema existirá em menor quantidade, já que a aposta será na sua qualidade.

A terminar a intervenção inicial, o Director do Centro Regional dos Açores da Rádio e Televisão de Portugal, SA, informou, também, ser sua intenção aumentar as transmissões directas das sessões da Assembleia Legislativa.

3) INTERVENÇÕES INICIAIS DE CADA UM DOS PARTIDOS (PS, PSD E CDS-PP) E DEBATE

À intervenção do Director do Centro Regional dos Açores da Rádio e Televisão de Portugal, SA, seguiu-se o debate, que começou com as intervenções iniciais dos partidos, tendo usado da palavra, pela seguinte ordem, os Deputados Pedro Gomes, do PSD, Artur Lima, do CDS-PP, e Francisco Coelho, do PS.

Na **intervenção inicial do PSD**, o Deputado Pedro Gomes aludiu aos Estatutos da Rádio e Televisão de Portugal, SA, aprovados pela Lei n.º 8/2007, de 14 de Fevereiro, enfatizando a consagração da audição parlamentar do Directores do Centro Regional dos Açores e lamentando que não tivessem sido acolhidas as propostas contidas no parecer da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores que versavam sobre o modelo de funcionamento e de financiamento, propondo o mais abrangente conceito de serviço público numa Região com particulares constrangimentos geográficos, sócio-culturais e políticos.

O Deputado do PSD reiterou que o serviço público de rádio e televisão nos Açores é absolutamente indispensável e estratégico para a democracia autonómica dos Açores e que o Estado não pode eximir-se ao seu adequado financiamento. Concluiu, ainda, pelas palavras do Director do Centro Regional dos Açores, que a falta de autonomia financeira e administrativa colocam este Centro Regional refém, para actos de gestão corrente, da decisão de quem, não assegurando o financiamento adequado, não

compreende notoriamente as especificidades da Região e as especiais obrigações que impendem sobre o serviço público de rádio e televisão nos Açores.

O Deputado do PSD questionou o Director sobre as perspectivas de financiamento dos investimentos em equipamentos na rádio e televisão públicas nos Açores, bem como quantos às necessidades técnicas e humanas. O Deputado do PSD solicitou, ainda, informações sobre a grelha da rádio e manifestou o entendimento de que deve ser dada outra cobertura à actividade do parlamento açoriano.

Na **intervenção inicial do CDS-PP**, o Deputado Artur Lima, manifestou algumas preocupações, designadamente com a cobertura dada às ilhas mais pequenas e com a dificuldade que as forças partidárias destas ilhas têm em mediatizar as suas acções. O Deputado do CDS-PP quis, concretamente, saber se haveria alguma aposta no sentido de se continuar a ter meios da televisão nas ilhas sem centros de produção ou delegação.

O Deputado Artur Lima defendeu, também, a necessidade de uma maior atenção do serviço público de rádio e televisão nos Açores à actividade desenvolvida pela Assembleia Legislativa. Neste particular, o Deputado do CDS-PP sugeriu que fosse criado um suplemento ao “Telejornal” que dê maior destaque e visibilidade às actividades parlamentares em semana de plenários, até porque, considerou, o plenário reúne uma vez por mês e não pode ser submetido a um tratamento inferior a quem é notícia com maior assiduidade.

Por outro lado, o Deputado do CDS-PP questionou o Director do Centro Regional dos Açores da Rádio e Televisão de Portugal, SA, sobre as condições técnicas e humanas consignadas às delegações das ilhas Terceira e Faial, sustentou que os equipamentos em funcionamento estão obsoletos e, portanto, a necessitar de renovação e interpelou o Director do Centro Regional sobre um eventual aumento de pessoal naquelas delegações.

Por fim, o suscitou dúvidas sobre os critérios de agenda da Rádio e Televisão de Portugal nos Açores, e manifestou a sua constatação de que os

jornalistas ao serviço da rádio pública têm sentido dificuldades em informar os cidadãos convenientemente em virtude da limitação imposta de 15 segundos por registo magnético (RM), acrescentando que o próprio entrevistado também tem algumas dificuldades em se exprimir convenientemente nesse tempo.

Na **intervenção inicial do PS**, o Deputado Francisco Coelho questionou o Director do Centro Regional dos Açores da Rádio e Televisão de Portugal, SA, até que ponto a cooperação com as autarquias pode influenciar a autonomia do serviço público de rádio e televisão.

O Deputado do PS considera importante que a rádio e televisão se expandam e ganhem melhores condições de trabalho em todas as ilhas, notando, contudo, que essa generalização constitui um elemento essencial do serviço público nos Açores.

O mesmo Deputado referiu ainda que, face ao carácter insular mas, sobretudo, arquipelágico da nossa Região, não se pode pensar numa rádio e televisão públicas unipolares e que as preocupações com infra-estruturas e instalações não se podem resumir à “sede regional”, antes devendo contemplar – ainda como obrigação de serviço público e responsabilidade do Estado – as demais delegações existentes e tradicionais, sem prejuízo de uma sempre aconselhável expansão multipolar.

O Deputado Francisco Coelho saudou ainda o correcto entendimento da Lei manifestado pelo Director do Centro Regional dos Açores da Rádio e Televisão de Portugal, SA, no sentido que os ganhos de eficiência nunca poderão pôr em causa a autonomia editorial e redactorial da rádio e da televisão públicas, isoladamente consideradas, até porque a pluralidade quantitativa na cobertura noticiosa dos eventos é, ela própria, uma garantia qualitativa da isenção e pluralismo informativos.

Por fim, o presidente do Grupo Parlamentar do PS opinou ser essencial, na cobertura dos acontecimentos sócio-políticos e partidários, a adopção, até onde for possível, de critérios objectivos e publicitados, de forma a evitar questões e conflitos desnecessários, a introduzir previsibilidade e certeza no

relacionamento entre as partes envolvidas e a proteger a própria concessionária do serviço público.

Logo após as intervenções iniciais dos partidos, foi alargado o debate à generalidade dos membros da Comissão, tendo intervindo os Deputados Jorge Macedo (PSD), Helder Silva (PS), António Pedro Costa (PSD) e Alberto Pereira (PSD).

O Deputado Jorge Macedo, do PSD, considera que um “verdadeiro serviço público” de rádio e televisão se faz com a promoção do debate de ideias, e que embora tal exista na rádio hoje é uma lacuna na televisão. Defendeu, também, a necessidade de se promover o contraditório, “o que acontece normalmente quando o PSD-Açores toma alguma posição, sendo solicitadas reacções aos membros do Governo, mas só muito raramente acontece o contrário”.

Para o Deputado Helder Silva, do PS, a rádio e televisão públicas não podem limitar-se a ser um produtor de informação, já que considera a Rádio e a Televisão nos Açores como uma instituição fundamental para a afirmação da Autonomia.

O Deputado António Pedro Costa, do PSD, pretendeu obter informações sobre a realocação da televisão em São Miguel, bem como quanto à disponibilização da RTP-Açores nos serviços de cabo a nível nacional. Este Deputado, considerando que os Açores não são só as nove ilhas, entende que a programação tem de possibilitar, aos que cá vivem, conhecer melhor o que se faz e acontece na nossa diáspora.

O Deputado Alberto Pereira, do PSD, usando da palavra, congratulou-se com a amplitude do conceito de serviço público defendido pelo Director do Centro Regional, relacionando-o com o desenvolvimento da autonomia. Elogiou o espírito de ambição, mas manifestou reservas quanto à obtenção dos resultados esperados perante o confirmado estrangulamento financeiro e de meios técnicos e humanos do Centro Regional dos Açores. Relacionando o conceito de serviço público com o objectivo de qualificação da democracia autonómica, considerou vital para a democracia a valorização das

instituições e, neste âmbito, considerou haver um claro défice, quantitativo e qualitativo, da mediatização, por parte do serviço público de rádio e televisão, das actividades do parlamento regional.

Na sequência das intervenções precedentes, o Director do Centro Regional dos Açores da Rádio e Televisão de Portugal, SA, disponibilizou a proposta para a grelha da rádio e prestou alguns esclarecimentos, designadamente, quanto à política de instalações, dando nota de que, ainda este ano, haverá um estudo de audiências, que considera fundamental rever as grelhas de emissão, pois há já treze anos que a grelha da rádio não sofre alterações significativas. Considerou, também, importante que os Açores passem a poder usufruir da “Antena 3”, já que se trata de serviço público, num projecto conjunto com a Madeira, ao mesmo tempo que pretende desenvolver algumas pontes ao nível da Macarronésia, nomeadamente emissões simultâneas com Cabo Verde.

O Director do Centro Regional manifestou concordância com as observações dos Deputados relativamente à cobertura noticiosa da actividade parlamentar, reafirmou a sua aposta na generalização da cobertura de todas as parcelas do arquipélago, através dos “repórteres de ilha” e informou de que continuam a desenvolver-se esforços com vista à colocação da RTP-Açores nas emissões de televisão por cabo. Contudo, ficaram por responder algumas questões colocadas, nomeadamente nas intervenções iniciais dos Deputados Francisco Coelho e Pedro Gomes e na intervenção do Deputado Jorge Macedo.

4) INTERVENÇÕES FINAIS DE CADA UM DOS PARTIDOS (PS, PSD E CDS-PP) E DO DIRECTOR DO CENTRO REGIONAL DOS AÇORES DA RÁDIO E TELEVISÃO DE PORTUGAL, SA

A encerrar a audição, cada um dos partidos (PS, PSD e CDS-PP) e o Director do Centro Regional dos Açores da Rádio e Televisão de Portugal, SA, usaram da palavras para uma intervenção final, com todos a realçarem a importância do exercício do acompanhamento pela Assembleia Legislativa do serviço público de rádio e televisão nos Açores, conforme estatui o n.º 5

do artigo 5.º dos Estatutos da Rádio e Televisão de Portugal, SA, aprovados pela Lei n.º 8/2007, de 14 de Fevereiro.

Capítulo IV

CONCLUSÕES

Atenta a natureza da audição e face à omissão regimental, a Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho deliberou, por unanimidade, emitir parecer favorável à apreciação do presente relatório em reunião plenária da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, recomendando à Conferência o respectivo agendamento e eventual determinação de um período destinado à intervenção dos grupos e representação parlamentares.

Ponta Delgada, 14 de Fevereiro de 2008

A Relatora, **em substituição, Mariana Matos**

O presente relatório foi aprovado por unanimidade.

O Presidente, **Hernâni Jorge**

Presidente: Está aberto o debate.

Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Coelho.

(*) **Deputado Francisco Coelho (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Vimos, ouvimos e lemos, não podemos ignorar! Talvez esta frase possa sintetizar a justificação da apresentação desta Proposta de Resolução por parte do Partido Socialista.

Se é certo que há pouco exercitámos pela primeira vez um poder/dever inédito conferido por uma lei publicada em Fevereiro de 2007, e que nos dá concretamente o poder, o direito, o dever, o poder/dever, de auscultar o Director do Centro Regional dos Açores da RTP, SA, a verdade é que como órgão político com legitimidade directa e própria, não podemos apenas ouvir.

Daquilo que ouvimos necessariamente temos que tirar conclusões. Dessas conclusões e constatações, como órgão político que somos, temos que tomar acções, queremos reagir em consonância com a interpretação e o juízo que fazemos dos factos vindos ao nosso conhecimento.

Portanto, na sequência dessa audição já aqui relatada pelo Sr. Presidente da Comissão, Sr. Deputado Hernâni Jorge, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista entendeu que há aqui algumas preocupações que devem ficar claras.

Tivemos oportunidade de nos congratular com o facto de, no trabalho desta casa, também por esta Comissão, aquando da emissão do parecer sobre a respectiva Proposta de Lei, terem sido feitas algumas considerações que mereceram acolhimento, designadamente esta da audição anual por parte deste Parlamento do responsável pelo Centro Regional dos Açores.

Tivemos também oportunidade de, numa troca de informações com o Sr. Director, aquilatarmos de algumas dificuldades e de alguns obstáculos práticos ao desenvolvimento da acção desse centro regional.

Tivemos ainda, oportunidade de reafirmar que no entender unânime, ao que vi, da Comissão, temos por estratégica essencial o Centro Regional dos Açores da Rádio e Televisão.

Se por um lado temos como portugueses direito ao canal generalista nacional, ou canais, também temos, devido às nossas especificidades, à nossa realidade insular e arquipelágica, ao nosso sistema político próprio que merece também ver a sua actividade retratada e relatada, direito a um canal próprio de rádio e de televisão nos Açores.

Isto significa necessariamente e desde logo que é necessário que a empresa concessionária também deste serviço público promova as diligências que se impõem em termos de meios, em termos de recursos humanos, materiais e infra-estruturais para que essa empresa possa cabalmente cumprir o seu serviço. É bom que aqui, como em tantas outras áreas, essa empresa perceba e todos os seus responsáveis e colaboradores, que a insularidade paga-se, que também aqui não basta, face à nossa realidade arquipelágica, termos uma infra-estrutura. É necessário multiplicar meios, recursos e instalações por diversas ilhas.

É isso que nós queremos e provemos nesta Proposta de Resolução, que seja claramente assumido pela empresa.

A empresa não tem, em nossa opinião, um problema de instalações. Tem vários problemas de instalações e eles têm que ser resolvidos em primeira linha e de acordo com a lei pela empresa.

Não podemos deixar passar a ideia, vinda de quem vier, de que há um problema de instalações que é da empresa, há um outro problema que talvez alguém queira assumir. Nós não podemos concordar com essa ideia, seja a respeito da rádio televisão pública nos Açores, seja a respeito dos órgãos de Governo próprio, seja a respeito da Universidade dos Açores. Isto é dito aqui com toda a clareza.

Começámos por ver que este serviço só se cumpre cabal e eficazmente com a existência de um canal próprio de rádio e de televisão, mas em termos substantivos esse canal tem bastantes áreas de intervenção a nível da informação e da programação para se justificar. Esse canal justifica-se com o seu trabalho, com a sua informação e produção próprias.

Neste aspecto, os responsáveis pela rádio e televisão pública têm de perceber e criar as condições para que haja, em número significativo, essa produção e informação próprias, porque senão, e ao arrepio do que é a opinião consagrada, antiga e assente dos órgãos de Governo próprio da autonomia e pelos vistos do próprio legislador nacional, abriremos caminho para a não justificação dessa existência, abriremos caminho para aquilo que afinal de forma expressa e fundamentada recusámos ao rejeitarmos liminarmente que o serviço público de televisão nos Açores se satisfizesse como qualquer janela, ao nível de um canal nacional.

Depois, pensamos que é fundamental que se prossiga, sem desfalecimentos, a pluralidade, a isenção e a independência da informação.

A pluralidade aqui deve ser entendida também de várias formas. A pluralidade existirá com certeza e deve manifestar-se na cobertura diversa, plural da nossa sociedade política, cívica, cultural e social. Mas também há outra pluralidade quantitativa que é importante. É que quantos mais forem os órgãos de

comunicação social a cobrir de forma autónoma determinado evento, com certeza que a pluralidade e a independência, a deontologia, a visão de cada jornalista também contribuirá para uma pluralidade quantitativa. Com certeza que uns, dentro dos critérios deontológicos na sua profissão, é certo, privilegiarão um determinado ângulo, o que é normal e natural. Outros privilegiarão outro.

Se à rádio e televisão públicas incumbe essa obrigação, se ambos de forma autónoma cobrirem o mesmo evento, são os açorianos que ficam, à partida, com duas visões relevantes e criteriosas, mas diferentes, do mesmo evento.

Daí que, independentemente de todas as sinergias que se queiram criar, de todos os economicismos que se queiram fazer ao nível administrativo, ao nível de alguns meios, ao nível de instalações, ao nível logístico, é fundamental consagrar na prática aquilo que a lei prevê e que é exactamente a autonomia, a separação editorial e redactorial da rádio e da televisão públicas. Isto também deve, em nossa opinião, ser prosseguido.

É também bom acautelar, face à importância dessa rádio e televisão públicas, face à essencialidade dessa isenção, independência e imparcialidade que, independentemente dos acordos, das colaborações, naturais, legítimos e até salutares, essa empresa nos Açores resolva celebrar, com instituições públicas ou privadas, eles sejam celebrados de molde a não substituir as obrigações essenciais da empresa, porque, desde logo, a sua assumpção por ela própria, conforme legalmente previsto, não será com certeza por acaso. É também uma garantia dessa isenção, dessa imparcialidade, seja em termos territoriais, seja em termos editoriais.

Gostaria ainda de salientar de acordo com o proposto nesta resolução do Grupo Parlamentar do Partido Socialista a necessidade ou a bondade, até onde for possível de ao nível da cobertura mais política da nossa actividade, dos órgãos de governo próprio, dos partidos, da livre opinião que, tanto quanto for possível a existência de critérios claros, pré-definidos, pré-estabelecidos, conhecidos de todos, não só garantirá à partida essa isenção e imparcialidade, como permitirá a todos os intervenientes conhecer antecipadamente as regras do jogo e como

permitirá ainda à própria empresa e às suas redacções de rádio e televisão públicas, melhor defenderem-se porque todos conhecem as regras do jogo.

Gostava de terminar esta apresentação salientando, por um lado, quer a pronta receptividade que o Sr. Director da RTP, SA dos Açores mostrou relativamente ao nosso repto e os esclarecimentos que produzido, como ainda de garantir que pela nossa parte continuamos a ter por absolutamente essencial a existência destes canais públicos de rádio e televisão que muito cimentaram a nossa unidade açoriana, a nossa identidade como povo, a nossa ligação à diáspora, a nossa relação com o país, a Europa e com o mundo.

Reconhecemos esse papel e queremos que esse papel deva continuar, de preferência fortalecido com melhores meios, equipamentos, infra-estruturas e recursos humanos.

Este é também o nosso contributo para isto. Este é um pretexto para, cada vez mais, estarmos atentos, solidários com a empresa, vigilantes com o cumprimento dos seus deveres e obrigações para melhor servir os Açores, a democracia e a Autonomia.

Muito obrigado.

Deputados Nuno Amaral e Lizuarte Machado (PS): Muito bem!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Gomes.

Deputado Pedro Gomes (PSD): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

No momento em que este Parlamento faz um debate sobre o serviço público de rádio e televisão dos Açores a propósito da audição do Director do Centro Regional efectuada na semana passada, a primeira palavra do Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata é de saudação para todos os profissionais da rádio e televisão dos Açores que todos os dias, lutando com dificuldades humanas, materiais, e de meios, fazem com que a rádio e a televisão chegue a casa de todos os açorianos,...

Deputado Clélio Meneses (PSD): Muito bem!

O Orador: ... construindo e ajudando a construir também a nossa identidade enquanto Região e não apenas como arquipélago.

Em segundo lugar, Sr. Presidente, Srs. Deputados e Srs. Membros do Governo, para reafirmar a convicção de que o serviço público de rádio e televisão nos Açores é, não apenas essencial, como constitui uma obrigação fundamental do Estado português. O serviço público de rádio e televisão nos Açores é uma obrigação do Estado que nestas ilhas tem uma configuração especial que se traduz em emissões próprias de rádio e de televisão.

A existência dessas emissões próprias de rádio e televisão nos Açores deve ser assumida financeiramente pelo Estado...

Deputado Clélio Meneses (PSD): Muito bem!

O Orador: ... porque este serviço não é uma obrigação da Região. Este serviço público de rádio e televisão, nos termos constitucionais, constitui uma obrigação do Estado e o Estado tem que financiá-lo melhor, em melhores condições e com mais recursos financeiros, porque a sua existência obedece também aos princípios que fundaram a autonomia dos Açores.

As razões da geografia, as razões económicas e as razões culturais, as aspirações autonomistas dos açorianos, que são afinal os elementos matriciais da Autonomia dos Açores, autorizam a existência dum serviço público de rádio e televisão com características próprias nos Açores.

Nesta medida, o que temos que dizer neste Parlamento quando fazemos um debate sobre serviço público de rádio e televisão, é, desde logo, reivindicar do Estado maiores meios financeiros, mais meios de gestão, humanos e técnicos para que a televisão e a rádio nos Açores sejam um bom serviço público e permitam a existência de melhor televisão e de melhor rádio.

Foi isso mesmo que este Parlamento fez quando há um ano atrás, no seu parecer sobre a hoje Lei nº 8/2007, dizíamos que “queremos que o Centro Regional de Televisão dos Açores e da Madeira, mas no caso dos Açores, tenha autonomia administrativa, tenha autonomia financeira e tenha autonomia de gestão de meios que não apenas autonomia editorial”. Queríamos dizer isto mesmo: queremos mais capacidade de decisão nos Açores, queremos mais capacidade de gestão nos Açores, queremos mais meios financeiros.

Esta dificuldade foi reflectida na audição do Sr. Director do Centro Regional de Rádio e Televisão e está expressa no relatório em debate.

Há constrangimentos ao serviço público de rádio e televisão cuja natureza importa reflectir, porque esta é uma câmara e um fórum político. Importa, também, saber quais são os compromissos políticos que o Governo Regional e o Governo da República estão dispostos a assumir.

Que compromissos está a maioria socialista disposta a exigir do Governo de Lisboa nesta matéria?

Para a bancada do PSD, o Projecto de Resolução que o Partido Socialista aqui apresenta é a confissão clara e evidente de que, na lista de matérias que o Sr. Presidente do Partido Socialista e Presidente do Governo discutiu com o Primeiro-Ministro de Portugal e líder do Partido Socialista e resultaram no compromisso para a sua recandidatura, o serviço público de rádio e televisão delas não constavam.

Se assim não fosse não havia razão para que esta resolução fosse apresentada nos termos em que o foi.

Este projecto de resolução suscita questões que merecem reflexão e debate neste Parlamento.

Mais meios para a televisão e para a rádio dos Açores, têm de significar melhor produção, melhor informação e, desde logo, porque somos Deputados, porque estamos no Parlamento e porque os Deputados do PSD fizeram essa crítica em sede de audição parlamentar, vamos repeti-la aqui:

Não estamos satisfeitos com a qualidade nem com a quantidade de informação que é feita sobre o Parlamento Regional e que sai na RTP e na RDP/Açores. Estamos, mesmo, insatisfeitos!

Achamos que a cobertura dos trabalhos parlamentares feitas pelo serviço de rádio e televisão nos Açores é claramente insuficiente e não reflecte o trabalho que é feito no Parlamento, não apenas neste plenário, mas no trabalho parlamentar normal que alimenta a actividade da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores.

É preciso dizê-lo com esta clareza e com esta frontalidade, sem termos o receio de assumir as nossas convicções, porque ao mesmo tempo que dizemos que é preciso mais meios financeiros, humanos, técnicos, queremos também dizer que, enquanto Deputados, enquanto titulares de um órgão de Governo próprio, não estamos satisfeitos com a cobertura informativa que é feita deste Parlamento.

É preciso dizer e lembrar, não só ao Sr. Director do Centro Regional da RTP, mas, também, se calhar, aos Srs. Deputados da maioria, que o Parlamento é um órgão de Governo próprio. No confronto da cobertura informativa parlamentar com a cobertura dedicada ao Governo Regional, o Parlamento é claramente prejudicado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Para terminar esta intervenção, porque não desejo torná-la mais longa, gostaria, aliás na sequência das palavras do Sr. Deputado Francisco Coelho, de desafiar o Partido Socialista para que esta resolução, que é oportuna e merece serena reflexão, pudesse baixar à Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho para ponderada análise, aperfeiçoamento nalguns aspectos, se calhar audição de novo do Sr. Director do Centro Regional concretamente sobre esta matéria. Atrevo-me mesmo a dizê-lo, em nome da bancada do Partido Social Democrata, audição do Conselho de Administração da Televisão, da RTP, SA para avaliarmos do conteúdo desta resolução.

Reafirmo que esta resolução é importante nos seus termos, merece uma reflexão séria. Gostaria de lembrar, para terminar, aos Srs. Deputados o seguinte:

Com esta dimensão, audição do Director do Centro Regional da RTP, relatório debatido em plenário e consequente resolução apresentada pelo Partido Socialista, é a primeira vez que este Parlamento usa este procedimento.

Nessa medida, julgo que a parte resolutiva deve ser ponderada e devidamente avaliada para que dela possamos tirar todas as consequências, aliás como fizemos e com grande unanimidade entre os três partidos com assento parlamentar quando debatemos com serenidade e eficácia a Lei nº 8/2007 e emitimos o nosso parecer.

Muito obrigado.

Deputado Clélio Meneses (PSD): Muito bem!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS/PP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Vamos recuar ao Plano e Orçamento discutidos aqui em Novembro. Dizia eu daquela tribuna:

“O povo certamente gostaria de saber bem o que por aqui se passou nestes dias. Ou, pelo menos, de ter uma ideia resumidamente equilibrada do que aconteceu. Gostariam e tinham esse direito. E talvez tornando visível e transparente o que aqui ocorreu, os eleitores que já não vêm tendo paciência para exercer o seu direito de cidadãos, pudessem sentir-se novamente motivados para tomar posição, votando.

Naturalmente que a obrigação principal – a de serviço público – cabe primordialmente à televisão e à rádio públicas. E há bons jornalistas, em todos os órgãos de comunicação social e continuam a existir na televisão e na rádio públicas também.

O que precisam certamente é de dispor de um espaço de tempo condigno, que lhes permita retratar e transmitir o que aqui se passou, o que cremos que a importância destes órgãos e do momento bem justificariam, para evitar leituras distorcidas ou contrárias da realidade.”

Dissemos isto com toda a frontalidade em Novembro, nesta casa. Já na altura reconhecíamos que a cobertura deste Parlamento e dos nossos trabalhos era deficiente. Fomos premonitórios.

Não tivemos receio do assumir, porque é uma crítica frontal e justa.

O que se passa na realidade?

Os elogios ao serviço público, à necessidade de mais meios, já foram aqui referidas. Não vou voltar a insistir nesse ponto.

Então o que é se passa?

Se havia bons jornalistas eles deixaram de um momento para o outro de ser bons? Ou afinal eram maus jornalistas e os seus chefes nunca lhes disseram nada por isso?

Depois, como eu disse ao Sr. Director da Rádio e Televisão, como se pode querer que se faça uma cobertura de uma qualquer notícia – já nem me refiro a este Parlamento – com RM de 15 segundos? Ouviram bem, eu disse 15 segundos!

Como pode uma pessoa qualquer, por muito boa que seja, expressar minimamente a sua opinião em 15 segundos?

Entenderia se houvesse *flash* durante a tarde e de manhã e ao fim da tarde houvesse um serviço noticioso mais alargado.

É o que se está a passar na RDP, um *flash* de 15 segundos.

Não sei se é esse o caminho.

Pondo-me no papel do jornalista, como é que vou conseguir, no discurso ou na uma opinião de uma pessoa, seleccionar 15 segundos. É um critério editorial, é certo. Agora, é esse critério que é mais informativo?

É esse critério que também se vai passar para a televisão? Fica a questão para reflexão.

Na audição do Sr. Director que veio prontamente à Comissão, aliás com simpatia, ficámos a saber que o Sr. Director reconhece que a cobertura deste Parlamento é deficiente.

Passou uma semana. Alguém notou alguma diferença esta semana?

Eu não notei!

Terá o Sr. Director dado instruções aos senhores jornalistas para que fosse feito desta ou daquela maneira? O Sr. Director, o Chefe de Redacção ou o seu superior.

Há critérios editoriais. Onde é que eles são decididos?

É aqui? É na Terceira? É em São Miguel? Como é que isto é decidido?

Quando o Sr. Deputado Pedro Gomes diz que há necessidade de ouvir o Sr. Director da Rádio e Televisão, eu concordo plenamente.

Acho que esta iniciativa de o ouvir foi boa, mas acho que este diálogo deve continuar e acho que o devemos ouvir outra vez, e outra se for preciso, sempre que seja necessário.

Não queremos, obviamente, fazer nenhum tipo de pressão sobre o Sr. Director ou sobre a RTP.

Queremos, em diálogo, consertar posições, perceber qual é a missão do serviço público, qual é a missão da RTP relativamente aos órgãos de Governo próprio e esta casa (que é um órgão de Governo próprio)?

Queremos saber, porque ficaram algumas coisas por explicar, se e quando vão ter mais meios, melhores instalações na Terceira, no Faial e correspondentes nas ilhas pequenas?

Levantamos estes problemas ao Sr. Director.

Realmente concordo com o Sr. Deputado Francisco Coelho, aliás, dentro da ética e deontologia do jornalismo, que essa informação deve ser isenta e imparcial, independentemente do critério editorial.

Acho que nada pode haver de pior para um jornalista, para um qualquer profissional certamente, mas para um jornalista com certeza, do que pairar a sombra que é tendencioso e parcial.

Julgo que eles na sua ética não querem que isso lhes aconteça. Agora é preciso aqui deslindar este novelo e perceber onde é que está o problema, se o problema é aqui, é no nível intermédio ou se é num nível mais superior.

Neste momento, não consigo perceber onde é que está o problema.

O que eu consigo perceber é que, pese embora a boa vontade do Sr. Director manifestada perante a Comissão, esta semana (naturalmente ainda é cedo) o que se viu foi quase o contrário, com a notícia de 2 diplomas para este plenário. Foi a notícia desta semana.

Hoje, tivemos aqui um debate riquíssimo. Ontem o mesmo aconteceu.

Como se este plenário às vezes se resumisse ao Período da Agenda Reunião.

Deputado Pedro Gomes (PSD): Muito bem!

O Orador: Como se o verdadeiro debate político não se fizesse aqui durante a tarde, com discussões vivas, opiniões divergentes, trazendo aqui os assuntos e os anseios dos açorianos.

A questão da habitação e dos transportes aéreos trazidos aqui não importa levar aos açorianos?

Mesmo que não houvesse nenhum diploma na Agenda da Reunião, não era interessante haver aqui o debate político? Não era necessário haver aqui debate político?

Parece-me que seria necessário.

Como se provou, afinal apareceram 12 ou 13 propostas.

A Agenda é diária. É marcada para o dia. No outro dia pode aparecer vários pontos e no outro pode ainda ter mais.

Há que sermos rigorosos nestas matérias. Todos, mas todos, temos um dever de cidadania, cada um ao seu nível, de dar o seu melhor em favor da comunidade, nós, deputados, o Governo, os jornalistas, a rádio e a televisão dos Açores.

Só por aí é que isto pode melhorar, porque realmente as pessoas, como eu disse aqui em Novembro, às vezes não têm a mínima ideia do que aqui se passou, porque estamos aqui 3 ou 4 horas no período de interesse político relevante e temos um minuto e meio de televisão.

A pergunta que eu faço é esta: quem é que decide esse minuto e meio? São aqueles senhores? Ou é o senhor de São Miguel que diz para lhe mandarem uma peça de um minuto e meio, porque só tem um minuto e meio no telejornal? Pese embora este senhor que aqui está diga que houve um debate interessante que demora 4 ou 5 minutos, a resposta será “tem paciência, só tenho um minuto e meio”.

Há que perceber toda essa matéria.

Relativamente à proposta oportuna do Partido Socialista, e vem no seguimento desta nossa lição, a exigir mais meios, melhores meios para a RTP e RDP, ela é útil na prossecução dos fins da nossa autonomia.

Temos que exigir mais e melhor televisão por parte do Governo da República, temos que exigir mais variedade do Governo da República nesta matéria; temos

que exigir que o Estado cumpra as suas obrigações tal qual como no Continente Português.

A República tem que perceber, tal qual a tripolaridade da Universidade dos Açores, que somos 9 ilhas e que também temos custos acrescidos para a nossa rádio e televisão.

Em boa hora vem este projecto de Resolução do Partido Socialista.

Mas se me permite, Sr. Deputado Francisco Coelho, primeiro subscritor do Projecto de Resolução, fazia uma sugestão, talvez para melhorar ou para vincar melhor a iniciativa do Partido Socialista, e bem, em ouvir o Sr. Director da Televisão, de lhe propor e exigir de alguma maneira mais cobertura e melhor cobertura deste Parlamento.

No ponto 6 diz: “melhorar em termos quantitativas e qualitativas a cobertura noticiosa das actividades dos órgãos de governo próprio, particularmente deste Parlamento”.

No *particularmente* é que está a minha divergência, Sr. Deputado Francisco Coelho.

Todos nós concordamos que o Governo tem todos os dias notícias no Telejornal. Não me lembro de um dia em que não haja uma notícia do executivo no telejornal. Não é que isto seja mau ou seja bom, mas o Governo todos os dias tem cobertura noticiosa.

O que era preciso aqui era que este *particularmente* fosse substituído, se calhar, por *principalmente* ou *especialmente deste Parlamento*.

Este Parlamento só reúne uma única vez por mês, 5 dias por mês em plenário. É nessa semana que devia ser dada especial cobertura a esta casa.

Talvez aqui o termo *particular* não seja demonstrativo da importância, que se percebe, que o PS quer dar a esta Resolução, que se percebe que o PS quis ao ouvir o Sr. Director da Rádio e Televisão.

Portanto, Sr. Deputado Francisco Coelho, Presidente do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, acho que o Governo tem cobertura suficiente e os senhores deviam, como maioria responsável, pugnar para que especialmente este Parlamento, esta casa, todos nós, e até o Grupo Parlamentar do Partido

Socialista que às vezes em algumas situações é o mais prejudicado, em termos de cobertura televisiva...

Presidente: Sr. Deputado, deixe-me fazer um apelo à sua capacidade de síntese.

O Orador: Sr. Presidente, V. Exa. interveio na altura oportuna porque estou a terminar. Mas acho graça a V. Exa. a apelar à minha capacidade de síntese, quando os precedentes “comeram a estrada” toda e eu já ia na “recta final”.

Presidente: Olhe que não. Se quer eu digo-lhe.

Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Coelho.

(*) **Deputado Francisco Coelho (PS):** As maiorias têm destas coisas, Sr. Deputado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Pedro Gomes:

Vemos, ouvimos, lemos e escrevemos. V. Exa. não pode ignorar!

É bom que fique aqui claro que sobre esta matéria, sobre o PEGRA e sobre a generalidade das matérias, esta maioria e o seu Governo comprometem-se, expõem-se e assumem as suas responsabilidades. Tomam posições nas comissões; tomam posições sobre o PEGRA; ouviram o Sr. Director Regional do Centro Regional da RTP, SA e acharam que essa audição só ficava completa assumindo que isso tinha que ter consequências.

Portanto, nós assumimos estas consequências.

Queria também dizer-lhe outra coisa, saudando-lhe. O PSD tem, e já tem desde a discussão desta lei, pelo menos, uma posição que é actualmente coincidente com a posição do PS/Açores ao nível dos centros regionais e do seu financiamento.

Saúdo-o, e não há mal nenhum nisso, é apenas um retrato diacrónico (nem sempre foi assim, há ainda hoje quem defenda outras soluções, designadamente ilustres militantes e dirigentes do PSD) mas é bom que todos tenhamos a consciência que nos Açores há hoje um largo consenso de que o serviço público de rádio e televisão nos Açores, através de um canal próprio, é responsabilidade do Estado, o que até foi ampliado com a Lei 8/2007 que estamos aqui a falar.

Daí que também eu perceba, Sr. Deputado, mas há alguma contradição. V. Exa. começou pela audição e esqueceu-se um pouco da resolução. Depois veio à resolução, mas foi um bocadinho contraditório quando achou que ficava bem, mais para o fim, falar do Governo Regional e do Governo da República.

Estamos de acordo acerca de quem é que tem aqui responsabilidades, embora também saibamos que de há muitos anos a esta parte o Governo Regional, em sectores muito específicos, de micro coberturas, de acordos para um ou outro programa, colabora com meios para as ilhas mais pequenas. Colabora, tem colaborado e certamente continuará a colaborar com o Centro Regional dos Açores, quer da rádio, quer da televisão.

O Sr. Deputado Pedro Gomes lançou-me um repto. Terei naturalmente que lhe responder.

Eu penso que, face àquilo que se diz agora, face à audição do Sr. Director, face ao carácter generalista e relativo a grandes princípios que esta resolução contém, creio que estamos todos em condições de a votar e de a apreciar hoje.

Sejamos claros:

O Sr. Deputado propõe a audição do Sr. Director. Mas como ninguém vive na clandestinidade, todos sabemos que o Sr. Director foi recebido hoje por todos os grupos parlamentares e todos falámos nesta questão.

Portanto, de forma informal, e devido a uma generosidade e uma informalidade do Sr. Director, nós já ouvimos o Sr. Director ao nível dos Grupos Parlamentares sobre esta resolução. Portanto, até isso já está feito e ainda bem que está feito em termos de substância e com esta latitude e esta democraticidade.

Portanto, avante!

Vamos, pois, porque estamos nessas condições, votar, apreciar, co-responsabilizarmo-nos perante esta resolução.

Sr. Deputado Artur Lima, apreciei a sua intervenção.

Queria lembrar-lhe que também nós que escrevemos no ponto 6 da nossa Resolução e sem qualquer tipo de problema ou de complexo, temos o direito, a legitimidade de termos uma opinião crítica, frontal sobre a cobertura dos órgãos

de governo próprio deste Parlamento, pelos órgãos que têm a obrigação de serviço público.

Agora, se o temos e o fazemos, é bom que fique claro que preocuparmo-nos com muito mais do que isso. Nós queremos que a rádio e a televisão dos Açores cubra bem este Parlamento, a actividade governativa, a actividade política, mas cubra bem sobretudo a múltipla vivência dos Açores nas suas 9 ilhas. É bom que isso fique claro.

Sr. Deputado, permita-me também um conselho. Permita-me que lhe ensine um truque, se é que é um truque. O Sr. Deputado não gostou muito que se fale aqui dos órgãos de Governo próprio (fala no Governo), porque acha que se calhar o Governo já está bem retratado e defendido.

Mas se reparar, a actividade dos Governos, pela sua própria natureza, desdobra-se noutro tipo de acontecimento. Isso é assim em qualquer televisão pública ou privada, a começar pelo país.

Eu queria dizer-lhe uma coisa Sr. Deputado e apresentar-lhe uma proposta: eu digo aqui “melhorar em termos quantitativos e qualitativos”. O Sr. Deputado se se sentir melhor, ao ler que melhorar em termos quantitativos a cobertura do Governo Regional é fazer menos notícias sobre o Governo, pois que seja essa a sua interpretação.

Muito obrigado.

Presidente: Srs. Deputados posso considerar que está feito o debate sobre o relatório e sobre o Projecto de Resolução.

Passamos à votação do Projecto de Resolução.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: O Projecto de Resolução – “Medidas à adoptar pela RTP,SA nos Açores”, foi aprovado com 27 votos a favor do PS, 1 voto a favor do CDS/PP e 14 abstenções do PSD.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Gomes.

Deputado Pedro Gomes (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Na sequência do debate que efectuámos, votámos o Projecto de Resolução apresentado pelo Partido Socialista.

Reafirmo, em nome da bancada do PSD, as considerações que anteriormente foram feitas sobre esta matéria. OPSD reafirma, também, que melhor seria que pudéssemos ter nesta câmara uma posição unânime quanto às necessidades futuras do serviço público de rádio e televisão nos Açores.

Temos pena que o Partido Socialista não tenha mostrado abertura (está no seu direito democrático de não querer) de procurar um entendimento quanto ao texto desta resolução, a fazer na Comissão apropriada.

O Partido Social Democrata estava disponível para consensualizar uma posição, como ficou claro,...

Deputado José San-Bento (PS): Não têm é coragem!

O Orador: ... quanto a esta matéria.

Deputado José San-Bento (PS): É uma cobardia!

O Orador: As posições do Partido Social Democrata, Sr. Presidente e Srs. Deputados, não são medidas pelo nível de avaliação do Partido Socialista, nem por nenhum outro partido. São tomadas de acordo com o entendimento que o Partido Social Democrata formula sobre as matérias que estão em discussão em cada momento.

Gostaríamos de ter tido este texto clarificado em alguns dos seus aspectos, melhorado noutros...

Deputado Clélio Meneses (PSD): Muito bem!

O Orador: ... para que este Parlamento, à semelhança do que aconteceu no passado recente em matérias de serviço público de rádio e televisão, pudesse ter uma posição unânime perante a República.

Lamentamos que isso não tenha sido possível. Nada deste assunto, nada desta posição retira qualquer sentido ao debate que fizemos anteriormente.

Gostaríamos de ter podido votar esta resolução de modo diferente.

Deputado Clélio Meneses (PSD): Muito bem!

O Orador: Mais uma vez o Partido Socialista, no seu legítimo direito, não o quis fazer, não quis dar esse sinal de abertura. Lamentamos, porque de modo contrário, se calhar, tínhamos uma posição mais forte e que solidificava a nossa reivindicação perante a República e perante o Conselho de Administração da Rádio e Televisão de Portugal.

Temos muita pena que o Partido Socialista, mais uma vez, não tenha revelado abertura para essa circunstância.

Deputados Mark Marques e Maria José Duarte (PSD): Muito bem!

Presidente: Para uma declaração de voto, tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Coelho.

(*) **Deputado Francisco Coelho (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Naturalmente o Partido Social Democrata vota como bem entende. Naturalmente, porque se trata de um partido político e porque estamos num Parlamento democrático, o PS retirará desse comportamento as consequências que bem entender.

O que fica claro aqui, por acaso por duas vezes consecutivas, é que o Partido Social Democrata não toma posição.

Deputado Clélio Meneses (PSD): Essa declaração do voto é do PS ou é do PSD?!

O Orador: Acalme-se, porque o líder parlamentar está calmo.

O Partido Social Democrata não toma posição.

O Partido Social Democrata não se compromete.

O Partido Social Democrata colabora, mas não vota, nem contra, nem a favor. Abstém-se!

Sr. Deputado Pedro Gomes, foi pena, para que fosse mais substantiva e mais entendível para todos nós e para os açorianos em geral, a posição que o PSD resolveu tomar nesta matéria, se por exemplo relativamente ao teor, à substância da resolução, V. Exa. ou o seu partido tivessem manifestado uma divergência.

Dos 6 pontos, qual é aquele que não concorda?

Qual é dos considerandos aquele que vos indigna?

Eu, sinceramente, não vi nada que se parecesse com isso.

Deputado Clélio Meneses (PSD): O ponto 6!

O Orador: De resto, há aqui uma coisa que é bom que fique clara e que será útil à nossa democracia, aos Açores e à própria imprensa. É evidente que a partir de agora estamos todos muito mais despertos e também todos, até aqueles que eventualmente assim não pensam, mais comprometidos com a questão da rádio e da televisão, com o entendimento que temos sobre ela, com aquilo que queremos dela e também com aquilo que os seus responsáveis, a diversos níveis, querem dela e pretendem fazer.

A partir de agora, creio eu, Sr. Deputado Artur Lima também, será mais fácil fazer o diagnóstico e será mais fácil tentar saber, com o tempo, onde é que está o mau.

Estamos aqui calmos, atentos e vigilantes.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Passamos ao ponto que também merece unanimidade da câmara. Refiro-me à **Proposta de Lei – Primeira alteração ao Decreto-Lei nº 383/2007, de 16 de Novembro.**

Esta anteproposta foi subscrita por todos os partidos políticos aqui representados. Já foi debatida na respectiva Comissão.

Não havendo inscrições para debate, passamos à votação na generalidade.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Secretário: Na generalidade, a Proposta de Decreto Legislativo Regional foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Passamos à votação na especialidade. Temos dois artigos, que depois alteram o Decreto-Lei.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Secretário: Os artigos postos à votação foram aprovados por unanimidade.

Presidente: Votação final global.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Secretário: Em votação final global, a Proposta de Decreto Legislativo Regional foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Antes de passarmos ao próximo ponto, agradecia que os Srs. Presidentes dos Grupos Parlamentares, da Representação Parlamentar e o Sr. Secretário Regional da Presidência, se aproximassem da mesa.

(Pausa)

Srs. Deputados, vamos interromper os nossos trabalhos e regressamos às 22 horas.

Eram 19 horas e 50 minutos.

Presidente: Srs. Deputados, vamos retomar os nossos trabalhos.

Eram 22 horas e 20 minutos.

Passamos ao **Pedido de Urgência e Dispensa de Exame em Comissão do Projecto de Resolução – “Eficiência no pagamento das ajudas comunitárias”**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD.

Tem a palavra o Sr. Deputado António Ventura.

(*) **Deputado António Ventura (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Em nosso entender este Projecto de Resolução faz todo o sentido, uma vez que existem ajudas em atrasos e uma vez que os controlos ainda não foram realizados.

Parecendo também que existe um prazo máximo para pagamento das ajudas comunitárias, nós entendemos que o Parlamento deve manifestar essa preocupação ao Governo Regional e ao Governo da República, no sentido de que os agricultores recebam todos dentro do prazo estabelecido.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Henrique Ventura.

(*) **Deputado Henrique Ventura (PS):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O PSD traz a esta casa um Projecto de Resolução que trata da eficiência no pagamento das ajudas comunitárias.

O Grupo Parlamentar do PS considera que esta é uma matéria bastante importante para os produtores desta Região e para os orçamentos dos mesmos.

As Associações Agrícolas têm vindo a manifestar-se sobre este assunto. Têm vindo a ser dadas explicações, tanto pela Sra. Directora Regional dos Assuntos Europeus, como pelo Sr. Secretário Regional de Agricultura e Florestas. Ainda ontem assistimos aqui a explicações que consideramos bastante claras da parte do Sr. Secretário em resposta a uma intervenção do Sr. Deputado Cláudio Lopes.

Eu gostaria de lembrar aqui, ao fim e ao cabo, o que é que está em discussão.

Começaria por dizer que são duas as fontes de financiamento que estão na origem dos ditos subsídios e que estão aqui em discussão. Uma fonte de esclarecimento é o POSEIMA.

Em relação ao POSEIMA os subsídios estão todos a decorrer.

Deputado António Ventura (PSD): Estamos a debater o pedido de urgência!

O Orador: Eu estou tentando justificar a orientação de voto do Grupo Parlamentar do PS.

Eu tenho que tentar explicar, se me permitir, por que é nós consideramos que é urgente ou não. Espero que possa fazer isso.

Outra fonte de financiamento é o PRORURAL. Embora tenha sido aprovado a 6 de Dezembro, a sua efectivação aguarda promulgação de legislação que se encontra em apreciação pelo Sr. Presidente da República.

Portanto, na nossa óptica e conforme tem vindo a ser bastante explicado, não há atrasos nos pagamentos aos subsídios.

O PSD volta com este Projecto de Resolução a acusar atrasos nos subsídios. Portanto, continua a pairar algumas dúvidas se há atrasos ou não.

Da nossa parte, não temos essas dúvidas, mas somos confrontados com as dúvidas do PSD.

Sendo esta uma matéria de grande importância, conforme já foi aqui demonstrado, nós entendemos chumbar a urgência. O assunto será apreciado em Comissão e depois da Comissão apresentar o relatório, esta Assembleia ficará melhor esclarecida para poder pronunciar-se sobre o assunto, por isso o PS irá votar contra a urgência.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado António Ventura.

(*) **Deputado António Ventura (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O PSD lamenta profundamente o facto do PS chumbar este pedido de urgência, uma vez que continuamos a afirmar que relativamente à data de pagamento existem atrasos e, pela primeira vez e incompreensivelmente, os controlos não foram efectuados.

Do controlo ao pagamento efectivo das ajudas ainda decorrem alguns meses.

Portanto, a ausência de manifestação do Parlamento nesta altura, nesta hora, relativamente ao Governo Regional e ao Governo da República, é de facto omitir uma preocupação para aquilo que é o rendimento fundamental dos agricultores. Cada vez mais o principal rendimento dos agricultores é as ajudas comunitárias.

Deputado Mark Marques (PSD): Muito bem!

O Orador: Lamentamos profundamente que o debate não seja feito hoje, aqui, nesta hora.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Henrique Ventura.

(*) **Deputado Henrique Ventura (PS)**: Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado António Ventura:

Todos percebemos, e esta bancada melhor do que ninguém, as suas motivações. Percebemos que o senhor por ser líder de uma ilha,...

Deputado António Marinho (PSD): Olhe que o Sr. Vice-Presidente vai ficar chateado com o que acabou de dizer!

O Orador: O adiantado da hora pode trazer-me alguma confusão, mas penso que também destabilizou a vossa bancada.

... por ser aquilo que se convencionou chamar o “líder sombra”, sente necessidade de protagonismo.

Percebemos a sua necessidade e a necessidade da sua bancada de ter um secretário sombra para esta área. Percebemos tudo isto.

Mas há uma coisa, Sr. Deputado António Ventura que nós não percebemos, nem podemos aceitar.

É que o senhor chegue a esta Assembleia com a presunção de que é a única pessoa que sabe discutir este assunto...

(Apartes inaudíveis dos Deputados da bancada do PSD)

O Orador: Ora, aí está! Consegui pôr toda a bancada nervosa. Era essa a minha intenção!

Deputado Mark Marques (PSD): Olhe que não! É boa disposição!

O Orador: O senhor vem a esta Assembleia com a pretensão de que é o único que sabe discutir esta matéria, que é o único que fala a verdade e que é o único que se preocupa com os problemas dos açorianos e dos produtores.

Esta nós não podemos aceitar!

O PS preocupa-se com os problemas dos produtores!

O PS tem o prazer de ter um Governo do PS, que tem um Secretário que não tem que andar na sombra, pode andar à luz do dia...

(Risos da Câmara)

... e que resolve o problema dos açorianos.

Ao votarmos contra a urgência, para que o Projecto de Resolução seja apreciado em Comissão, queremos fazer uma discussão mais séria do assunto.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado António Ventura.

(*) **Deputado António Ventura (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Há muitos que andam ao sol e têm que começar a usar protector, porque senão começam a queimar-se!

Por isso é preferível estar na sombra.

Deputado Clélio Meneses (PSD): E alguns nem à sombra vão chegar!

O Orador: Sr. Deputado Henrique Ventura, se eu não sou o único que sabe de agricultura, então discuta-se hoje aqui este problema.

Vamos a isso! Não tenha medo!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Se os senhores estão preparados, se conhecem a realidade da agricultura e conhecem este problema, vamos a isso.

Não tenham medo!

Presidente: Passamos à votação.

Os Srs. Deputados que concordam com este pedido de urgência, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Secretário: O Pedido de Urgência e Dispensa de Exame em Comissão foi rejeitado com 27 votos contra do PS, 16 votos a favor do PS e 1 voto a favor do CDS/PP.

Presidente: O Projecto de Resolução baixa à Comissão de Economia com o prazo de 30 dias.

Aí podem debater à vontade, os da sombra e os outros.

Temos de seguida mais um **Pedido de Urgência e Dispensa de Exame em Comissão do Projecto de Resolução – “Mapa judiciário para os Açores”**, também apresentado pelo PSD.

Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Gomes.

Deputado Pedro Gomes (PSD): Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Partido Social Democrata apresentou um Projecto de Resolução sobre o mapa judiciário para os Açores.

Como é sabido, o Governo da República tem em discussão pública uma profunda e vasta alteração ao mapa e organização dos tribunais em Portugal, com reflexos inevitáveis no território da Região Autónoma dos Açores e na organização dos tribunais nos Açores.

Esses reflexos estendem-se, naturalmente, à possibilidade de acesso à justiça por parte dos cidadãos das nossas nove ilhas, lembrando aqui que nos Açores há 13 comarcas e 16 tribunais.

A urgência e o pedido de dispensa de exame em comissão tem por base a circunstância desta discussão estar a decorrer neste momento e o Governo da República já ter anunciado publicamente que no próximo mês de Março vai iniciar a aplicação desta reforma com carácter experimental em 3 tribunais do país, a saber: Lisboa, Aveiro e Alentejo Litoral.

É de toda a conveniência e de toda a urgência que, do ponto de vista político, o Parlamento dos Açores, em nome dos açorianos, se pronuncie politicamente perante a Assembleia da República e perante o Governo da República, tomando uma posição clara e firme no sentido de defender a manutenção de pelo menos um tribunal de primeira instância em todas as ilhas dos Açores, com excepção

do Corvo, confirmando do ponto de vista político, neste momento, aquilo que foi votado por unanimidade nesta Câmara e que foi reflectido numa norma própria - artigo 130º do projecto de revisão do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores.

Esse é um processo legislativo que está em curso na Assembleia da República. Este é o momento de, através duma Resolução, por iniciativa própria, o Parlamento açoriano afirmar politicamente uma vontade, perante a República e um compromisso perante os açorianos, ao dizer que esta reforma dos tribunais, que esta alteração do mapa judiciário, não pode prejudicar o acesso à justiça por parte dos açorianos, não pode prejudicar o acesso ao direito e aos tribunais por parte de quem vive nos Açores. Estamos preocupados com as consequências da aplicação nos Açores desta, Proposta de Lei. Pressentimos que ela está desajustada em relação à nossa realidade, que não está adequada à nossa realidade ilha. Se esta Proposta de Lei foi aplicada tal e qual consta da versão colocada em discussão pública, terá reflexos negativos no direito de acesso dos açorianos à justiça e aos tribunais.

Esta é a razão que justifica o pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão.

Deputado Clélio Meneses (PSD): Muito bem!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Coelho.

(*) **Deputado Francisco Coelho (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Pedro Gomes:

Eu sei que V. Exa. está disposto e absolutamente estimulado para discutir agora, já e aqui este Projecto de Resolução do seu partido. Não vai poder ser, Sr. Deputado! Não porque tenhamos algum “trem para apanhar; não por causa do adiantado da hora...

Deputado Pedro Gomes (PSD): Ainda não são 23 horas!

O Orador: ... que afinal aqueles dois céleres diplomas têm custado a depenar, e tem-nos feito penar alguma coisa neste plenário, mas por uma outra razão, muito mais substantiva. Embora este não seja o momento regimental próprio

para analisarmos a substância da resolução, desde já acho útil declarar que a acho pertinente e que merece ser discutida.

Acontece que a substância tem exactamente a ver com algumas dúvidas que eu acho útil esclarecer e que acho que a Comissão respectiva, em razão da matéria, será o sítio próprio para discutir.

Desde logo, é preciso interpretar aquilo que de acordo com o pacto da justiça (não sei se ainda é pacto, mas pelo menos para o Partido Socialista é pacto) deve ser entendido pela mudança de terminologia e por aquilo que se deve entender por transformação, digamos assim, nos Açores, da existência de duas comarcas. Até agora na linguagem jurídica, na linguagem da organização judiciária, sabemos todos o que é que se entendia por comarcas. Pelos vistos há nesta matéria, e ao nível do vocábulo, uma profunda transformação, não segundo diz o Governo e o PS, ao nível da realidade.

Penso que isto merece ser analisado sem prejuízo de, como bem lembra o preâmbulo da resolução e os seus considerandos, nós termos – e é bom recordá-lo – sobre a substância da matéria uma posição unânime que foi vertida unanimemente, e continua a ser neste caso (tenho a certeza), na nossa proposta de reforma do Estatuto Político-Administrativo.

Por estas razões acho prudente, e porque conforme o Sr. Deputado Pedro Gomes diz, não é para já, e pelo conhecimento que temos, nem para o próximo mês que está agendada a aprovação da Lei, independentemente de, a nível experimental, algumas comarcas entrem nesse regime.

Por isso creio que temos tempo e não perderemos oportunidade para tomar uma posição definitiva sobre esta matéria, que é importante, e sobre a qual, repito, creio haver um largo consenso neste Parlamento acerca da verdadeira substância, no lugar próprio.

Portanto, votaremos contra, pelas razões atrás anunciadas, o pedido de urgência e aguardaremos o trabalho da respectiva comissão.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Gomes.

Deputado Pedro Gomes (PSD): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A bancada do Partido Socialista não pára de nos surpreender e revela nesta reunião plenária como é que se pode ter dois pesos e duas medidas sobre duas diferentes matérias.

Deputado Francisco Coelho (PS): O Sr. Deputado está cheio de graça hoje!

O Orador: Não é para ter graça, Sr. Deputado.

Deputado Francisco Coelho (PS): Mas está tendo! Sobretudo se pensarmos no comportamento do PSD neste plenário!

O Orador: Não deixa de ser interessante verificar que numa matéria em relação à qual não há nenhuma urgência, como a Resolução sobre o serviço público de televisão e rádio dos Açores, a bancada do PS impôs o peso da sua maioria e fê-la aprovar, não querendo que ela fosse apreciada em Comissão, podendo ouvir o Director da Televisão ou o Conselho de Administração da RTP como nós propusemos.

Deputado Clélio Meneses (PSD): Muito bem!

O Orador: Numa matéria em que notoriamente há urgência, porque este é o momento de tomar uma posição sobre o que queremos para a reforma do mapa judiciário nos Açores, o PS vacila. Cheguei mesmo a pensar que o Sr. Deputado Francisco Coelho – quando se referiu ao sentido de voto do Partido Socialista e à necessidade deste projecto de Resolução baixar à Comissão - ia dizer que devíamos ouvir o Sr. Ministro da Justiça. Devo dizer que esperei ardentemente que propusesse isso.

Deputado Francisco Coelho (PS): Se isso lhe dá prazer!

O Orador: Não é uma questão de prazer. É uma questão de coerência política, que é aquilo que Vs. Exas. não têm esta noite.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Numa matéria em que há urgência, em que a decisão do Governo da República está por um fio (vai acontecer no mês de Março), o Partido Socialista, que teve pressa em aprovar a resolução sobre a televisão, que não tinha urgência nenhuma, não tem pressa, nem permite que esta resolução seja aprovada...

Deputado Clélio Meneses (PSD): Muito bem!

O Orador: ... e que este Parlamento tome uma posição política clara perante o Governo da República.

Mais uma vez o Partido Socialista subverte os interesses dos Açores às conveniências políticas – as de Lisboa e as outras. O que o Partido Socialista quer fazer aqui é mais uma das suas jogadas – empatar a discussão deste Projecto de Resolução na Comissão - que nada vai fazer quanto a esta matéria porque não tem ninguém para ouvir - para que o Sr. Presidente do Governo, na próxima semana possa reunir com o Sr. Engenheiro José Sócrates e dizer que está tudo resolvido, não há extinções de tribunais nos Açores. É este o jogo do Partido Socialista e com esse jogo nós não pactuamos.

Deputados Clélio Meneses e Mark Marques (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Coelho.

(*) **Deputado Francisco Coelho (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Pedro Gomes:

Está ligeiramente equivocado. Deve ser do adiantado da hora, Sr. Deputado.

Foi votado nesta casa hoje, um pedido de urgência do PS relativamente à resolução da RTP, SA.?

Deputado Pedro Gomes (PSD): Ninguém disse isso!

O Orador: Disse, disse.

Deputado Pedro Gomes (PSD): Foi votada a resolução!

O Orador: E sabe por que é que não foi votada a urgência, ou não sabe?

Deputado Pedro Gomes (PSD): Eu conheço o Regimento da Assembleia!

O Orador: Pelos vistos não conhece, nem se lembra já da realidade que sente. É que houve o entendimento, de acordo com a praxe deste Parlamento,...

Deputado Clélio Meneses (PSD): Isso não está em causa!

O Orador: Está tudo em causa. É que nós votámos a resolução da RTP, SA porque ela tinha uma lógica e uma ligação óbvia, de acordo com a nossa praxa parlamentar, a audição que foi apresentada...

Deputado Pedro Gomes (PSD): O PSD sugeriu a baixa à Comissão!

O Orador: ... e a partir daí a sua argumentação perde todo e qualquer sentido. Não foi votada e não vale a pena voltarmos à questão, até por uma razão muito simples: é que toda a gente já percebeu que a argumentação para V. Exa. não querer a urgência e querer a baixa à Comissão da resolução anterior, em 50% não tinha razão, porque uma das pessoas para ser ouvida já foi.

No fundo, tudo isto ajuda a perceber, como é óbvio, o sentido de voto. Aliás, já que V. Exa. ressuscitou a questão, achei extremamente grave para o PSD, sobre a posição, a primeira, que nós tomámos, em nome dos Açores relativamente ao serviço público de rádio e televisão, mas felizmente os actos de cada um ficam com cada qual.

Deputado Pedro Gomes (PSD): E este também ficará com o PS!

O Orador: Mas o PSD nessa primeira medida, na primeira vez que nós exercitámos um novo poder/dever, mais uma vez lavou as mãos. Mais uma vez não tomou posição.

Relativamente à questão, Sr. Deputado, eu já disse que não está aqui em causa a substância, está em causa uma questão de oportunidade e está em causa uma questão de esclarecimento.

Nós para podermos tomar uma posição sobre a Proposta de Lei do Mapa Judiciário, parece-me óbvio que em termos de honestidade temos que saber, temos que tentar indagar pelo menos o que é que ele efectivamente significa ou quer significar para os Açores.

Deputado Pedro Gomes (PSD): Eu vou explicar!

O Orador: Vamos tentar perceber isso.

Eu não sei porque é que me vai explicar, Sr. Deputado. Está com um ar muito doutoral!

Eu se calhar prefiro ouvir o Ministro, tenho esse direito, mas apesar do que o Ministro diz e apesar do que V. Exa. diz, acho que ainda assim vale a pena fazer

um esforço de nós, pelos nossos meios, ao nível da nossa competência e ao nível deste Parlamento, tentarmos tirar as nossas conclusões.

Parece-me razoável e é isso que nós vamos fazer.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Gomes.

Deputado Pedro Gomes (PSD): Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Vamos esclarecermo-nos.

A Proposta de Lei que está em discussão sobre a alteração do Mapa Judiciário e sobre os tribunais, propõe o seguinte para os Açores:

- A extinção das actuais 13 comarcas nos Açores;
- A extinção dos tribunais que existem nos Açores
- A criação de duas comarcas, uma comarca designada por Açores-São Miguel e uma segunda comarca designada por Açores-Angra do Heroísmo.

A circunscrição territorial destas comarcas, isto é, a área destas comarcas, corresponde aos actuais círculos.

Deputado Francisco Coelho (PS): Eu sei isso!

O Orador: Muito bem! Eu sei que o Sr. Deputado sabe isso. Às vezes precisamos sublinhar as evidências para que se perceba o que cada partido está a fazer.

Nós sabemos o que estamos a fazer. Pelos vistos o Partido Socialista não sabe o que é que está a fazer.

Deputado Francisco Coelho (PS): Sabe, sabe. Vai ver!

O Orador: Esta Proposta de Lei, ao criar estas comarcas e ao extinguir os actuais tribunais prevê também a criação de juízos. Só que esta Proposta de Lei não diz quantos juízos vão ser criados nos Açores.

É preciso que se diga que estudos, que são públicos, disponíveis no site do Ministério da Justiça e que fazem parte do portal da reforma do sistema do mapa judiciário, estabelecem um padrão de 800 processos entrados em cada tribunal como padrão mínimo para a criação de um juízo.

Se o Sr. Deputado Francisco Coelho não sabe, eu vou dizer-lhe que nos Açores apenas 4 comarcas cumprem este valor. Isto é, apenas 4 comarcas dos Açores têm processos entrados em número superior a 800, o que, face aos documentos que estão disponíveis neste momento, que são absolutamente públicos (há informação pública que está acessível a qualquer cidadão), faz com que o Partido Social Democrata, os Deputados do PSD, estejam preocupados perante esta iniciativa legislativa.

Sr. Deputado Francisco Coelho: não é relevante para o Partido Social Democrata, nem deve ser relevante para nenhum representante dos Açores, que esta iniciativa legislativa respeite ou não respeite o pacto da justiça celebrado entre o PS e o PSD, porque nós estamos nesta câmara para defender os interesses dos açorianos...

Deputado Clélio Meneses (PSD): Muito bem!

O Orador: ... e não devemos ter receio nenhum...

Deputado Francisco Coelho (PS): Até porque aquilo que diz o PSD hoje, não tem nada a ver com o que PSD diz amanhã!

O Orador: ... de afrontar os nossos partidos na Assembleia da República para defender os interesses dos Açores, porque os interesses dos Açores têm que estar primeiro.

Hoje, o que nós sentimos é que os interesses dos Açores podem estar em risco com esta Proposta de Lei, que é aquela que nós conhecemos. Não conhecemos nenhuma outra intenção legislativa, não conhecemos nenhuma outra proposta que estabelece o número de juízos que vão ser criados nos Açores, em Vila Real, em Lisboa ou no Aveiro.

O que pretendemos hoje é que, politicamente, este Parlamento confirme um sentido político e uma atitude perante a República, confirme uma exigência perante o Governo e a Assembleia da República dizendo o seguinte: nós não queremos menos tribunais nos Açores; nós não queremos que desapareçam tribunais nos Açores, porque nós queremos uma justiça próxima das pessoas, porque esta Proposta de Lei, da forma como está publicada e está em discussão

pública, não nos dá segurança, nem permite que tenhamos confiança de que não vai haver extinção de tribunais nos Açores.

A pergunta é esta, Sr. Deputado Francisco Coelho:

Tem V. Exa. a certeza de que amanhã ou em Março ainda vamos a tempo de confirmar esta intenção?

Esta é a pergunta que V. Exa. e a bancada do Partido Socialista têm que responder, porque para nós, hoje, é o momento. O tempo é, agora, de dizer que não queremos menos tribunais nos Açores.

Se o Partido Socialista está em condições de dizer que no plenário de Março ainda vamos a tempo de confirmar isso, que o assuma aqui com clareza.

Voices dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Coelho.

(*) **Deputado Francisco Coelho (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Começa a ser um bocado circular e repetitivo este discurso. Eu vou sintetizar reafirmando com clareza o que já disse.

Primeiro: acerca do que deva ser, no essencial, a organização judiciária nos Açores, e ao contrário do que o Sr. Deputado Pedro Gomes quer fazer crer ou quer baralhar, há uma posição unânime deste Parlamento vertida na proposta de reforma do Estatuto Político-Administrativo.

Eu gostava de dizer, como já disse até em diferentes qualidades, que o Partido Socialista (e presumo, por aquilo que tem ouvido dizer, que o PP também) continua hoje como ontem, a apoiar e a confirmar o que aprovaram a respeito dos 138 artigos da reforma do Estatuto Político-Administrativo.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Confirma-se!

O Orador: A respeito da substância estamos esclarecidos.

No fundo, o que estamos aqui a discutir (é bom dizer que não estamos, nem é a altura, nem há possibilidade regimental de discutir ou aprovar ou reprovar a substância), é a oportunidade. A este respeito, conforme o Sr. Deputado Pedro Gomes confirmou, independentemente de três experiências piloto que estavam anunciadas para terem o início da sua vigência no próximo mês de Março, a

verdade é que não temos nenhum conhecimento de que a Lei esteja para ser aprovada no próximo mês de Março e sobretudo antes da nossa reunião plenária que se iniciará, se não estou em erro a 11 de Março.

Posto isto, e pelas razões que aqui já foram explicadas, acerca inclusive dos esclarecimentos que têm sido feitos pelo Sr. Ministro da Justiça, acerca do que se pretende com esta reforma, acho ainda assim avisado, que se estude, que se tente indagar de uma forma mais aprofundada o que é que a lei poderá significar.

Penso que é uma posição absolutamente razoável e que acautela tudo o que é essencial da posição unânime deste Parlamento acerca desta matéria.

Muito obrigado.

Presidente: Srs. Deputados, vamos votar este pedido de urgência.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretário: O pedido de urgência foi rejeitado com 27 votos contra do PS, 15 votos a favor do PSD e 1 voto a favor do CDS/PP.

Presidente: Srs. Deputados, este Projecto de Resolução baixa à Comissão. Não há especificamente na resolução assuntos judiciais, etc.

Numa leitura muito extensiva, acho que ele deve ir para a CAPAT, porque isto tem a ver com direitos dos cidadãos e eu aí, extensivamente, vou pôr os assuntos constitucionais e estatutários. Também está vertido no Estatuto. Portanto, vai endereçado à CAPAT.

Segue-se outro **pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão sobre o Projecto de Resolução que “recomenda ao Governo Regional que promova e implemente medidas concretas para melhorar os cuidados de saúde, promovendo e incentivando novas saídas profissionais para os jovens licenciados em enfermagem”**, apresentado pela Representação Parlamentar do CDS/PP.

Tem palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS/PP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O pedido de urgência fundamenta-se no facto de se tratar de uma matéria que não justifica a sua discussão em Comissão, podendo e devendo ser apreciada neste plenário já que temos presente o Sr. Secretário dos Assuntos Sociais.

O projecto de resolução é claro nos seus objectivos. Não vejo que possa suscitar qualquer discussão na Comissão. Ele é bastante claro.

Temos aqui a presença do Secretário da tutela. Portanto, acho que podemos perfeitamente discutir este assunto aqui, hoje.

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Cláudia Cardoso.

(*) **Deputada Cláudia Cardoso (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Da parte do Partido Socialista esta matéria apresentada agora em forma de processo de resolução pelo CDS/PP, é uma matéria que tem sido abordada de forma persistente nos últimos tempos e que está de certa forma bem espelhada nesta resolução.

Portanto, parece-nos que do ponto de vista de pormenorização, a baixa à Comissão não traria vantagens neste momento.

É uma matéria que todos conhecemos, que tem sido tratada ultimamente quer pelos meios de comunicação social, quer também pelas instituições.

O Sr. Secretário Regional recebeu um grupo de enfermeiros nesse sentido, os grupos parlamentares também os receberam.

Portanto, estamos todos em posse de toda a informação possível e consideramos que estamos em condições de proceder à discussão.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Manuel Bolieiro.

(*) **Deputado José Manuel Bolieiro (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Muito brevemente para pronunciar-me sobre a urgência deste Projecto de Resolução.

Ele é urgente porque trata um assunto que está por resolver e é surpreendente a humildade que hoje o Partido Socialista, o Grupo Parlamentar e o Governo

reconhecem. É que na verdade, o Serviço Regional de Saúde como está, está mal.

A verdade é que é preciso que o Governo seja recomendado e urgentemente para que promova e implemente medidas concretas para melhorar os cuidados de saúde que não estão bem.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

O Orador: A reconhecer a urgência deste processo, a necessidade da promoção urgente de cuidados e de medidas concretas para melhorar o Serviço Regional de Saúde, o acto de contrição melhor possível para demonstrar que a política de saúde deste Governo é um falhanço, não era possível.

Fica por isso testemunhado neste debate, e em particular neste pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão, o acto de contrição do Partido Socialista e do Governo que têm uma má política de saúde e precisa que o Parlamento recomende ao Governo que implemente medidas concretas para melhorar os cuidados de saúde. É o primeiro parágrafo do Projecto de Resolução que o Partido Popular apresenta.

Deputado Pedro Gomes (PSD): Muito bem!

O Orador: O PSD subscreve, porque o Serviço Regional de Saúde não funciona bem e porque o Governo precisa de ser recomendado para que melhore a sua política de saúde. Tem que ficar esta recomendação e com urgência.

Repito, Sr. Secretário:

Reconhece o Partido Socialista e o Grupo Parlamentar do Partido Socialista que é urgente que este Parlamento recomende ao Governo, e em particular a si, Sr. Secretário Regional dos Assuntos Sociais, que “deve promover e implementar medidas concretas para melhorar os cuidados de saúde”. Citei a segunda linha do Projecto de Resolução.

É este o entendimento que o Grupo Parlamentar do Partido Socialista faz, e bem, porque é urgente que se tome medidas, porque todo esse tempo passou e nunca o Governo promoveu os necessários e úteis cuidados para melhorar os cuidados de saúde de saúde dos açorianos.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Não havendo mais inscrições, passamos à votação.

Os Srs. Deputados que concordam com este pedido de urgência, por favor mantenham-se como se encontram.

Secretário: O pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Passamos ao debate do **Projecto de Resolução** que “**recomenda ao Governo Regional que promova e implemente medidas concretas para melhorar os cuidados de saúde, promovendo e incentivando novas saídas profissionais para os jovens licenciados em enfermagem**”.

Tem palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS/PP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Este Projecto de Resolução é bem específico e focalizado quanto ao seu objectivo.

Quando se fala da arrogância, também às vezes temos que reconhecer a humildade.

Efectivamente, este assunto há uma ou duas semanas atrás era considerado por todos urgentíssimo. Mereceu visitas institucionais à respectiva ordem...

Deputado Francisco Coelho (PS): Notícias na comunicação social!

O Orador: ... notícias na comunicação social, visitas por parte das associações de estudantes que nos visitaram (presume que a todos). Inclusivamente foi motivo de comunicados de imprensa. Portanto, nessa matéria acho que estamos todos de acordo e é importante rapidamente actuar.

Actuar, porque temos neste caso específico – aliás já se põe desde Setembro, rigorosamente – jovens licenciados em enfermagem ainda não colocados e teremos dentro de pouquíssimos meses mais alguns.

O Governo, no seu programa, diz: “apostar fortemente na formação inicial e continuada dos profissionais de saúde, nomeadamente na profissão de enfermagem”.

Hoje em dia a enfermagem é essencial, é fundamental, é basilar, diria, até, na prestação de cuidados de saúde.

Temos assistido no nosso sistema nacional e no nosso sistema regional de saúde, que há enfermeiros que prestam serviço, não no serviço regional de saúde, mas noutras instituições que não fazem parte do Serviço Regional de Saúde e como tal, Senhor futuro Secretário dos Assuntos Sociais, já fica esclarecido sobre essa matéria.

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): Mostre o esclarecimento que eu já lhe digo!

O Orador: A qualidade em cuidados de saúde é cada vez mais o paradigma. É isso que o CDS/PP há muito defende nesta casa, tem dado contributos positivos para isso. Este é mais um. Já o fizemos recentemente...

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): É o programa eleitoral da coligação!

Deputado Francisco Coelho (PS): E o secretário será V. Exa., Sr. Deputado!

O Orador: Eu diria até, com alguma graça, ao Sr. Deputado José Manuel Bolieiro, que em dois anos o PSD já mudou 3 vezes de Secretário da Saúde. Primeiro foi o enfermeiro Luís Henrique, depois o Deputado Pedro Gomes e agora o meu estimado amigo!

(Risos da Câmara)

Mas agora está bem entregue. Agora é para durar!

Os enfermeiros têm um papel importante a desempenhar e há áreas onde eles ainda não estão verdadeiramente a desempenhar na globalidade o seu papel.

Mas é preciso ter presente que uma licenciatura hoje em dia é uma qualificação para um melhor emprego, não é, feliz ou infelizmente, uma garantia de um emprego.

Este projecto de resolução visa alargar as saídas profissionais da enfermagem, na educação para a saúde, na promoção da saúde, em diversos ambientes, ambientes escolares, lares de 3ª idade, centros de dia. A prevenção aqui é muito importante, evita, por exemplo, o internamento de idosos, se forem tratados, bem seguidos, se tiverem os seus pensos feitos como deve ser. Todos sabemos quanto custa um dia de internamento.

Portanto, há aqui outra saída e o cada vez mais necessário, devido ao envelhecimento da população, cuidados continuados e paliativos que necessitam muito da enfermagem, dos conhecimentos e profissionalismo da enfermagem.

Permitam-me aqui também fazer um elogio às escolas de enfermagem dos Açores que têm formado excelentes profissionais, reconhecidos não só nos Açores como em Portugal Continental e noutros países.

A urgência também se justifica, Sr. Deputado José Manuel Bolieiro (perdão, futuro Secretário Regional dos Assuntos Sociais) porque havia uma vontade dos americanos de levar dos Açores alguns enfermeiros. Temos que manter os nossos cá e os americanos que os formem lá.

Para terminar, gostaria de dizer que uma das formas possíveis de se enquadrar isto tudo (é também uma sugestão que aqui fica) é a constituição por exemplo de grupos de enfermeiros que se possam constituir em pequenas empresas, em equipas e possam prestar serviços na comunidade.

Obviamente, Sr. Secretário, que tendo o Governo Regional, no novo Quadro Comunitário de Apoio, fundos para isso, fica também aqui a sugestão que, além do emprego público que se deve promover, além da colaboração e das parcerias com o sector social, há também que incentivar, no nosso entender, parcerias público privadas com cooperativas de enfermeiros ou associações de enfermeiros, ou grupos de enfermeiros que se possam associar, aliás como acontece no Continente português, para prestar cuidados de saúde por concelho, em zonas limitadas ou determinadas casas de povo ou determinadas instituições.

Também achamos, Sr. Secretário, que essa é também uma maneira de promover o emprego na área da enfermagem e de melhorar os cuidados de proximidade às populações. É cada vez mais importante (outra vertente!) manter os idosos na sua casa, no seu lar, no seu conforto, o maior tempo possível.

Essas equipas podem eventualmente constituir-se como empresas, devidamente apoiadas na sua constituição e na parceria, até, de uma prestação de serviços entre o Serviço Regional de Saúde e eles, sim, integrando o Serviço Regional de Saúde.

Fica a sugestão. Como primeira intervenção, fico-me por aqui.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Cláudia Cardoso.

(*) **Deputada Cláudia Cardoso (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Começaria por dizer que tivemos oportunidade de assistir, embora prematuramente, a esta encenação da tomada de posse do “governante sombra” em matéria de assuntos sociais, que mudou, ao que parece. Foi uma novidade agora.

Vamos à matéria de facto.

Relativamente a isso, e embora o Sr. Deputado José Manuel Bolieiro tenha estado mais ocupado a atacar o PS do que a explicar as razões...

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): Eu fiz um elogio à humildade e ao acto de contrição!

A Oradora: ... porque votada a urgência, eu devo dizer que das conclusões que o senhor tirou precipitadamente e entrando antecipadamente na matéria, concluiu aquilo que não devia ter concluído. É conhecido de todos, é público e é notório, o esforço do Governo Regional em matérias relacionadas obviamente com a empregabilidade na área na saúde, nomeadamente através de incentivos que têm sido frequentes, quer ao nível dos médicos, quer ao nível dos enfermeiros e também na sua formação e aposta clara na sua formação.

Neste momento nós temos um rácio de enfermeiros na Região de 5,6 enfermeiros por 1000 habitantes que nos orgulha. Está muito acima daquilo que o país pode neste momento usar, que é um rácio de apenas 4,6.

Isto não aconteceu por acaso. Estes números dão-nos a dimensão daquele que tem sido o investimento nestes profissionais que são obviamente, e como aqui já foi expandido, importantíssimos. Hoje em dia sempre tiveram um papel importante e mantêm-no.

Actualmente também sabemos, e só nesta actual legislatura, que entraram para o Serviço Regional de Saúde 419 novos enfermeiros.

Neste momento prevê-se que em termos de unidades de saúde de ilha e de centros de saúde, entrarão 50 novos enfermeiros.

Nos hospitais de Ponta Delgada e Angra, o processo de contratação de enfermeiros, que já está aprovado, corresponde a 56 enfermeiros para o Hospital de Ponta Delgada e 27 novos enfermeiros para o Hospital de Angra, tendo sido também pedido 41 novos enfermeiros para o Hospital da Horta, embora estes muito recentemente.

Também da parte do Governo Regional tem havido, do ponto de vista da formação, um investimento nos enfermeiros bolseiros que se encontram em especialização. Em 2007 foram 12. Neste momento, tendo em conta o total de toda a legislatura, foram 42.

Temos promovido e apoiado, nomeadamente através da Portaria 31/2000, de 22 de Abril, 106 enfermeiros, que fizeram o seu complemento de enfermagem.

Portanto, as medidas que têm sido tomadas, nomeadamente nesta área, na empregabilidade em geral, mas na empregabilidade do pessoal de saúde, têm sido inúmeras.

Aquilo que se afigura no Projecto de Resolução do PP, é matéria correlacionada com esta, mas diferente, porque trata o que me parece ser muito importante, um alargamento daquele que é o leque de valências de funcionalidades daquilo que é o papel do enfermeiro, ou seja, aquele que era o papel tradicional do enfermeiro, não pode manter-se neste momento, porque hoje há uma tendência de especialização que implica uma nova concepção, que já vem inclusivamente

de tratados aprovados ao longo dos anos em diversas conferências internacionais que promovem e que apontam para a necessidade daquilo que o Deputado Artur Lima falava, que é a medicina de proximidade.

É neste sentido que eu penso que este Projecto de Resolução tem um valor diferente, porque aponta esses novos caminhos, nomeadamente através das parcerias público privadas, que no QRESA têm lugar, com um nível de apoios bastante solificado.

Parece-me que este Projecto de Resolução é inédito, é oportuno e sobretudo é justo e permitirá que esses recém licenciados possam adequar-se a um mercado de trabalho que hoje é dinâmico e é muito diferente daquele dalguns anos bem recentes, em que os licenciados tinham emprego garantido.

Hoje não é assim. Não há garantias, nem se calhar deve haver por parte do Estado de que todos os licenciados possam ter emprego certo.

É por isso que estamos de acordo com a resolução do CDS/PP.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional dos Assuntos Sociais.

(*) **Secretário Regional dos Assuntos Sociais** (*Domingos Cunha*): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu gostaria de iniciar a minha intervenção dizendo que tem sido prática deste governo, e particularmente do responsável pela tutela dos assuntos sociais, analisar e acolher situações que são fundamentadas e que contribuam para resolver efectivamente um dos problemas que acontece nas áreas da saúde, no caso concreto da enfermagem.

Quero dizer que o Governo acolhe esta resolução mas reconhece e aqui quero expressar que todo o esforço que tem sido feito por este Governo para admitir e fixar novos profissionais de saúde, particularmente enfermeiros, é uma realidade.

Já aqui foi dito pela Sra. Deputada Cláudia Cardoso, mas relembro que dentro em breve o Serviço Regional de Saúde irá ter tantos como 1320 novos enfermeiros, na sua totalidade, porque para além da necessidade dos hospitais que em 2007 disseram que precisavam de 87 enfermeiros, irão admitir 120.

Para as unidades de saúde e centros de saúde que diziam que precisavam de 37, irão admitir mais 50, o que quer dizer que este grande esforço significa também uma grande responsabilidade na gestão e prestação das unidades de saúde que estão a intervir numa área que é possível intervir, para facilitar a acessibilidade, isto é, reduzindo as horas extraordinárias, reduzindo os horários acrescidos.

Posso dizer-vos que a grande maioria das unidades de saúde têm vindo a cumprir estas orientações do governo, que saíram em 2006, quando o Governo aprovou uma resolução que descongelou o maior número possível, até hoje, de vagas para enfermeiros que foram 211.

Já em 2007, descongelou 50 novas vagas.

Por isso é verdade, tal como já aqui foi afirmado, que caminhamos para a convergência daquilo que é hoje as metas da comunidade europeia sobre o rácio de enfermeiros por 1000 habitantes, que são neste momento, na União Europeia 7.5. Estamos com 5.6. E para lá caminhamos, até porque as unidades de saúde vão continuar a admitir novos enfermeiros; o Governo aprovou recentemente e virá a esta Assembleia um Decreto Legislativo Regional que cria a unidade de cuidados continuados integrados que vai admitir mais enfermeiros e também já criou incentivos para que os enfermeiros se associem em entidades privadas prestadoras de cuidados, através do SIDER que está publicado no âmbito da Secretaria da Economia.

Esse foi um dos desafios que foi lançado aos futuros jovens enfermeiros quando os recebi recentemente em audiência e lancei-lhes esse desafio, de que uma das vias seria constituírem-se como empresas privadas, prestadoras de cuidados com quem as unidades de saúde contratualizariam essa prestação de cuidados.

Por isso, quero reafirmar aqui que o falhanço da política de saúde deste Governo, na opinião do Sr. Deputado José Manuel Bolieiro, é aumentar a capacidade de fixação de novos profissionais de saúde, de mais enfermeiros no Serviço Regional de Saúde.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Clélio Meneses.

(*) **Deputado Clélio Meneses (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional:

O adiantado da hora e esta semana de convivência próxima, permite-me referir que registo com agrado a evolução do Sr. Deputado Artur Lima que começou esta semana, como todos se lembram, e acaba, no último diploma, a anunciar que o PSD vai ganhar as eleições, porque o próximo Secretário Regional é o Sr. Deputado José Manuel Bolieiro.

(Risos do Deputado Artur Lima)

Por isso registo com agrado esta evolução. É, de facto, mais uma prova que temos sempre de acreditar na evolução das pessoas e que as pessoas, por momento melhores ou piores que tenham, têm sempre a sua redenção. Isso ficou demonstrado e saúdo-o por isso.

Deputado Osório Silva (PS): Não está a dizer isso com muita convicção!

O Orador: Quanto a essas permanentes ansiedades existenciais da organização interna do PSD é também ela mais um sinal de que, de facto, o PSD tem uma importância que nós conhecemos, que os açorianos reconhecem e o Partido Socialista, pelos visto também começa a reconhecer.

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): Muito bem!

O Orador: Continuando a falar de coisas sérias, esta proposta é apenas e só a prova de mais um sinal do caos que é a saúde na Região Autónoma dos Açores.

Deputado Francisco Coelho (PS): Não é verdade!

O Orador: A expressão caos tem sido utilizada, por outras forças políticas e sobretudo é sentido pelos profissionais de saúde e, pior ainda, é sentido pelos açorianos.

Este é mais um sinal, é mais um sintoma da “doença” que é a saúde nos Açores, porque chegámos ao ponto de ser necessário recomendar que o Governo implemente medidas que levem à contratação de mais enfermeiros. É a prova final do estado em que se encontra a saúde na região.

De resto, esta proposta resulta de contactos que o respectivo autor terá tido. O PSD, o seu Grupo Parlamentar e o Presidente do PSD têm levado por diante uma agenda em que temos falado, apresentado propostas, feito contactos com um conjunto de profissionais na saúde (o Sindicato dos Enfermeiros, a Ordem dos Enfermeiros, a Ordem dos Médicos, um conjunto de estudantes de enfermagem), obviamente no exercício das nossas funções, mas que nos têm feito chegar um conjunto de preocupações que evidenciam de forma clara o drama que alguns vivem e sobretudo o estado de descontrolo que é a saúde na Região neste momento.

É de registar que pelos vistos o Partido Socialista vai votar a favor desta proposta, com argumentos mais ou menos contraditório.

Há dias ouvimos o Sr. Secretário Regional, na sequência de uma audição a estudantes de enfermagem, a dizer (só para citar uma das frases, mas podia citar várias) que o Serviço Regional de Saúde nem sempre tem necessidade ou capacidade para absorver a totalidade dos enfermeiros formados no arquipélago.

Secretário Regional dos Assuntos Sociais (*Domingos Cunha*): E é verdade, Sr. Deputado. Não admitir isso é que é uma grande irresponsabilidade!

O Orador: Isto quer dizer que está a tentar fundamentar que não é necessário esta contratação.

O que é certo, de facto, é que isto demonstra essa necessidade e o Grupo Parlamentar do Partido Socialista, pelos visto, vai aprová-la.

Gostaria também de deixar aqui uma nota que na perspectiva do PSD é muito importante. Para o PSD não está de forma alguma em causa o emprego individual de cada um.

Para o PSD não está em causa forçar o Governo a arranjar o emprego para jovens licenciados. Não é isso que está em causa.

O que está em causa é a necessidade de alterar o actual modelo do Serviço Regional de Saúde.

Deputado Jorge Macedo (*PSD*): Muito bem!

O Orador: Isto é que é essencial para servir os açorianos.

Da forma como as coisas estão, muitas vezes ouvimos que a nossa pequena dimensão é uma desculpa para alguns insucessos a nível económico.

Somos pequenos! Somos dispersos! Somos isolados! Economicamente não conseguimos dar um salto!

Mas essa pequena dimensão, esta nossa característica geográfica, também deveria ser essencialmente um argumento para fundamentar os nossos sucessos na área social. Se somos pequenos não há razão para termos as listas de espera que temos, de anos e anos, para termos milhares de açorianos sem médico de família,...

Deputado Pedro Gomes (PSD): Muito bem!

O Orador: ... para termos enfermeiros no desemprego. Não deveria haver razão para isso e é isto que está em causa. É que esta nossa dimensão não deveria justificar este insucesso.

É essencial refundar todo o modelo do Serviço Regional de Saúde, todo o modelo da saúde na Região. Refundar através de políticas de proximidade, de saúde preventiva, de medicina de continuidade, de cuidados primários. É essencial alterar tudo isto.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Muito bem!

O Orador: E isto só se altera integrando um conjunto de outras entidades, as Instituições Particulares de Solidariedade Social, a própria iniciativa privada. Isto é, é essencial alterar tudo isto para acabarmos com o modelo de saúde que se baseia nas diligências.

Secretário Regional dos Assuntos Sociais (Domingos Cunha): Nos tempos actuais ter essa visão de conceito é um absurdo!

O Orador: Sr. Secretário Regional, Srs. Deputados do PS:

Dava-vos um concelho. Preocupem-se menos com o PSD, preocupem-se menos com a organização do PSD e preocupem-se mais com os açorianos e com a saúde dos açorianos. Isso é que necessário.

Quanto mais tempo os senhores se preocupam com o PSD, com a organização interna do PSD, mais tempo perdem a resolver os problemas dos açorianos.

Secretário Regional dos Assuntos Sociais (*Domingos Cunha*): Em saúde essa é uma linguagem do século passado!

O Orador: Porque o drama é daqueles que estão em casa e sabem que estão há 3, 4 ou 5 anos em lista de espera; o drama é daqueles que investiram emocional e financeiramente na sua formação e estão no desemprego. Este é que é o drama.

Este é que deveria ser o objecto da vossa preocupação.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

O Orador: É necessário alterar este modelo, porque o modelo que está implementado faz com que haja, por exemplo, nalguns centros de saúde apenas um enfermeiro, a partir da meia-noite, para as urgências e para o internamento. É um modelo que faz, por exemplo, com que a actual legislação relativa aos quadros regionais ...

(Apartes inaudíveis dos Deputados da bancada do PS)

O Orador: Os senhores não querem ouvir!

Deputado Francisco Coelho (*PS*): Queremos ouvir falar sobre a resolução. Ainda não apresentou a resolução!

O Orador: Por que será que os senhores não querem ouvir?

O actual modelo faz com que, por exemplo, na legislação relativa aos quadros regionais de ilha, a dotação prevista esteja abaixo do número de enfermeiros que actualmente prestam serviço no Serviço Regional de Saúde.

Deputado Francisco Coelho (*PS*): Um sindicalista disse isso, mas a Comissão de Política Geral não ouviu!

O Orador: Sr. Presidente do Grupo Parlamentar do PS, admira-me muito que o senhor faça um juízo tão qualificativo relativamente a informações que um dirigente sindical tenha prestado aos vários grupos parlamentares.

Eu, respeitando o movimento sindical, respeitando todos aqueles que têm a sua actividade profissional ligada à área da saúde, obviamente que confio nessa informação e, para além de confiar nessa informação, preocupa-me bastante

saber que aquilo que é a previsão do Governo Regional para dotar os quadros regionais de ilha numa área tão importante e sensível como é a enfermagem, tenha como consequência o facto de ser inferior àquilo que são os actuais profissionais a prestar serviço neste momento no sector. Isto é que é preocupante.

Por isso, o que está em causa é alterar todo o modelo que tem que ser refundado e é esta a mudança que é necessária. Esta mudança não se alcança com esta proposta, obviamente, mas é mais um passo. É um passo importante. É mais um passo que demonstra, que assume e que comprova a necessidade de mudança que os Açores precisam a nível do seu desenvolvimento, mas essencialmente na área da saúde.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Coelho.

(*) **Deputado Francisco Coelho (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Em primeiro lugar, eu queria garantir que não quero perturbar este urgente e ingente pedido de reconciliação que o Sr. Deputado Clélio Meneses fez ao Sr. Deputado Artur Lima. Nisso não me meto. Cada um que tome livremente a sua opção.

Mas não posso deixar de mostrar alguma estupefacção perante um discurso vagamente delirante, em que o Sr. Deputado Clélio Meneses desligou a cassette sobre os lugares comuns e os chavões do seu discurso e do discurso do seu partido sobre a saúde, afastando-se totalmente do tema, talvez porque nada tenha a dizer sobre o mesmo.

Deputado Clélio Meneses (PSD): Estamos a falar de agricultura?

O Orador: Não, não estamos a falar de agricultura. Estamos a falar de uma resolução do CDS.

Deputado Clélio Meneses (PSD): Sobre saúde!

O Orador: Não é sobre saúde. É sobre a empregabilidade dos enfermeiros recém licenciados nas escolas dos Açores. Vamos ser precisos, Sr. Deputado.

Sobre isso eu queria começar por dizer o seguinte:

Lemos com atenção a resolução do CDS/PP. Ela é sintética, mas deixa, bem lida, questões importantes e com as quais concordamos, mas que merecem ser aqui desenvolvidas para se perceber por que é que concordamos com elas.

Desde logo, há aqui uma cláusula próxima, perfeitamente legítima, de um grupo de enfermeiros finalistas da Escola Superior de Enfermagem de Angra do Heroísmo ter pedido recentemente, quer aos três grupos parlamentares na Ilha Terceira, quer ao Sr. Secretário Regional dos Assuntos Sociais, uma audiência preocupados com a eminência de terminarem a sua licenciatura e as suas oportunidades de emprego.

Gostava de dizer a este respeito, e aqui fazendo justiça à deixa que a resolução do CDS/PP contém nesta matéria, de que nós não estamos aqui (o CDS/PP, pelo que diz na Resolução, o Governo pelo que disse coerentemente o Sr. Secretário Regional dos Assuntos Sociais aos jovens que recebeu) para criar empregos artificiais.

Estamos aqui para dizer com coragem e frontalidade aos jovens que, compreendendo as suas preocupações, as suas angústias, os seus naturais anseios de fazer valer uma ferramenta importante como é uma licenciatura.

O PSD é um partido fantástico!

O PSD que há pouco, pelo Sr. Deputado Jorge Macedo, fazia uma profissão de fé, de cristão novo no liberalismo...

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem!

O Orador: ... e o liberalismo com a sua mãozinha invisível, que não era a sua nem a minha Sr. Deputado, iria resolver os problemas e reduzir as tarifas em 25%, o mesmo PSD, quando recebe jovens prestes a finalizar uma licenciatura e na posição em que estão, garantindo e dizendo claramente a quem sabe ler que não está pensando e que brevemente não será governo nem terá responsabilidades, resolve, na velha perspectiva soviética do PSD, prometer empregos a toda a gente.

Deputado Clélio Meneses (PSD): Acabei de dizer que não era por aí!

O Orador: Não fomos por aí! A resolução do PP não vai por aí! O Sr. Secretário Regional dos Assuntos Sociais não foi por aí!

Achámos que era um dever de responsabilidade cívica receber estes jovens e dizer-lhes que hoje, como muita gente aqui tem dito, e foi dito recentemente pela Sra. Deputada Piedade Lalanda, falando da nossa televisão pública e explicando isso, a licenciatura é uma ferramenta fundamental para os cidadãos, mas uma licenciatura hoje não é, felizmente, um título de nobreza que garanta automaticamente emprego e emprego público, perto de casa, na sua rua, a toda a gente e para toda a vida. Não é!

Mas ainda bem que se diz que jovens licenciados da Escola Superior de Enfermagem de Angra do Heroísmo arranjam emprego nas Canárias. O Senador Barney Frank e a sua comitiva disseram que se calhar os futuros licenciados das nossas Escola de Enfermagem têm emprego nos Estados Unidos.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Eles fazem falta aqui!

O Orador: Ainda bem, porque isso significa o reconhecimento por países internacionais, por países da União Europeia, pelos Estados Unidos, países desenvolvidos, do valor das nossas licenciaturas.

Se porventura tivermos que chegar à situação em que alguns dos nossos jovens licenciados vão trabalhar para os Estados Unidos, ainda bem! Podemos todos orgulharmo-nos do enorme caminho que fizemos e lembrarmos do que é que nós íamos fazer para os Estados Unidos há 40 anos e o que é se calhar alguns de nós podemos hoje ir fazer para os Estados Unidos.

Sem prejuízo disto, sem demagogia, sem querermos, e não criaremos, empregos de forma artificial, a verdade é que é deste Governo, desta maioria, é de todos nós, a preocupação com o emprego, a preocupação com a fixação de quadros, desde que isto corresponda às efectivas necessidades e, desde mesmo que essas necessidades correspondam a um aumento efectivo do entendimento (V. Exas. adoram, porque descobriram isso há tão pouco tempo) da diferença entre o serviço Regional de Saúde e o Sistema Regional de Saúde.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Não, não descobri!

O Orador: Não estou a referir-me a V. Exa., Sr. Deputado.

Se for isso, ainda bem. Se houver novas necessidades para a melhoria da prestação de cuidados, no novo entendimento do que deva ser essa prestação de cuidados, ainda bem! Mas isso só será feito nessa perspectiva e numa perspectiva de solidariedade inter-geracional.

De resto, conforme lembrou, quer a Sra. Deputada Cláudia Cardoso, quer o Sr. Secretário Regional, também é justo reconhecer-se que recentemente foram abertos 50 novos lugares, que foram colocados nos Açores 52 enfermeiros. Portanto, tem havido essa preocupação.

Nós pensamos, face ao aumento qualitativo que queremos fazer de uma rede integrada, transversal, de prestação de cuidados, envolvendo as IPSS que ainda há nessa medida lugar para jovens licenciados, para novos enfermeiros.

Portanto, é nessa perspectiva e atento o cuidado e a razoabilidade da resolução do CDS/PP que nós concordamos com ela e a melhor prova que concordamos com ela é que temos vindo a prosseguir essa política e assim continuaremos.

Nessa medida ela merece o nosso apoio porque corresponde à nossa política, porque se socorre do programa do nosso Governo para fundamentar a sua pretensão, vamos nessa medida apoiá-la e vamos prosseguir uma política coerente, de verdade, de tentar melhorar empregabilidade dentro das necessidades e dentro daquilo que é a melhoria contínua que queremos, quer feita pelo Serviço Regional de Saúde, quer feita pelas Instituições Particulares de Solidariedade Social, numa rede integrada de melhoria, da assistência e dos cuidados a toda a população açoriana.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS/PP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

A humildade é uma característica dos fortes.

Deputado Francisco Coelho (PS): É verdade, Sr. Deputado!

Deputado Jorge Macedo (PSD): Ainda vai dar “casamento”!

O Orador: Vamos falar em “casamento”, Sr. Deputado Jorge Macedo!

Se me permitem, o PSD derivou, deu aqui uma volta enorme porque não quer falar de enfermagem (perdeu o especialista, não está presente por algum motivo, naturalmente). O PSD, agora, na sua ânsia, vem aqui de uma forma atabalhoada atirando a tudo e a todos aquilo que o CDS/PP consistentemente tem vindo, ao longo destes 3 anos, a criticar,...

Deputado Pedro Gomes (PSD): Olhe a humildade!

O Orador: ... e o PSD percebeu que tinha perdido o comboio. Mas vem, a arrastar os “pezinhos”, sempre pela linha fora, atrás do CDS/PP, porque viu que era uma área onde não tinha feito rigorosamente nada neste plenário. Até 2005 não se falava em saúde nesta casa.

Aliás, é bom lembrar, no primeiro discurso do Sr. Secretário, em Abril de 2005, os elogios da bancada do PSD ao discurso do Sr. Secretário (hão-de ir ler!).

O Sr. Deputado Clélio Meneses com a sua intervenção não consegue ser totalmente bondoso. Tem que deixar sempre uma pontinha de alguma coisa. Eu vou explicar-lhe. Aqui entronca no “casamento” do Sr. Deputado Jorge Macedo.

Lembram-se no último plenário de um Projecto de Resolução do PSD sobre a quota leiteira?

(Risos da Câmara)

Deputado António Marinho (PSD): Eu lembro-me!

O Orador: Os senhores lembram-se de qual é que foi aprovado?

Era o do PSD ou era o vosso?

Ah! Houve um entendimento aqui entre aqueles senhores e os senhores para aprovarem aquele Projecto de Resolução que era totalmente diferente, virado ao avesso, “a bilha ao contrário” do que o PSD tinha proposto.

O PSD mendigou aos senhores? E os senhores deram um leitinho ao PSD?

(Risos dos Deputados da bancada do PS)

Vamos ser coerentes Srs. Deputados. Há quem tem memória!

Aquilo é que foi uma cedência total, não foi parcial, àquilo que o PS quis ver aprovado e os senhores para terem um projectozinho de resolução, para andarem com ele na mão a dizer que “quem aprovamos, fomos nós” e para poderem mandar para casa dos lavradores, cederam totalmente, Srs. Deputados. Vamos à enfermagem.

Isto foi só para responder ao Sr. Deputado Clélio Meneses. Eu converso com aqueles senhores. Não converso mais com os senhores porque os senhores não querem conversar comigo, mas eu converso com toda a gente...

(Risos dos Deputados da bancada do PS)

... desde que queiram falar comigo e não me queiram dar pancadas.

Deputado Clélio Meneses (PSD): O senhor percebeu mal!

O Orador: Pois se percebi mal, peço desculpa.

Vamos aos enfermeiros.

Saídas profissionais novas. É disso que trata este Projecto de Resolução.

Esperava-se de alguma maneira que se contribuísse para isso.

Apoio domiciliário. O Sr. Deputado Pedro Gomes pode dar o caderninho que tem ao seu colega e o colega talvez leia.

Sr. Presidente, eu não posso voltar ao assunto porque tenho que responder aqui a algumas coisas ao Sr. Deputado Clélio Meneses que diz que eu reconheço, quando me dirigi ao Sr. Deputado José Manuel Bolieiro, que já são Governo.

É engraçado! “Pela boca morre o peixe”!

O Sr. Presidente diz na sua moção que a nova Comissão Política é o Governo de sombra.

Três dias depois, diz no jornal, que não, que não é. Que é uma espécie de responsáveis sectoriais.

Agora, o Sr. Deputado Clélio Meneses confirma que afinal é o Governo de sombra.

Deputado Rogério Veiros (PS): Não! É cada vez mais uma sombra!

Deputado Jorge Macedo (PSD): Não. É um governo alternativo que gosta de andar ao “sol”!

Deputado Pedro Gomes (PSD): Por isso é que lhe digo, antes ter um governo de sombra como o PSD tem, do que ter o governo do Partido Socialista !

O Orador: Estamos esclarecidos.

Enfermagem.

Realmente temos excelentes profissionais e onde têm que se centrar, e é um paradigma que está a acontecer por toda a Europa, é na medicina preventiva.

Cuidados de saúde de proximidade, é este o novo paradigma da Europa.

Os cuidados de saúde de proximidade, a nível dos cuidados primários, não no entendimento literal do termo, mas no entendimento de acesso, são, em primeira mão, prestados por enfermeiros, que são, obviamente, como tem acontecido em Portugal e nos Açores, cada vez mais especializados, cada vez melhor formados e cada vez melhor preparados.

Nas escolas, ao nível da educação sexual têm um papel; ao nível do planeamento familiar têm outro papel; ao nível dos lares de terceira idade têm um papel fundamental.

Ou seja, o CDS/PP ouviu, seguiu com atenção, as preocupações dos estudantes de enfermagem, dos enfermeiros, das pessoas que estão verdadeiramente preocupadas com este caso.

Em vez de alimentar pequenas fantasias, propôs medidas concretas, que aqui estão, para a enfermagem, que é o que estamos aqui a discutir.

Quando for para discutir saúde... Então se for para discutir listas de espera...

Bom, se era a solução do PSD a lista de espera daqui a dias chegava ao Continente, que aliás era igual à do PS, mas não vamos agora por esse caminho.

Vamos neste caminho centrarmo-nos na enfermagem, melhorar a enfermagem e é esta oposição construtiva, crítica, alternativa da oposição, que não tem problema em recomendar ao Governo isto e aquela maioria não tem nenhum problema em aceitar uma boa proposta da oposição. Já aqui o dissemos várias vezes.

O que se esperava de um partido que quer ser alternativa do Governo era trazer medidas concretas, nem que fosse 5, como a palminha do Sr. Deputado Jorge Macedo, nem que fosse uma mãozinha, mas não trouxeram nada. Enfim! Vêm mais com medidas abstractas, confundem serviço com sistema e sistema com serviço e não sabem absolutamente do que falam.

Portanto, tive que fazer este ligeiro reparo.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional dos Assuntos Sociais.

(*) **Secretário Regional dos Assuntos Sociais** (*Domingos Cunha*): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu pedi a palavra para esclarecer rapidamente uma situação que foi trazida aqui pelo Sr. Deputado Clélio Meneses, com a responsabilidade que tem de líder da bancada parlamentar de um partido da oposição, que também já foi governo, quando diz e faz aqui uma apreciação do Serviço Regional de Saúde, com uma baralhação total de conceitos, que já não são conceitos do actual século, mas do século passado.

Falar em terminologia e conceitos aqui trazidos neste preciso momento, no momento em que nós precisamos, de facto, de medidas e de criar condições para melhorarmos cada vez mais o Serviço Regional de Saúde, esses conceitos hoje, Sr. Deputado Clélio Meneses são do século passado. Já não se aplicam actualmente.

Deputado Clélio Meneses (*PSD*): Os cuidados de saúde nos Açores é que são do século passado!

O Orador: O Sr. Deputado Clélio Meneses e o seu partido não são exemplo na área da saúde.

Relembro que em 1995 o Sr. Secretário Regional da Saúde e da Segurança Social, através do Despacho 95/31, disse:

“Este despacho foi criado para reflexão profunda sobre os diplomas básicos do Serviço Regional de Saúde para uma possível revisão à luz do disposto na

legislação nacional e com as adaptações que as especificidades regionais determinaram.”

Foi criado um fórum de discussão.

Conhecem a conclusão deste fórum? Faço a pergunta ao PSD e ao Sr. Deputado Clélio Meneses.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

Deputado António Toste (PS): E agora?

Deputado Clélio Meneses (PSD): Eu conheço o que se passa hoje.

Em 95 o senhor tinha mais responsabilidades no PSD e no sector da saúde do que eu!

Presidente: Passamos à votação do Projecto de Resolução.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Secretário: O Projecto de Resolução foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Temos ainda a Proposta de Deliberação em que a Mesa da Assembleia declara findo o período legislativo de Fevereiro.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Secretário: A Proposta de Deliberação foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Srs. Deputados, terminaram os nossos trabalhos.

Como se falou muito aqui em caridade cristã, quando saírem daqui tenham alguma caridade para ler o que vai ser dito. Eu também já hoje tive que ter muita caridade para ler algumas coisas que disseram a meu respeito, mas a nossa vida é esta.

Boa viagem de regresso e até ao próximo plenário.

Eram 23 horas e 45 minutos.

Deputados que entraram durante a sessão:

Partido Socialista (PS)

Francisco Manuel Coelho Lopes Cabral

Hernâni Hélio Jorge

José Carlos Gomes San-Bento de Sousa

Manuel **Herberto** Santos da **Rosa**

Nuno André da Costa Soares **Tomé**

Osório Meneses da **Silva**

Partido Social Democrata (PSD)

Jorge Alberto da **Costa Pereira**

Luís Henrique da **Silva**

Deputados que faltaram à sessão:

Partido Socialista (PS)

Catarina Paula Moniz **Furtado**

Partido Social Democrata (PSD)

António Maria da Silva **Gonçalves**

** Texto não revisto pelo orador*

Documentos entrados

Projecto de Resolução

Resolve recomendar ao Governo Regional dos Açores que promova e implemente medidas concretas para melhorar os cuidados de saúde promovendo e incentivando novas saídas profissionais para jovens licenciados em enfermagem

A Constituição da República Portuguesa estabelece no seu artigo 58.º que “todos os cidadãos portugueses têm direito ao trabalho” e para assegurar tal direito “incumbe ao Estado promover a execução de políticas de pleno emprego, a igualdade de oportunidades na escolha da profissão ou género de trabalho e a formação cultural e técnica e a valorização profissional dos trabalhadores”. No artigo 70.º estabelece que “os jovens gozam de protecção especial para efectivação dos seus direitos económicos, sociais e culturais, nomeadamente no acesso ao primeiro emprego e no trabalho” e determina que “a política de juventude deverá ter como objectivos prioritários”, de entre outros, “a criação de condições para a sua efectiva integração na vida activa e o sentido de serviço à comunidade”.

Por sua vez, o Programa do IX Governo Regional dos Açores estabelece no capítulo relativo à política de emprego que “é fundamental continuar a desenvolver uma estratégia forte para a empregabilidade, associada à promoção da inserção profissional de qualidade”, bem como “a disponibilização de cada vez mais empregos de qualidade”.

No mesmo documento, no referente às políticas de saúde, o Governo Regional assume que vai “continuar a apostar fortemente na formação inicial e continuada dos profissionais de saúde, nomeadamente ao nível das bolsas para licenciaturas de cursos de saúde, internatos médicos e apoio às novas pós-especializações em enfermagem”.

Considerando que deve existir sempre uma solidariedade intergeracional e que a enfermagem é uma área basilar do Serviço Regional de Saúde;

Considerando que importa prestar, cada vez mais, melhores cuidados de saúde a todos os Açorianos e que a qualidade em cuidados de saúde é paradigma defendido por todos;

Considerando que a formação e qualificação académica e profissional dos nossos jovens são fundamentais para um melhor emprego e que o curso de enfermagem é de largo espectro quanto à sua formação e actividade profissional e que, pese embora, na actualidade se invista na formação, não se possa dar garantias de pleno emprego;

Assim, o CDS-PP, nos termos da alínea d) do n.º 1 do art.º 23.º do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores, propõe que a Assembleia Legislativa Regional dos Açores aprove a seguinte Resolução:

Recomendar ao Governo Regional, que através da Direcção Regional de Saúde, promova e implemente medidas concretas para melhorar os cuidados de saúde, promovendo e incentivando novas saídas profissionais para os jovens licenciados em enfermagem, nomeadamente ao nível da educação e promoção da saúde em ambiente escolar e lares e centros de dia de terceira idade, cuidados continuados e paliativos e apoio domiciliário, promovendo assim os cuidados de saúde de proximidade.

O Deputado Regional, *Artur Lima*

Listagem da correspondência

Assunto: Ofício a Informar que o Decreto Legislativo Regional n.º 3/2008 - “Primeira Alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 20/2005/A, de 22 de Julho – Apoios Financeiros a atribuir no Combate à Infestação por Térmitas”, aprovado pela ALRAA, em 24 de Janeiro de 2008, seguiu para publicação no Diário da República

Proveniência: Gabinete do Representante da República para a RAA.

Data de Entrada: 08.02.19

Referência: 105/04/07 – 560;

Assunto: Ofício a Informar que o Decreto Legislativo Regional n.º 5/2008 - “Cria o Complemento para Aquisição de Medicamentos pelos Idosos (Compamid)”, aprovado pela ALRAA, em 24 de Janeiro de 2008, seguiu para publicação no Diário da República

Proveniência: Gabinete do Representante da República para a RAA.

Data de Entrada: 08.02.06

Referência: 105/05/07 – 561.

—

A redactora: Maria da Conceição Fraga Branco